

**Clara Maria Ferreira Bertrand Cabral**

# **Património Cultural Imaterial**

**Proposta de uma Metodologia de Inventariação**

**- DOCUMENTO PROVISÓRIO -**

Dissertação Conducente à Obtenção do Grau de Mestre em  
Ciências Antropológicas

**Orientadora: Professora Doutora Maria Celeste Rogado Quintino**



**Universidade Técnica de Lisboa  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Lisboa, 2009**

## **Agradecimentos**

O presente trabalho de investigação não teria sido possível sem o incentivo da Comissão Nacional da UNESCO, que apoiou o projecto desde o primeiro momento. O tema da constituição de inventários no contexto da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi sugerido pelo Dr. José Sasportes, Presidente da Comissão Nacional da UNESCO em 2006, quando autorizou a proposta que apresentei de realização de um trabalho de investigação sobre património cultural imaterial. Este apoio foi secundado pela Dra. Manuela Galhardo, Secretária Executiva da Comissão, que autorizou as alterações do horário de trabalho solicitadas para realizar as pesquisas necessárias. Em Fevereiro de 2007 tomou posse como Presidente da Comissão Nacional da UNESCO o Embaixador Fernando Andresen Guimarães que, além de manter o apoio anteriormente concedido, incentivou a divulgação dos resultados do Relatório resultante desta pesquisa junto das entidades interessadas, permitindo que as informações recolhidas contribuíssem para a delineação da legislação sobre património cultural imaterial que veio a ser publicada em Junho de 2009. A todos o meu mais profundo agradecimento, que estendo às minhas colegas que colmataram as minhas ausências e pacientemente escutaram os meus desabafos.

A troca de informações e ideias sobre património cultural imaterial com o Dr. João Martins Claro e Dr. João de Almeida Filipe, responsáveis pela elaboração dos diplomas de desenvolvimento da Lei 107/2001 foi de extrema importância, pois as questões que sucessivamente foram colocando revelaram-se de sobremaneira importantes na reflexão sobre o conceito de património cultural imaterial e contribuíram para a delineação da metodologia de inventariação. A ambos um agradecimento muito especial por terem aberto horizontes e apontado pistas para a compreensão deste tema tão recente.

Agradeço também às entidades que no terreno têm vindo a trabalhar estas questões, designadamente ao Instituto dos Museus e da Conservação na pessoa do Dr. Paulo Ferreira da Costa, Director do Departamento de Património Imaterial com quem tive a oportunidade de trocar ideias. Ao organizar o Ciclo de Colóquios “Museus e Património Imaterial - Agentes, fronteiras, identidades” o IMC criou espaços de informação e debate fundamentais para a divulgação e melhor compreensão do tema, alertando para as possibilidades e desafios do património cultural imaterial. Um agradecimento também à Direcção Regional de Cultura do Alentejo e ao Dr. Paulo Lima, cujo interesse pelo tema do património cultural imaterial e proximidade com o terreno possibilitaram vislumbrar algumas questões que a aplicação da Convenção poderá suscitar a nível regional e local.

Não posso deixar de agradecer a todos quantos, directa ou indirectamente, possibilitaram a reflexão sobre o tema do património cultural imaterial e que não seria possível nomear aqui na totalidade. Contactos fortuitos e conversas informais com antropólogos e pessoas interessadas nesta área contribuíram decisivamente para esclarecer e ordenar ideias e factos.

Merecem especial referência e agradecimento as entidades e pessoas que responderam ao questionário durante o pré-teste dos instrumentos, tanto pelo interesse demonstrado como pelas sugestões que avançaram e que foram extremamente úteis ao desenvolvimento do trabalho.

Gostaria ainda de agradecer a todos os oleiros, pedradeiras e demais pessoas de Nisa, que gentilmente acederam a colaborar na realização do trabalho de campo, mostrando sempre o maior interesse e disponibilidade para responder a todas as questões. Um agradecimento muito especial ao Sr. António Pequito, à D. Joaquina da Graça Mendes, ao Sr. António Louro e a D. Maria da Graça Louro, pela paciência demonstrada e pelas preciosas informações transmitidas. Agradeço igualmente à Dra. Maria do Carmo Vieira, agente de desenvolvimento da Câmara Municipal de Nisa em 2001 e à Dra. Carla Sequeira, responsável pelo Museu do Bordado e do Barro de Nisa, as informações e sugestões prestadas.

O conhecimento sobre olaria pedrada que obtive ao longo do tempo também foi construído através do estudo das peças cerâmicas empedradas pertencentes às colecções etnográficas de vários museus, pelo que agradeço mais uma vez ao Dr. Luís Raposo, director do Museu Nacional de Arqueologia, à Dra. Elizabeth Costa, ex-directora do Museu de Arte Popular, e ao Professor Doutor Joaquim Pais de Brito, director do Museu Nacional de Etnologia a permissão para estudar estas peças. O estudo sobre olaria pedrada não teria sido possível sem o acompanhamento da Dra. Olinda Sardinha, à data técnica superior responsável pela colecção etnográfica do Museu Nacional de Arqueologia e especialista em cerâmica pedrada, que providenciou grande parte das obras bibliográficas consultadas sobre cerâmica pedrada e cujos conselhos, sugestões e entusiasmo foram fonte de constante incentivo.

Finalmente, agradeço à Professora Celeste Quintino, minha orientadora, as excelentes sugestões e ensinamentos que me levaram a percorrer o caminho do património cultural imaterial com a profundidade e entrega indispensáveis à obtenção de resultados proveitosos.

Um agradecimento final e muito especial ao marido, fotógrafo e assistente António Cabral, aos meus filhos Manuel, João e Pedro, aos meus pais e aos meus sogros pelo interesse que sempre demonstraram e pelo apoio constante nos momentos de desânimo.

## **RESUMO**

O tema desta dissertação de mestrado em Ciências Antropológicas aborda o problema da inventariação do património imaterial tal como configurado na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e explora um conjunto de questões centrais na antropologia que permitem pensar a aplicação da Convenção no estudo e inventário das manifestações em contexto português.

Os objectivos da pesquisa sustentam-se em dois eixos de análise que se inter-relacionam e se apoiam em recursos conceptuais e analíticos sugeridos pela revisão da literatura. Num primeiro eixo, procura-se conhecer o “contexto de aplicação”, focando a atenção nos aspectos do património cultural imaterial e do inventário configurados nos textos decorrentes da Convenção e nos normativos portugueses regulamentares. Esta análise convoca um conjunto de contributos teóricos da antropologia.

Num segundo eixo, procura-se compreender os processos implicados na definição de metodologias de inventariação, especificando procedimentos e recomendações que contribuem para a resolução do problema do inventário do património cultural imaterial e desenhando os instrumentos de recolha de dados etnográficos e de inventariação. A metodologia e instrumentos de inventariação propostos foram aplicados em contexto de trabalho de campo a uma manifestação do património cultural imaterial local, a produção de olaria pedrada em Nisa.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Convenção da UNESCO

Património Cultural Imaterial

Metodologia de Inventariação

Olaria pedrada

Nisa

## **ABSTRACT**

The theme of this master dissertation in Anthropological Sciences addresses the problem of inventorying intangible heritage as set up in the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage and explores a number of central issues in anthropology which allow the reflection on how to implement the Convention in the study and inventory of intangible elements in the Portuguese context.

The research objectives are supported by two interrelated axes of analysis which rely on conceptual and analytical resources suggested by literature review. First, an attempt is made to know the “context of application”, focusing the attention on intangible cultural heritage and inventory features set up in the Convention and in the Portuguese legislation. This analysis has called for a set of theoretical contributions from anthropology.

Secondly, an attempt is made to understand the processes involved in the definition of inventorying methodologies by describing procedures and recommendations that contribute to solve the problem of inventorying intangible cultural heritage, while developing the instruments for collecting ethnographic and inventory data. The proposed methodology and inventorying tools were applied through field research to an element of intangible cultural heritage, the production of inlaid ware in Nisa.

### **KEY- WORDS:**

UNESCO Convention

Intangible Cultural Heritage

Inventorying Methodology

Inlaid ceramic

Nisa

## Índice Geral

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
1. Apresentação do tema e do problema de pesquisa .....	1
2. Quadro teórico.....	7
3. Metodologia de Investigação .....	19
4. Organização do trabalho.....	25
<b>PARTE I – REVISÃO DOS NORMATIVOS E DAS RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo 1. Convenção da UNESCO.....</b>	<b>27</b>
1.1. Etapas na criação da Convenção .....	27
1.2. Relação com a Convenção do Património Mundial .....	33
1.3. Salvaguarda do património cultural imaterial .....	39
1.4. Impactos sobre as comunidades e grupos .....	44
<b>Capítulo 2. Constituição de inventários .....</b>	<b>51</b>
2.1. Procedimentos para a recolha de dados .....	51
2.2. Definição dos campos de inventário .....	56
2.3. Conformidade da legislação portuguesa.....	59
<b>PARTE II – INVENTARIAÇÃO EM CONTEXTO PORTUGUÊS.....</b>	<b>68</b>
<b>Capítulo 3. Proposta de metodologia de inventariação.....</b>	<b>68</b>
3.1. Processo de inventariação.....	68
3.2. Instrumentos de inventariação .....	71
3.3. Aplicação dos instrumentos .....	79
3.4. Apresentação e discussão dos resultados .....	84
<b>Capítulo 4. Estudo de caso: a produção de olaria pedrada em Nisa .....</b>	<b>93</b>
4.1. Domínio das aptidões ligadas ao artesanato tradicional .....	93
4.2. Produção de olaria pedrada em Nisa.....	95
4.2.1. Historial .....	95
4.2.2. Praticantes .....	97
4.2.3. Fabrico .....	98

4.3.	Inventariação .....	103
4.4.	Salvaguarda a nível nacional .....	108
4.5.	Salvaguarda a nível internacional .....	113
<b>NOTAS FINAIS.....</b>		<b>117</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>		<b>121</b>
	Referências bibliográficas .....	121
	Normativos portugueses .....	137

### **Índice de Mapas**

Mapa 1. Distribuição geográfica dos bens na Lista do Património Mundial da UNESCO .....	35
Mapa 2. Distribuição geográfica das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade .....	36
Mapa 3. Bens portugueses na Lista do Património Mundial .....	113

### **Índice de Quadros**

Quadro 1. Critérios de pontuação dos questionários .....	22
Quadro 2. Quadro SWOT .....	24
Quadro 3. Matriz de Confrontação SWOT .....	24
Quadro 4. Critérios para a inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.....	58
Quadro 5. Critérios para a inscrição na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente .....	59
Quadro 6. Pontos comuns e divergentes entre a Convenção/Directivas Operacionais e a Lei 107/2001 .....	62
Quadro 7. Comparação das medidas de salvaguarda na Convenção/Directivas Operacionais e na Lei 107/2001. ....	66
Quadro 8. Propostas de preenchimento de questionários .....	80
Quadro 9. Questionários recebidos.....	81
Quadro 10. Relação do investigador com o informante e questionários recebidos.....	83

Quadro 11. Pontuações totais dos questionários.....	84
Quadro 12. Pontuação das respostas relativas à descrição do património cultural imaterial.....	85
Quadro 13. Pontuação das respostas relativas à salvaguarda do património cultural imaterial .....	87
Quadro 14. Tipos de aprendizagem.....	88
Quadro 15. Respostas relativas à salvaguarda do património cultural imaterial .....	89
Quadro 16. Pontuação das respostas relativas às informações complementares sobre o património cultural imaterial.....	90
Quadro 17. Quadro SWOT da Produção de Olaria Pedrada em Nisa.....	109
Quadro 18. Matriz de Confrontação SWOT da Produção de Olaria Pedrada em Nisa .....	110

## **Índice de Anexos**

- ANEXO 1** – Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008 de 26 de Março (Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial)
- ANEXO 2** – Lei 107/2001 de 8 de Setembro (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural)
- ANEXO 3** – Ficha de Inventário do património cultural imaterial
- ANEXO 4** – Questionário sobre património cultural imaterial
- ANEXO 5** – Guia para o preenchimento do Questionário sobre património cultural imaterial
- ANEXO 6** – E-mail enviado com os Questionários
- ANEXO 7** – Quadro de análise dos questionários preenchidos
- ANEXO 8** – Guião de entrevista 2000/2001 /Praticantes
- ANEXO 9** – Guião de entrevista 2000/2001 / Tutela
- ANEXO 10** – Guião de entrevista 2008 / Praticantes
- ANEXO 11** – Guião de entrevista 2008 / Tutela
- ANEXO 12** – Ficha de Inventário: Produção de olaria pedrada em Nisa
- ANEXO 13** – Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de Junho (Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial)



So what is ICH [Intangible Cultural Heritage]? It is the practices that communities, groups, and individuals recognize as their heritage. It is ... what they say it is. In other words, we simply don't know what it is until we go out and ask them.

Hafstein, 2007

## Introdução

### 1. Apresentação do tema e do problema de pesquisa

O tema desta Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas insere-se no domínio científico do património cultural e foca o problema da inventariação dos aspectos imateriais tal como configurados na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada pela UNESCO em 2003 (UNESCO 2003a).<sup>1</sup> Mais concretamente, e sem descurar o facto de o património cultural se constituir como um objecto de estudo interdisciplinar, o tema explora um conjunto de questões centrais na antropologia que permitem pensar a aplicação da Convenção no estudo e inventário de manifestações do património cultural imaterial em contexto português.

A relevância e actualidade na agenda política e científica, designadamente em Portugal, e o interesse profissional justificam a escolha deste tema.

A nível internacional, as Nações Unidas têm dado cada vez maior importância às questões da cultura e do património, com a adopção de três Convenções da UNESCO desde o início do milénio: a *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático* em 2001, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* em 2003 e a *Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* em 2005.

O Conselho da Europa adoptou em 2005 a *Convenção-Quadro Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, desenvolve a ideia que o conhecimento e o uso do património fazem parte do direito dos cidadãos de participar na vida cultural, como definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O património é apresentado como meio para alcançar o desenvolvimento humano, promover a diversidade cultural e estimular o diálogo intercultural, constituindo parte integrante do modelo de desenvolvimento económico baseado nos princípios da utilização sustentável dos recursos (Conselho da Europa 2005; Thérond 2009).

Na União Europeia, a *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado* de 2007 constitui a primeira estratégia da União para a cultura, visando contribuir para o crescimento económico e para o entendimento intercultural. Esta Comunicação defende a promoção da cultura enquanto elemento vital nas relações internacionais da União Europeia e como catalisadora da criatividade no âmbito da Estratégia de Lisboa, fomentando simultaneamente a diversidade cultural e o diálogo intercultural (Comissão das Comunidades Europeias 2007).

---

<sup>1</sup> Passará a designar-se apenas por Convenção, retomando-se a designação completa sempre que seja necessário.

A afeição actual pelo património cultural coloca uma multiplicidade questões que só muito recentemente têm vindo a ser estudadas, muito por efeito da intensificação da produção e consumo de bens culturais a que não está alheia a politização e mercantilização dos patrimónios culturais a múltiplas escalas (Prats 1997; Lowenthal 1998; Clifford 2007). Sendo todo o património cultural objecto de trocas simbólicas e rituais e, eventualmente, lugar de conflito que influencia decisivamente a memória, a identidade e o quotidiano dos grupos e comunidades (Tamaso 2006: 4-5), a antropologia encontrou nas questões associadas aos aspectos materiais e imateriais implicados nas acções patrimoniais um campo de estudo variado e que tem sido abordado de diferentes perspectivas.

Desde logo, têm sido objecto de estudo os monumentos, paisagens e sítios carregados de significados culturais, simbólicos e religiosos que lhes conferem o que se designa por “espírito do lugar” (ICOMOS 2008) e lhes aprofunda o sentido de lugar antropológico de Augé (2005). As considerações de Kaplan (2006) sobre as antigas muralhas do Benin cuja negligente conservação durante o período colonial como forma de menosprezar a identidade local contrasta com o empenho na sua recuperação na actualidade ou a análise de Müller (2008) de duas paisagens culturais na África do Sul, cujo valor patrimonial reside principalmente nos aspectos imateriais enquanto lugares de memória, sublinham a relevância do estudo destes lugares patrimoniais numa perspectiva antropológica.

No domínio do património cultural guardado em museus, a pesquisa antropológica em torno destas instituições tem contribuído decisivamente para o conhecimento dos processos de «construção, representação e consumo de significados culturais» (Anico 2008), dos aspectos simbólicos dos objectos etnográficos (Areia e Kaehr 1992) e das possibilidades dos museus e exposições se constituírem como zonas de contacto entre grupos e culturas (Clifford 1997).

Têm vindo a ser realizados inúmeros trabalhos de investigação que visam abordar o património cultural imaterial de acordo com a definição expressa no artigo 2º/1 da Convenção:

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

No que se refere aos estudos de caso sobre manifestações específicas do património cultural imaterial, podem dar-se exemplos tão diversos como as investigações de Rakotoarisoa (2006)

acerca do envolvimento das comunidades locais em projectos de gestão do património cultural em Babay, Madagáscar, o trabalho de campo de Ciarcia (2006) relativo às práticas dos Dogon no âmbito dos novos contextos políticos e patrimoniais no Mali, ou as considerações de Cang (2008) sobre o papel do sistema lemoto na cerimónia do chá no Japão.

Outra linha de investigação debruça-se sobre os aspectos relativos à salvaguarda do património cultural imaterial à escala nacional e a transposição do disposto na Convenção para os normativos nacionais, podendo referir-se Ueki (2006) e Watanabe (2006) para o Japão, Logan (2006) para a Austrália e Pacífico ou Margari (2008) para a Grécia.

Estas abordagens replicam-se à escala local, podendo dar-se como exemplo as reflexões de Sanmartín (2008) e Campillo (2008) sobre a gestão do património cultural imaterial enquanto factor de cooperação inter-regional, desenvolvimento social e sustentabilidade económica na região de Múrcia, ou as considerações de Sorgi (2008) sobre a documentação, tutela e valorização do património cultural imaterial na região da Sicília.

Inúmeros estudos e análises têm incidido sobre as questões relacionadas com a constituição de inventários do património cultural imaterial pela urgência que o tema suscita na aplicação prática da Convenção. Além do relato de experiências a nível nacional como as do Japão (Kurin 2004; Arai 2005), Coreia do Sul (Jongsung 2004), Brasil (Londres Fonseca 2006), Bélgica (Demotte 2004), Estónia (Kuutma 2007), França (Hottin 2007; Ciarcia 2008), Lituânia (Šatkauskienė 2007) e Noruega (Velure 2007a) entre outros, o inventário tem sido objecto de discussão enquanto «instrumento de conhecimento ou de reconhecimento da parte simbólica do imaginário que toda a transmissão antropológica da cultura veicula» (Ciarcia 2008) e enquanto possível registo político ao invés de antropológico (Tamaso 2006).

Nas actas do primeiro seminário especificamente destinado a discutir em Portugal as questões do património cultural imaterial que decorreu em 2002 na Sociedade de Geografia de Lisboa,<sup>2</sup> Ramos (2003) lamentava a ausência de um debate nacional alargado sobre as questões suscitadas pela Convenção da UNESCO, situação que desde então foi colmatada com inúmeros trabalhos de investigação e a realização de vários eventos nacionais.<sup>3</sup>

Os estudos sobre manifestações específicas do património cultural imaterial português incluem temas tão dispares como a análise da revitalização e patrimonialização associadas à promoção

---

<sup>2</sup> “A Matéria do Património: Memórias e Identidades”, 22 de Novembro de 2002

<sup>3</sup> Entre os quais o Ciclo de Conferências “Memória e Valor: Patrimónios Há Muitos” organizados pela Secção Profissional de Estudos do Património da Sociedade de Geografia de Lisboa entre 2007 e 2008; o Ciclo de Colóquios “Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades” organizado pelo Instituto dos Museus e da Conservação, cujos seis colóquios decorreram entre Fevereiro e Novembro de 2008; os Colóquios “Património Cultural Imaterial de Machico” em 2008 e 2009; o Colóquio “Património Cultural Imaterial, A face intangível do património” organizado pela Comissão Nacional da UNESCO e a Assembleia da República, em Junho de 2009.

das comunidades locais (Alge 2007), as recolhas orais em regiões específicas (Parafita 2007), o exame de festas populares portuguesas e da sua disseminação internacional por via da emigração (Salvador 2009) ou ainda o papel de actividades artesanais no desenvolvimento da economia local (Perdigão 2009).

Quanto à aplicação da Convenção em Portugal, esta tem sido analisada do ponto de vista académico (Carvalho e Barata 2008a e 2008b) e institucional (Costa 2008 e 2009), com especial incidência sobre as questões relacionadas com a inventariação.

As políticas de gestão dos recursos culturais em Portugal têm também sido examinadas, designadamente no que refere às tensões decorrentes do conflito de interesses entre os agentes envolvidos nos processos de patrimonialização e as populações locais (Peixoto 2006), as questões suscitadas pelo desenvolvimento e aproveitamento turístico do património cultural à escala local (Silvano 2003; Barros 2004) ou os contextos e efeitos da certificação de produtos artesanais (Durand 2008).

É neste sentido que a memória e as representações de identidades locais têm sido objecto de inúmeros estudos, como, por exemplo, as estratégias para a produção de localismos na zona raiana analisados por Amante (2007) ou os processos de activação patrimonial em Ílhavo descritos por Peralta (2008) que serão analisados adiante.

Como responsável pela área da cultura na Comissão Nacional da UNESCO (CNU), a opção pelo património cultural imaterial como foco de estudo surgiu por via da necessidade de adquirir um conhecimento aprofundado sobre a Convenção que me permitisse um acompanhamento mais sólido e eficaz da sua aplicação em Portugal. Como refere Moreira (2007: 67), a experiência profissional como uma das “fontes de resolução de problemas”, apesar de poder envolver questões de subjectividade controláveis num desenho rigoroso da pesquisa, permitiu aproveitar a familiarização com o tema do património cultural imaterial, a que acresceram a facilidade de acesso à informação e a possibilidade de participação em algumas reuniões nacionais e internacionais e em actividades organizadas em Portugal que discutem os objectivos e a aplicabilidade da Convenção.

Quando solicitei, em finais de 2006, o apoio da Comissão para realizar este trabalho de investigação, foi-me sugerido que estudasse as questões relacionadas com a constituição de inventários, que exigiriam atenção imediata após a ratificação da Convenção por Portugal, que se esperava para breve.<sup>4</sup> Todavia, houve que conciliar este meu interesse enquanto profissional numa organização que tem por missão «(...) a difusão e a dinamização em Portugal das políticas e dos programas aprovados no seio da UNESCO, em colaboração com as demais entidades

---

<sup>4</sup> A Convenção foi ratificada por Portugal a 26 de Março de 2008, tendo entrado em vigor a 21 de Agosto do mesmo ano, três meses após o depósito do instrumento de ratificação junto do Director-Geral da UNESCO.

governamentais e os diferentes grupos activos na sociedade» (Decreto-Lei nº 121/2007), com as exigências impostas pela investigação antropológica, num quadro que desde muito cedo se revelou incluir-se no que van Willigen define como “antropologia com uma utilização” (2002:xvii). Esta área de estudo coloca o antropólogo da actualidade num novo ciclo de pesquisa aplicada que informa e participa na formulação e execução de políticas nos vários domínios sociais, incluindo o do património cultural (van Willigen 1986), mas que, embora se admita que os dados que recolhe possam ser usados “não só para analisar mas também para propor» (Arizpe 1996: 107), cumpre com um código de ética que garante a separação entre ciência e política (Price 1998; van Willigen 2002; McFate 2005; SfAA s/data).

A questão que orientou esta pesquisa centra-se, pois, na compreensão das possibilidades e limites da aplicação da Convenção na constituição de inventários a partir da utilização de recursos teóricos e metodológicos da antropologia.

O interesse pela constituição de inventários prende-se com o facto de o inventário nacional do património cultural imaterial ser um requisito imposto pela Convenção e indispensável para a apresentação de candidaturas à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade* e à *Lista do Património Cultural Imaterial Que Necessita de Salvaguarda Urgente*, conforme indicado nas Directivas Operacionais (UNESCO, 2008b).<sup>5</sup> Trata-se de uma exigência inédita nas convenções da UNESCO a que estão obrigados os Estados Partes e que permite conhecer os conteúdos etnográficos e classificar as manifestações do património cultural imaterial por forma a melhor promover a sua salvaguarda (Aikawa 2005a; Kurin 2004; Ciarcia 2008).

A Convenção é pouco específica relativamente às características que deverá ter o inventário, indicando que

Cada Estado Parte elabora, a fim de assegurar a identificação com vista à salvaguarda, de forma adaptada à sua situação, um ou mais inventários do património cultural imaterial existente no seu território. Tais inventários são objecto de uma actualização regular (artigo 12º).

Esta ausência de especificações relativamente à elaboração de inventários poderá ser explicada por uma tentativa falhada da UNESCO nos anos 1980 quando tentou desenvolver o *International Directory of Non-physical Cultural Heritage*, cujo primeiro passo seria a elaboração de uma “tipologia standard universal” e a criação de um “sistema de classificação universal”. Após cinco anos de controversas discussões teóricas entre especialistas foi impossível chegar a um consenso

---

<sup>5</sup> As *Directivas Operacionais para a aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* compilam as decisões do Comité do Património Imaterial aprovadas pela Assembleia Geral de Estados Partes num único documento orientador da operacionalização da Convenção.

sobre a “tipologia standard”, devido ao desacordo sobre a abrangência do denominado “património cultural não-físico” (Aikawa 2005a: 43).

Após a adopção da Convenção, diversas recomendações acerca dos inventários foram propostas em várias reuniões de especialistas que decorreram entre 2005 e 2007 e, apesar de não serem vinculativas, apontam pistas sobre a constituição de inventários de acordo com o espírito da Convenção. Este espírito, como se verá adiante, encerra uma visão alargada de cultura consentânea com os princípios da antropologia.

A legislação nacional já existente em cada país deverá ser analisada à luz destas recomendações e, eventualmente, reformulada em conformidade. Em Portugal, a Lei 107/2001, refere já os bens imateriais, no artigo 91º/4 e 5 indicando que

Sempre que se trate de realidades que não possuam suporte material, deve promover-se o respectivo registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de colectâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição.

Sempre que se trate de realidades que associem, também, suportes materiais diferenciados, deve promover-se o seu registo adequado para efeitos de conhecimento, preservação, valorização e de certificação.

O presente trabalho de investigação justifica-se plenamente face a esta necessidade de adequar os normativos nacionais às recomendações da UNESCO, a que acresce a feliz circunstância de estarem a ser preparados, à medida que decorreu a investigação, os diplomas que regulamentam a Lei 107/2001 no que toca ao património cultural imaterial.

Quando iniciei a pesquisa em 2006, não existia ainda qualquer estudo específico sobre a constituição de inventários em contexto português, apesar de o património cultural imaterial suscitar questões essenciais como as levantadas por Ramos (2005: 72):

O que significa uma “obra-prima do património imaterial da humanidade”? Quais os critérios de classificação e selecção de um “bem intangível”? Quem pode, deve ou quer reclamar autoridade para designar qual o “património imaterial” a preservar e a valorizar? Qual a natureza e o significado dos instrumentos jurídicos e conceptuais que a UNESCO consubstanciou na Convenção de 2003?

Desde então, têm surgido algumas reflexões sobre estas matérias apesar de, até agora, não ter sido efectuado o estudo exaustivo e sistemático dos normativos implicados e da sua aplicação efectiva a Portugal, lacuna que o trabalho de investigação agora apresentado pretende colmatar.

Os objectivos da pesquisa sustentam-se, pois, em dois eixos de análise que se inter-relacionam e se apoiam em recursos conceptuais e analíticos sugeridos pela revisão da literatura. Num primeiro eixo, procuro conhecer o “contexto de aplicação” (van Willigen 1986: 13-5), focando a atenção nos aspectos do património cultural imaterial e do inventário configurados nos textos decorrentes da Convenção e nos normativos portugueses regulamentares.

Os contributos teóricos de antropólogos como Clifford (1997), Brito (2000), Arizpe (2004), Condominas (2004), Goody (2004), Kirshenblatt-Gimblett (2004a), Kurin (2004), Zanten (2004), Arantes (2005) e Wulf (2005), de juristas como Blake (2002) e Wendland (2004) e de especialistas em questões culturais na perspectiva da UNESCO como Aikawa (2004), entre outros, guiam a análise da Convenção e as possíveis implicações éticas, económicas, sociais e políticas resultantes da sua aplicação.

Num segundo eixo, procuro compreender os processos implicados na definição de metodologias de inventariação, especificando procedimentos e recomendações que contribuem para a resolução do problema do inventário do património cultural imaterial e desenhando os instrumentos de recolha de dados etnográficos e de inventariação. Aqui, apoiei-me na reflexão desenvolvida anteriormente e em trabalho de campo sobre uma manifestação específica do património cultural imaterial.

## **2. Quadro teórico**

O conhecimento e compreensão do problema de pesquisa exigem a elucidação dos conceitos abrangidos pelo tema em apreço. Efectivamente, os conceitos «(...) são normalmente avaliados pelo contributo que dão para a resposta ao problema em estudo» (Moreira 2007: 69), tornando-se necessário discutir as várias perspectivas teóricas do conceito de património cultural e a sua relação com outros conceitos centrais na antropologia, como memória, identidade, folclore e cultura popular.

Numa perspectiva histórica, tem-se localizado a origem do interesse pela patrimonialização na Renascença, associada à constituição de colecções privadas de objectos variados e insólitos expostos nos gabinetes de curiosidades, resultantes da intensa actividade de recolha e de compilação de informação (Desvallés 1998; Poulot 1998; Hernández 2002; Choay 2006).

Na sua forma hodierna, a noção de património cultural remonta aos finais do século XVIII, no contexto social despoletado pela Revolução Francesa, cabendo no seu domínio os monumentos históricos, designadamente os vestígios da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (Choay 2006: 12).



A partir dos anos 1950, outros tipos de bens são incluídos na noção de património cultural, como por exemplo a arquitectura vernácula, os centros históricos e as paisagens culturais. Ainda mais recentemente, a noção ganha nova abrangência com o reconhecimento da vertente imaterial do património edificado (Choay 2005: 21).

Embora o seu sentido não seja estável (Brito 2006: 43), considera-se que o conceito de património cultural tem na sua base a percepção do tempo. Um tempo que passa e ultrapassa indivíduos e gerações e que, à inevitabilidade da angústia do perecimento individual, se contrapõe a esperança de permanência e transmissão inter-geracional que o património colectivo sugere (Faria 2006: 55-59). O tempo confere valor patrimonial a determinadas manifestações culturais, materiais ou imateriais, que se entrelaçam com a história e aí encontram sustentação, justificação e materiais para a construção do futuro, já que preservar a memória do passado constitui uma necessidade das gerações presentes que se traduz num sentimento de dever para com as gerações futuras.

Este “dever de memória” descrito por alguns autores foi analisado extensivamente por Guillaume (2003: 39) que, ao explicar a paixão pelo passado nas sociedades ocidentais, considera que a vontade de conservar, mais do que uma nostalgia do passado, constitui um verdadeiro trabalho de luto relativamente a um mundo em desaparecimento. Do mesmo modo, Choay (2006: 212) vê no culto do património um comportamento narciso cujo objectivo é o de conjurar a angústia e as incertezas do presente.

É nesse sentido que Hobsbawm e Ranger (2000: 4) defendem que a construção da tradição, como forma de cimentar a coesão do grupo e legitimar a acção, ocorre com maior frequência e intensidade em épocas de rápida transformação social e de desaparecimento das crenças e práticas colectivas.

De facto, o actual desenvolvimento e importância sem precedentes do património parecem relacionar-se com a expansão da globalização, cujos aspectos nefastos de «(...) intolerância, graves ameaças de degradação, de desaparecimento e de destruição do património cultural imaterial (...)» e cujos benefícios patentes na possibilidade de «(...) um diálogo renovado entre as comunidades (...)» são reconhecidos no preâmbulo da Convenção.

Apesar de os processos de perda, recriação e transformação da cultura terem desde sempre existido, o ritmo a que actualmente se desenrolam dão origem a uma rápida alteração das expressões culturais, situação considerada traumática pelos grupos e comunidades e causadora de perda de criatividade e de diversidade cultural do ser humano em geral, originando o desaparecimento de muitas línguas e a extinção de determinadas práticas (Smeets 2005: 44; Aikawa 2005b: 82; D’Orville 2005: 35). Estes efeitos homogeneizadores da globalização acarretam a perda da identidade cultural das comunidades (Welsch 1999: 203; Giddens 2000: 65; Pronk 2004: 131), favorecendo a criação de padrões culturais sincréticos que frequentemente esbatem

as diferenças culturais ao estabelecerem fronteiras permeáveis e flexíveis através da articulação de signos de diferentes origens (Arantes 2005: 66).

Consistindo a globalização no processo através do qual uma dada condição ou entidade local se consegue expandir por todo o globo e desenvolve a capacidade de designar uma outra condição social ou entidade como local (Santos 1999: 215), a afirmação de uma identidade específica, de uma diferença perceptível pode constituir uma forma de oposição e resistência (Cohen 2000: 73).

Esta perspectiva vai ao encontro do conceito de transculturalidade explicado por Welsch (1999), que resulta da diferenciação e complexidade das culturas modernas que ao abarcar «diversos modos de vida e culturas, que também se interpenetram ou emergem umas das outras», caracterizam-se pela interconectividade e pela hibridação, originadoras de um novo tipo de diversidade cultural baseada na originalidade das diferentes culturas, que lhes permite criar uma identidade singular. Para Arizpe et al. (2000: 40) a diversidade cultural deve ser entendida uma série de escolhas deliberadas que distinguem umas culturas das outras, sendo a diversidade, nas palavras de Lévi-Strauss (1952), «menos uma consequência do isolamento dos grupos do que das relações que os unem».

Sendo o património cultural elemento fundamental da identidade dos grupos, a sua salvaguarda poderá constituir uma forma de preservar a diversidade cultural face à globalização. Num mundo em rápida mudança, os sentimentos de perda e de instabilidade tornam o património cultural uma âncora, assumindo uma especial urgência a sua conservação como forma de garantir a diversidade, o pluralismo cultural e o acesso à cultura (Mason e Torre 2000: 171).

Para Lowenthal (1998: 1-2), o património, enquanto legado é tão velho quanto a humanidade e parte integrante das identidades. Ao analisar extensamente a relação entre história e património, este autor considera que, apesar das diferenças, ambos são complementares e possuem um objectivo comum, o conhecimento do passado (1998: xi). Baseando-se em formas de persuasão opostas, a história procura convencer através da verdade, sucumbindo à falsidade, enquanto o património exagera e omite, inventa e esquece, vive da ignorância e do erro (1998: 121). Mas ambos são construções, refazem o passado à medida do presente, sendo difícil abandonar o que já foi considerado como verdade ou dado como certo, mesmo quando se prova o erro ou a falsidade (1998: 148).

Nesta perspectiva, Kirshenblatt-Gimblett (2004b: 1) defende que o património é uma forma de produção cultural que recorre ao passado caído em desuso para criar valores patrimoniais actuais através de «operações metaculturais que alargam os valores e métodos museológicos (...) às pessoas vivas, aos seus conhecimentos, práticas, artefactos, mundos sociais e espaços de vivência» transformando-os em exposições de si próprios.

A relação entre memória e património é analisada pela antropóloga Peralta (2008), que revê de forma exaustiva a literatura sobre o tema e aborda questões tão relevantes como a vernaculização da memória e a relação entre memória e poder, considerando que, para compreender as questões patrimoniais, é importante avaliar os processos que concorrem para a construção da memória colectiva e as suas implicações políticas.

Seguindo de perto a autora, as teorias de construção da tradição partem geralmente do princípio que existe uma intencionalidade do poder político que teria capacidade para criar e manter as tradições que mais conviriam, o que parece não ser completamente verdade por ser, em larga medida, inviável. Efectivamente, os indivíduos possuem a sua própria visão do passado e qualquer versão que contradiga os factos não será facilmente aceite (Peralta 2008: 60). A construção da memória parece, pois, constituir um processo negociado e biunívoco, em constante transformação, que agrega as memórias do grupo e as memórias oficiais, considerando-se possível, mas pouco exequível, que a memória das comunidades possa ser totalmente assumida e instrumentalizada pelos poderes instituídos.

Estas reflexões de Peralta sobre as relações entre memória e poder sugerem que a relação com o passado é complexa, envolve relações de poder e dominação, e conta com a participação de uma pluralidade de actores e forças. Decorre desta perspectiva que também o património alberga uma quota-parte de aspectos ligados ao poder que se tornam mais ou menos perceptíveis consoante as situações.

Embora o conceito de memória se articule desde o início com o conceito de património cultural, o mesmo não se passa com a relação entre este e o conceito de “identidade”, afirmando-se em Prats (1997: 8) que do monumento enquanto suporte da memória se passou ao património como suporte da identidade. O conceito de identidade só se divulgou nas ciências sociais a partir dos anos 1960 (Moreira 2006: 19), e pode ser definido como «(...) o grau de identificação e solidariedade que um indivíduo tem com o grupo a que pertence, baseado na percepção partilhada pelos membros de uma comunidade da homogeneidade social do *Nós* por oposição a *Eles*» (Peralta e Anico 2006: 2).

Castells (2003:2), por seu lado, considera que

[e]ntende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. (...) No que diz respeito aos actores sociais, entendo por identidade o processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras formas de significado.

Além disso, a identidade é uma realidade construída e plástica, que se edifica e altera no tempo sob influência de factores históricos, biológicos, memória colectiva, fantasias pessoais, imposições, revelações religiosas, entre outros, que são reorganizados e apercebidos pelos indivíduos e

grupos «(...) em função de tendências sociais e projectos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo/espço» (Castells 2003: 4).

A questão da identidade é fulcral na Convenção que considera ser património cultural imaterial apenas aquele que «as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural», privilegiando assim os detentores do património em detrimento de terceiros, incluindo o próprio Estado.

Ao exigir a participação das comunidades e grupos na inventariação, salvaguarda e gestão do património, a Convenção transpõe para estes agentes o poder de definir que patrimónios seus querem ver reconhecidos, salvaguardados e activados, que identidades desejam dar a conhecer e divulgar, atribuindo-lhes o poder de participar na construção da sua própria memória colectiva e resolvendo o conflito entre património e identidade descrito por Peixoto (2006: 66) quando defende que «(...) uma identidade vivida e partilhada é inimiga da formação de um património» e que «o momento de atribuição de um estatuto patrimonial corresponde ao reconhecimento da morte de uma identidade».

Mas este envolvimento das comunidades e grupos, ainda que em concordância com o mais recente conceito de direitos humanos que contempla também os direitos colectivos, como referido na *Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais* (IIEDH 2007), é bastante complexa e de difícil operacionalização. Efectivamente, a maioria das comunidades são constituídas de forma informal, tornando-se difícil identificar quem poderá falar em nome de todos relativamente a determinado elemento do património cultural imaterial. A tarefa torna-se ainda mais complexa se se pretender obter o consentimento de uma comunidade como exige a Convenção, pois coloca-se a questão da legitimidade desse consentimento se não houver consenso na comunidade, ou se os seus representantes não forem evidentes. Outras dificuldades colocar-se-ão se a comunidade em causa estiver dispersa em determinado território ou, por exemplo, constituir um grupo bastante alargado dentro de um Estado, que poderá inclusivamente aspirar à independência (Kurin 2004: 72).

Acresce que esta exigência parte do pressuposto que as comunidades e grupos se auto-identificam enquanto tal e que as suas fronteiras identitárias e territoriais são conhecidas e reconhecidas, tema que tem sido recorrentemente objecto de investigação antropológica (Cohen 1994; Clifford 1997; Appadurai 2004; Quintino 2004a; Anderson 2005; Amante 2007). A relação entre identidade e espaço parece cada vez menos directa no mundo pós-moderno em que as comunidades se encontram em processos de redefinição e diáspora e os elementos culturais são partilhados pelas diversas comunidades presentes em determinado espaço (Clifford 1997: 19 e 28; Quintino 2004a: 35). Como alerta Appadurai (2004: 71), «os grupos já não são territorializados, delimitados espacialmente, historicamente assumidos ou culturalmente homogéneos».

Interessa aqui lembrar que os dados estatísticos indicam que apenas cerca de 3% da população mundial se desloca para fora do país em que nasceu (PNUD 2009: 22) e que as migrações

internas são, e sempre foram, formas de contacto muito mais frequentes que geram oportunidades de conhecimento e intercâmbio cultural, verificando-se que as manifestações culturais se realizam não só nos locais específicos que tradicionalmente se atribuíam a determinada cultura, mas em todos os lugares por onde as comunidades e grupos passaram, se encontraram e interagiram (Clifford 1997: 44). Nesta perspectiva, a delimitação de determinada comunidade ou grupo não poderá realizar-se com referência a um espaço geográfico circunscrito, mas antes tendo por base uma noção de identidade.

Numa tentativa de tentar esclarecer o que se entende por comunidades, grupos e indivíduos no contexto da Convenção, foram propostas em 2006 as seguintes definições não vinculativas (UNESCO 2006b: 9):

- **Comunidades** são redes de pessoas cujo sentido de identidade ou ligação deriva de uma relação historicamente partilhada que está enraizada na prática e transmissão, ou envolvimento, do seu património cultural imaterial;
- **Grupos** englobam indivíduos dentro da comunidade ou em várias comunidades que partilham características comuns tais como competências, experiência e conhecimentos específicos e que, como tal, desempenham papéis específicos nas práticas presentes ou futuras de recriação e/ou transmissão do seu património cultural imaterial, como por exemplo os curadores, praticantes ou aprendizes.
- **Indivíduos** são aqueles que dentro da comunidade ou em várias comunidades possuem competências, experiência, conhecimentos específicos ou outras características distintas e que, por isso, desempenham papéis específicos nas práticas presentes ou futuras de recriação e/ou transmissão do seu património cultural imaterial, como por exemplo os curadores, os praticantes ou, quando apropriado, os aprendizes.

Apesar de poderem ser assim definidos para efeitos de operacionalização, convém ter em mente que a identidade de um grupo é, na sua essência, um conceito imaginado e relacional, construído de forma dialógica através de um processo de reconhecimento da semelhança com o que acreditamos ser o nosso próprio grupo e da diferença em relação aos outros grupos, também eles imaginados (Faria 2006). O factor determinante do património parece ser a sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade (Prats 1997: 22), sendo esta eficácia simbólica determinada por muitos factores, entre os quais a capacidade de contextualização dos símbolos em práticas e discursos, o nível de consenso de que gozam os referentes e significados, e ainda o grau de condensação de atributos e significados (Prats 1997: 29).

Este carácter simbólico é apercebido pelos diferentes actores de diversas formas, o que leva a que possam coexistir, e normalmente coexistam, versões alternativas de uma mesma identidade, que se podem articular em relações de complementaridade, oposição ou permanecer desconectadas, podendo qualquer uma delas ser exibida ou activada (Prats 1997: 31).

No seguimento do que tem vindo a ser exposto, não surpreende que o conceito de património cultural se encontre hoje fortemente politizado sendo frequentemente evocado nos debates sobre memória e identidade (Kasfir 2004: 192). Nas palavras de Peralta (2003: 85) o património é sempre

uma autodefinição cultural, materializada em estandartes públicos, que se fundamenta no passado e numa especificidade etnocultural, cujos elementos são articulados de forma arbitrária para servir o projecto colectivo, sendo que esse projecto é definido, as mais das vezes, por propostas de cunho ideológico emanadas das esferas políticas.

Sendo a Convenção também um instrumento político, poderá ser útil balizar, caso a caso, a identidade que mais se adequa a cada situação recorrendo ao conceito de identidade cultural/política que Clifford (1997: 46) define como «uma configuração processual de elementos historicamente atribuídos – incluindo a raça, a cultura, a classe, o género e a sexualidade – cujas diferentes combinações podem ser moldadas em diferentes conjecturas».

Uma das ideias centrais nos argumentos apresentados é que o património cultural cria uma relação entre a gestão do passado e a compreensão do futuro. É simultaneamente o alicerce de práticas sociais relacionadas com a memória e parte integrante do projecto para o futuro esboçado pelas comunidades enquanto responsáveis pela sua protecção e transmissão às gerações futuras. Firmemente ancorado num passado frequentemente reinventado, o património cultural é o fio condutor que justifica o presente e permite idealizar o amanhã (Lowenthal 1998: xiv).

No que concerne aos aspectos imateriais do património, alguns autores defendem que «a investigação do que hoje se denomina património imaterial foi historicamente desenvolvida pela disciplina do folclore, numa direcção muito similar à que se observa na maior parte da literatura patrimonial na actualidade» (Bialogorsky e Fischman 2002).

As origens e evolução do folclore, termo cunhado pelo arqueólogo William John Thoms em 1846, têm sido amplamente debatidas (Bialogorsky e Fischman 2002; Thiesse 1998; Melo 2001; Castelo-Branco e Branco 2003; Frade 2004), considerando Frade (2004: 48) que o folclore não é mais que uma sistematização e delimitação das fronteiras da cultura popular.

Vasconcelos (2001: 399) considera que «o termo “folclore” tanto é usado entre nós enquanto sinónimo aproximado de “cultura popular” como serve para designar o estudo ou ainda a figuração dessa cultura».

A primeira asserção remete para as considerações de Leal sobre a cultura popular na tradição antropológica portuguesa que se considera ser «(...) sempre sinónimo de ruralidade (...) excluindo do seu âmbito as cidades e as camadas populares urbanas e, de uma maneira geral, as populações piscatórias» (2000: 40), ser «testemunho do passado (...) que há que reconstituir em termos interpretativos, que há que registar antes que desapareça, que há que preservar, que há

eventualmente que purificar» e ainda ser «um mundo moral e esteticamente qualificado pelo olhar do observador» do qual se realçam as mais das vezes as virtudes e por vezes também os traços negativos (2000: 41).

A outra vertente do termo folclore remete para Castelo-Branco e Branco (2003: 15), quando afirmam que a prática folclórica subsiste actualmente configurando-se num modelo que inclui a ideologia ruralista mas com uma implantação geográfica também urbana, caracterizando-se por ser regulada por entidades públicas e privadas, pela existência de promotores, por incluir um património constituído por repertórios autenticados, por se manifestar em espaços adequados aos diversos fins, por promover a criação de uma representação fundada no localismo e na produção de identidades locais, pelo desenvolvimento de indústrias do património e pela presença nos mercados culturais e turísticos. Para estes autores (2003: 1) «o folclorismo engloba ideias, atitudes e valores que enaltecem a cultura popular e as manifestações nela inspiradas» enquanto que por «folclorização entende-se o processo de construção e de institucionalização das práticas performativas, tidas por tradicionais, constituídas por fragmentos retirados da cultura popular, em regra, rural».

Na *Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e do folclore* da UNESCO (1989) afirma-se que

folclore (ou cultura tradicional e popular) é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social; as normas e os valores transmitem-se oralmente, por imitação ou de outros modos. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitectura e outras artes.

Importa realçar que entre finais do século XIX e meados do século XX não existia em Portugal uma clara separação entre as várias áreas de investigação (Leal 2000: 30), tendo a distinção entre cultura popular e etnografia decorrido partir dos anos 1940, sob a influência dos estudos levados a cabo por Jorge Dias e pela sua equipa (Leal 2000: 49, Quintino 2004b: 57). Com este investigador surge uma concepção de cultura popular distinta que privilegia as tecnologias tradicionais e os objectos atendendo à sua contextualização «por referência ao modo de vida rural que lhes conferiria sentido e que, nessa medida, deveria ser exaustivamente documentado» (Leal 2000: 50), o que leva Quintino (2004b: 60) a considerar que Jorge Dias «participava na fundação da tradição antropológica cultural e na institucionalização académica da área disciplinar».

É esta contextualização das manifestações populares, a sua valorização conforme existem no presente, a não exigência de autenticidade e, principalmente, a atenção dada aos grupos e comunidades que lhes dão forma que distingue o património cultural imaterial das acepções

anteriores de cultura popular e folclore. Kirshenblatt-Gimblett (2004a: 53) resume exemplarmente esta diferenciação e a evolução dos conceitos no contexto da UNESCO referindo que

durante as várias décadas em que se tentou definir património imaterial, anteriormente por vezes ainda denominado folclore, verificou-se uma importante viragem no conceito de património imaterial para incluir não apenas as obras-primas mas também os mestres. O modelo folclorista anterior apoiava académicos e instituições para documentar e preservar um conjunto de tradições em vias de extinção. O modelo mais recente visa manter uma tradição viva, que poderá estar em perigo, apoiando a manutenção das condições necessárias à reprodução cultural. Tal significa valorizar os “detentores” e os “transmissores” das tradições, bem como o seu modo de vida e meio envolvente. Tal como o património material, o património imaterial é cultura; tal como o património natural, encontra-se vivo. A tarefa consiste, pois, em sustentar a totalidade do sistema como uma entidade viva e não apenas em recolher “artefactos intangíveis”.

Esta visão ficou bem expressa na definição de património cultural imaterial da Convenção, que considera, além das manifestações propriamente ditas, os instrumentos, os objectos, os artefactos os espaços culturais associados, a transmissão de geração em geração e a possibilidade de recriação, aproximando-se efectivamente da concepção antropológica de cultura. Terá sido este facto que levou Brito (2004:154) a afirmar, relativamente ao texto (ainda provisório) da Convenção, que «procura definir e ilustrar a realidade abrangida pelo conceito de património imaterial; podem-se observar-se aí, facilmente, alguns dos principais capítulos de um manual de etnologia».

A definição da UNESCO de património cultural imaterial, central neste trabalho, coloca ainda um conjunto de questões controversas que devem ser discutidas e esclarecidas, designadamente quando afirma no artigo 2º/1 que

Para os efeitos da presente Convenção, tomar-se-á em consideração apenas o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos do homem, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável.

A exigência de compatibilizar o património cultural imaterial segundo a Convenção com os instrumentos internacionais que tratam os direitos humanos suscita algumas dúvidas quanto aos instrumentos internacionais que efectivamente são contemplados. À *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, que constitui um instrumento internacional amplamente aceite no mundo ocidental, contrapõem-se outros instrumentos normativos, igualmente válidos, que revelam culturas e visões do mundo diferentes das ocidentais.

A *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*, aprovada em 1981 e que entrou em vigor em 1986, incide sobre aspectos e preocupações próprias do continente africano ao apontar a



necessidade de serem atendidos os valores de África e de se terem em conta «(...) as virtudes das suas tradições históricas e os valores da civilização africana que devem inspirar e caracterizar as suas reflexões sobre a concepção dos direitos do homem e dos povos», além de apelar ao dever de libertar África eliminando «(...) o colonialismo, o neocolonialismo, o apartheid, o sionismo, as bases militares estrangeiras de agressão e quaisquer formas de discriminação, nomeadamente as que se baseiam na raça, etnia, cor, sexo, língua, religião ou opinião pública» (OUA 1981: preâmbulo).

Por seu lado, a *Carta Árabe dos Direitos Humanos*, adoptada em 1994, transmite muito claramente a visão islâmica do mundo e espelha as preocupações das nações árabes face ao Ocidente, o que suscitou a crítica da Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas quando entrou em vigor em Março de 2008, que considerou ser a Carta incompatível com as normas e os direitos internacionais das mulheres, crianças e não cidadãos relativamente à pena de morte, e inaceitável por equiparar sionismo e racismo (Liga dos Estados Árabes 1994).

De um modo geral, parte-se do princípio que, sendo a UNESCO local de diálogo, tolerância e concertação, actividades consideradas inaceitáveis por um grande número de pessoas ou que possam gerar polémica nos *fora* internacionais como, por exemplo, a mutilação genital feminina ou tradições discriminatórias que excluam determinados grupos com base em critérios como o género ou a etnia não serão consideradas património cultural imaterial nos termos da Convenção ou, pelo menos, não serão inscritas nas Listas.

Outro aspecto controverso da definição de património cultural imaterial é o facto de se tomar em consideração «(...) apenas o património cultural imaterial que seja compatível com (...) as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos (...)» (artigo 2º/1). Tal como o anterior, este ponto é compreensível do ponto de vista político, mas parece ignorar que a identidade frequentemente se constrói por oposição ao *Outro* e que muito do património cultural imaterial dos grupos estará certamente, directa ou indirectamente, relacionado com o conflito e não com o entendimento (Arizpe 2004: 131). Como realça Kurin (2004: 70) «a norma da Convenção é extremamente idealista, encarando a cultura como sendo geralmente confiante e positiva, resultando não da contenda e conflito histórico, mas do florescimento múltiplo de diversas formas culturais».

Por fim refere-se que, na definição de património cultural imaterial, se toma «(...) em consideração apenas o património cultural imaterial que seja compatível com (...) as exigências (...) de desenvolvimento sustentável» (artigo 2º/1). Subentende-se aqui que não será tido em conta o património cultural imaterial que se encontra em desacordo com a definição de desenvolvimento

sustentável das Nações Unidas,<sup>6</sup> mas poderá ser difícil aferir se determinadas actividades tradicionais se conformam ou não com esta exigência.

De acordo com a Convenção, o património cultural imaterial manifesta-se em cinco domínios, que passo a indicar com uma breve explicação:<sup>7</sup>

**Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial:** abrange uma grande variedade de formas, incluindo provérbios, adivinhas, histórias, rimas de embalar, lendas, mitos, canções e poemas épicos, encantamentos, rezas, cânticos, canções, desempenhos dramáticos e assim por diante. Transmitem o conhecimento, os valores e a memória colectiva e desempenham um papel essencial na vitalidade cultural de uma comunidade ou grupo; muitas formas foram desde sempre um passatempo popular. Embora a língua seja um elemento nuclear do património cultural imaterial de muitas comunidades, a língua por si só não é abrangida pela Convenção. No entanto, deve ser protegida, pois constitui um vector do património cultural imaterial.

**Artes do espectáculo:** as expressões elementares das artes do espectáculo incluem a música vocal ou instrumental, a dança e o teatro, mas há certamente muitas outras formas tradicionais tais como a pantomima, versos cantados e determinadas formas de contar histórias. As artes do espectáculo incluem uma grande diversidade das expressões culturais que, no seu conjunto, são testemunho da criatividade humana. Podem frequentemente ser encontradas, em diversos graus, em muitos outros domínios do património cultural imaterial.

**Práticas sociais, rituais e eventos festivos:** as práticas sociais, os rituais e os eventos festivos são actividades rotineiras que estruturam as vidas das comunidades e dos grupos, que são por estes compartilhadas, e que se afiguram relevantes para muitos indivíduos por reafirmarem a identidade dos intervenientes enquanto grupo ou comunidade. Executadas em público ou em privado, estas práticas sociais, rituais e festivas podem estar relacionadas com o ciclo de vida dos indivíduos e dos grupos, com o calendário agrícola, com a sucessão das estações ou com outros sistemas temporais. São condicionadas por visões do mundo e por histórias e memórias comuns. Variam desde simples encontros a ocasiões de celebração e comemoração em larga escala. Embora cada um destes subdomínios seja muito vasto por si só, verifica-se também uma clara sobreposição entre eles.

**Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo:** incluem o conhecimento, o saber-fazer, as competências, as práticas e as representações desenvolvidas e perpetuadas por comunidades no decurso da sua interacção com meio ambiente. Estes sistemas

---

<sup>6</sup> No relatório intitulado “Our Common future” define-se desenvolvimento sustentável como uma «concepção de progresso que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas» (Nações Unidas 1987)

<sup>7</sup> Adaptação da informação disponível no website da UNESCO em <http://www.unesco.org/culture/ich>.

cognitivos expressam-se através da língua, das tradições orais, da ligação a um lugar, de memórias, da espiritualidade e da cosmogonia, e exprimem-se mediante um vasto complexo de valores e crenças, cerimónias, medicina tradicional, práticas ou instituições sociais, e organização social. Tais expressões e práticas são tão diversas e variadas quanto os contextos socioculturais e ecológicos que as originam e, frequentemente, estão na base de outros domínios do património cultural imaterial como descritos na Convenção. Este domínio abrange áreas tão diversas como a sabedoria ecológica tradicional, o conhecimento indígena, a etnobiologia, a etnobotânica, a etnozootologia, sistemas de medicina e farmacopeia tradicionais, rituais, hábitos alimentares, crenças, ciências esotéricas, ritos de iniciação, adivinhações, cosmologias, cosmogonias, xamanismo, ritos de possessão, organizações sociais, festivais, línguas, e artes visuais.

**Aptidões ligadas ao artesanato tradicional:** parece ser o mais tangível dos domínios em que o património cultural imaterial se expressa, embora o alvo da Convenção não seja os produtos artesanais, mas sim as competências e os conhecimentos necessários à sua produção. Todos os esforços para salvaguardar o artesanato tradicional devem centrar-se não na preservação dos objectos resultantes da produção, mas antes na criação de condições que incentivem os artesãos a continuar a produzir todo o tipo de artefactos e a transmitir o seu saber-fazer e conhecimentos a outros, em especial aos membros mais novos das suas próprias comunidades. As aptidões ligadas ao artesanato tradicional expressam-se de muitas formas – roupa e jóias para proteger ou adornar o corpo; trajes e artefactos necessários aos festivais ou às artes do espectáculo; objectos usados para armazenamento, transporte, e abrigo; artes decorativas e objectos rituais; instrumentos musicais e utensílios domésticos; brinquedos; ferramentas vitais à subsistência ou à sobrevivência. Muitos destes objectos são efémeros, pretendendo-se que durem apenas o tempo necessário ao festival comunitário ou ao ritual familiar para que são feitos. Outros transformam-se em objectos de memória, transmitidos de geração em geração como relíquias familiares e são usados como modelos para a criatividade contínua. As competências e o conhecimento necessários à prática do artesanato exprimem-se em objectos tão delicados como flores de papel ou desenhos na areia, ou em artefactos tão robustos e duradouros como uma cesta em verga ou um cobertor de papa.

Quanto à terminologia pela qual é designado o património cultural imaterial, a Convenção refere os “elementos do património cultural imaterial” enquanto que a Lei 107/2001 menciona os “bens imateriais”. Nesta dissertação é utilizado o termo “manifestações” para designar os elementos ou bens do património cultural imaterial, excepto quando se faz referência aos normativos, utilizando-se nesse caso a designação aí indicada.

### 3. Metodologia de Investigação

O facto de o tema do património cultural imaterial e da constituição de inventários me ter sido sugerido em ambiente profissional levantou bastantes dificuldades relativas à definição da estratégia metodológica, uma vez que o tema obrigaria a uma pesquisa bibliográfica que fundamentasse a metodologia de inventariação proposta, tornando este trabalho de investigação simultaneamente descritivo e explicativo (Punch 1998: 14), deixando de lado o trabalho de campo que é a metodologia central da antropologia.

Este tema de pesquisa não se revelou adequado à formulação de uma hipótese teórica, pelo que optei pelo modelo simplificado de pesquisa proposto por Punch (1998: 42), em que a fase de elaboração de um plano de pesquisa surge imediatamente após a delineação das perguntas de pesquisa. Uma sequência idêntica do processo de pesquisa é apresentada por Moreira (2007: 67), que considera, aliás, ser empobrecedor e contraproducente estabelecer hipóteses em pesquisas qualitativas (2007: 71), pelo que optei por delinear um plano de caso sobre o tema em estudo (2007: 96).

A investigação que realizei em 2007 e 2008 especificamente para a dissertação de mestrado encontra-se firmemente alicerçada no trabalho de campo sobre olaria pedrada que efectuei em Nisa, Cacheiro e Ceclavín em 2000 e 2001 para a cadeira “Tecnologias Tradicionais Portuguesas” do curso conducente a mestrado em Ciências Antropológicas.<sup>8</sup> Efectivamente, foram os resultados deste trabalho de campo que enquadraram o desenvolvimento da metodologia de inventariação, pois sem essa experiência no terreno não teria adquirido o conhecimento prático necessário ao desenvolvimento desta metodologia, nem a percepção das dificuldades e aspirações dos actores do património cultural imaterial que só o contacto com o terreno pode facultar.

Por conseguinte, a especificidade do tema de pesquisa proposto exigiu uma estratégia de triangulação metodológica da análise da literatura sobre o tema e dos normativos implicados, inquérito por questionário e trabalho de campo em Nisa.

Para proceder à análise da literatura, recorri a uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, e à análise de conteúdo dos documentos e instrumentos normativos relevantes da UNESCO e de Portugal (legislação, actas de reuniões, declarações, recomendações).

O acervo da Biblioteca da Comissão Nacional da UNESCO foi fundamental para este trabalho de pesquisa, ainda que muitos documentos institucionais e normativos se encontrem disponíveis em linha, merecendo especial destaque o website da UNESCO que disponibiliza inúmera informação e

---

<sup>8</sup> *As bilhas bordadas: Passado e Presente; Aquém e Além Fronteiras. Estudo comparativo dos barros pedrados de Nisa, Cacheiro e Ceclavín.*

links para endereços relevantes.<sup>9</sup> Quanto a outras fontes em linha, houve o cuidado de obter informação sobre os autores e considerei apenas os textos de fontes fidedignas. Ao longo do ano e meio que durou o trabalho de investigação foi necessário consultar repetidamente as fontes electrónicas por forma a actualizar a informação recolhida e, consequentemente, o texto do trabalho. A última verificação foi realizada em Dezembro de 2009, pelo que a informação obtida a partir de fontes em formato electrónico se reporta a essa data.

O exame dos instrumentos normativos relevantes para Portugal, designadamente a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e a Lei 107/2001 de 8 de Setembro foi realizado através da comparação do articulado nos dois normativos e da aferição da sua relevância para um conjunto de aspectos identificados previamente através da análise da literatura. Os pontos comuns e divergentes foram anotados num quadro, que foi revisto e rectificado por um jurista da área do património, e as relações encontradas entre os dois instrumentos normativos foram analisadas e comentadas. Neste âmbito, foi ainda analisado o papel das organizações públicas e privadas e dos diferentes actores, bem como o seu enquadramento pelos dois normativos e pelas Directivas Operacionais da Convenção, entretanto adoptadas.

Foram ainda recolhidas e analisadas experiências internacionais de inventariação que, dada a sua extensão e relevância secundária, não foram incluídas no presente relatório, apesar de as informações recolhidas terem contribuído significativamente para alcançar os objectivos da investigação.

A análise da literatura permitiu delinear uma metodologia de inventariação do património cultural imaterial para Portugal, construir os correspondentes instrumentos de recolha de dados, nomeadamente o questionário e o respectivo guia de preenchimento, e criar uma ficha de inventário para registo das informações recolhidas.

No que se refere à metodologia de inventariação, apenas não foi possível testar no terreno a primeira fase relativa à disponibilização em linha de uma base de dados com questionários. As restantes fases da metodologia, designadamente o preenchimento dos questionários, a integração das informações sobre um elemento do património cultural imaterial constantes em vários questionários numa única ficha de inventário, a validação das informações na ficha de inventário e o preenchimento dos campos em falta da ficha de inventário foram todas executadas.

Quanto aos instrumentos de recolha de dados, o pré-teste do questionário e do guia foi realizado através de inquérito a indivíduos presumivelmente conhecedores de determinadas manifestações do património cultural imaterial pertencentes aos vários domínios indicados na Convenção. Este

---

<sup>9</sup> [www.unesco.org](http://www.unesco.org).

pré-teste permitiu aferir a relevância e abrangência das informações que o questionário permite recolher e a adequação das instruções de preenchimento.

O pré-teste do questionário também se afigurou necessário por a minha experiência relativamente ao património cultural imaterial incidir principalmente sobre o domínio das aptidões ligadas ao artesanato tradicional, colocando-se a hipótese de os campos propostos apresentarem uma tendência para se adequarem a este domínio, descurando a recolha de informação que seria relevante para os outros domínios. Por conseguinte, pretendeu-se com este pré-teste avaliar a pertinência e coerência dos campos de inventário, avaliar se o questionário permitiria recolher informações adequadas sobre do elemento do património cultural imaterial quanto à identificação, descrição, salvaguarda e informações já existentes e aferir a adequabilidade do guia de preenchimento.

O pré-teste foi efectuado por correio electrónico a uma amostra de julgamento que incluiu vários actores considerados relevantes, tendo a selecção dos casos a incluir na amostra sido realizada da seguinte forma:

Em Dezembro de 2007 foram identificadas pelo menos duas pessoas ou entidades para cada domínio do património cultural imaterial. As pessoas ou entidades foram escolhidas a partir de contactos anteriormente estabelecidos com a Comissão Nacional da UNESCO, de conhecimento profissional anterior, de recomendações de pessoas conhecidas ou de pesquisa na Internet, procurando que as manifestações do património cultural imaterial a analisar fossem originárias de várias regiões/localidades do país, incluindo as regiões autónomas. Foi realizado um primeiro contacto telefónico para explicar o contexto e objectivo do questionário; no caso de entidades, e na ausência de conhecimento pessoal ou de contactos anteriores, procurei falar com o responsável pelo sector da cultura. Seguidamente foram identificados os informantes, tendo alguns proposto o envio de mais do que um questionário, o que aceitei, ficando quinze propostas de preenchimento.

Em finais de Dezembro de 2007 foi enviado um email (Anexo 6) com o questionário (Anexo 4) e o guia para o preenchimento do questionário (Anexo 5), solicitando-se a devolução dos questionários preenchidos até finais de Janeiro.<sup>10</sup> O e-mail onde solicitava o preenchimento e dava conta dos objectivos do trabalho não elucidava sobre a realização do presente trabalho académico, mas indicava apenas que se tratava de um trabalho de investigação levado a cabo pela Comissão Nacional da UNESCO para preparar a aplicação em Portugal da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Optou-se por esta estratégia, que não considero pouco ética uma

---

<sup>10</sup> Por motivos de disponibilidade, os questionários foram enviados em duas fases: os primeiros com data limite de devolução de 15 de Janeiro e os segundos com data limite de devolução de 28 de Janeiro. Ainda assim, só consegui obter a totalidade dos questionários em finais de Fevereiro, após várias insistências telefónicas junto dos informantes mais atrasados.

vez que a finalidade expressa é igualmente verdadeira, por se pretender aferir a quantidade de respostas obtidas quando a solicitação provém de um organismo público.

Nem todos os questionários solicitados ou propostos foram devolvidos. Um informante enviou três questionários preenchidos de forma semelhante sobre manifestações do património cultural imaterial do mesmo domínio e da mesma região, pelo que foi escolhido apenas o que na análise obteve maior pontuação. A totalidade dos questionários preenchidos foi recebida até finais de Fevereiro de 2008.

A análise dos oito questionários válidos recebidos decorreu no mês seguinte e a análise das respostas realizou-se com base num quadro em Excel (Anexo 7), tendo sido atribuída pontuação de 0 a 4 às perguntas nº 3, 5, e 7 a 38; para as restantes perguntas foram introduzidas as respostas constantes no questionário, por forma a identificar o elemento do património cultural imaterial e o informante. As respostas foram pontuadas segundo os seguintes critérios:

<b>Critério</b>	<b>Pontuação</b>
Respondido de forma completa ( <i>inclui respostas negativas</i> ) *	4
Respondido de forma suficiente	3
Respondido de forma incipiente ou respondido em demasia	2
Não Respondeu / Não obrigatório	1
Não Respondeu / Obrigatório	0

Quadro 1. Critérios de pontuação dos questionários

\*As respostas negativas (Não) foram consideradas completas quando não careciam de explicações adicionais.

Em seguida foram analisadas comparativamente as várias respostas a cada pergunta, por forma a identificar os aspectos significativos relacionados com a importância da relação entre informante e colector de dados, as dificuldades recorrentes na compreensão das perguntas, a repetição ou omissão de questões, entre outros.

Finalmente, o teste dos instrumentos e do processo de inventariação num caso empírico foi realizado através de trabalho de campo. Tratou-se de retomar e actualizar o trabalho de investigação sobre olaria pedrada desenvolvido no âmbito da cadeira “Tecnologias Tradicionais Portuguesas” do curso conducente a mestrado em Ciências Antropológicas, cujo trabalho no terreno decorreu em Nisa e Cacheiro durante os meses de Junho de 2000 e Abril de 2001 e que teve como técnica de recolha de dados a observação do trabalho dos oleiros e pedradeiras e a entrevista semi-estruturada a estes informantes (Anexo 8) e à responsável da Câmara Municipal de Nisa (Anexo 9). Foram também utilizadas as transcrições de duas entrevistas a oleiros

realizadas por Olinda Sardinha em Março e Abril de 1995, e que foram gentilmente disponibilizadas pela investigadora. A par deste trabalho no terreno, foi efectuado o estudo do núcleo de peças cerâmicas com a técnica decorativa do empedrado da colecção etnográfica do Museu Nacional de Arqueologia (Cabral 2003).

Entre 2002 e 2008 foi possível retomar o contacto com os artesãos entrevistados através do encontro em feiras e de várias visitas às olarias, que permitiram actualizar os dados do terreno.

O trabalho de investigação sobre olaria pedrada de Nisa prosseguiu entre finais de 2007 e 2008 com vista a cumprir a segunda fase da metodologia de inventariação e obter as respostas dos diversos intervenientes às perguntas constantes no questionário. Neste caso, apenas foi possível o preenchimento de três questionários: dos praticantes, preenchidos por mim, assumindo o papel de mediadora, com base na informação recolhida através de trabalho de campo junto destes informantes; de um formador do CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato; e da tutela, na pessoa de uma técnica superior da Câmara Municipal de Nisa.

Conforme proposto na metodologia de inventariação, os três questionários foram em seguida agregados numa única ficha de inventário (Anexo 12), e as informações assim obtidas foram actualizadas em Abril de 2008 mediante a aplicação de um novo guião de entrevista a dois oleiros e duas pedradeiras da mesma amostra (Anexo 10) e à actual técnica responsável da Câmara Municipal de Nisa (Anexo 11, perguntas 1 a 19). Os correspondentes guiões de entrevista foram construídos tendo em vista elucidar, actualizar e validar as informações na Ficha de Inventário preenchida.

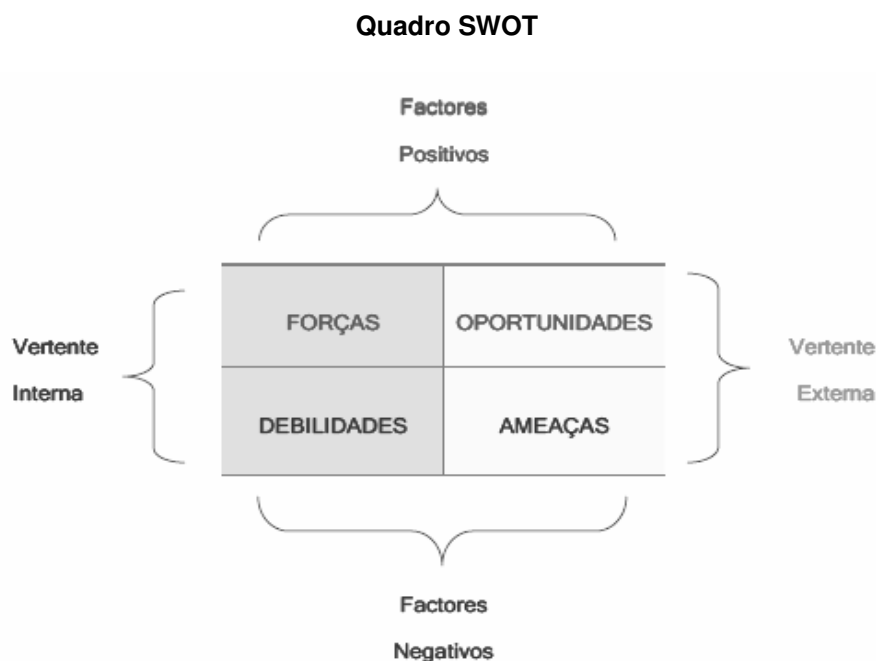
Importa aqui realçar a importância da tutela no preenchimento dos campos em falta da ficha de inventário, conforme é proposto na metodologia de inventariação. Os campos 51 a 57 incidem sobre aspectos relacionados com a salvaguarda da olaria pedrada e visam enquadrar as acções de salvaguarda a promover, tendo sido preenchidos com recurso às informações prestadas pela técnica da Câmara Municipal de Nisa (Anexo 11, perguntas 20 a 26). O quadro SWOT apresentado no campo 55 foi preenchido conjuntamente por mim e pela técnica da Câmara Municipal de Nisa no decurso da mesma entrevista, a partir do confronto e partilha de ideias suscitados pela pergunta 24 do guião de entrevista.

A análise SWOT «(...) consiste num exercício de disposição por quadrante das debilidades, das ameaças (factores negativos), das forças e das oportunidades (factores positivos)» (Santos 2007: 6), que tem por objectivo o desenvolvimento de um plano de intervenção que considere os diferentes factores internos e externos, que maximize o potencial dos pontos fortes e das oportunidades e que minimize o impacto das debilidades e das ameaças (Comunidade Europeia s/ data). Esta ferramenta de gestão tem vindo recentemente a ser aplicada aos sítios e sectores culturais por forma a sistematizar os dados disponíveis e enquadrar a acção a desenvolver para a sua protecção e promoção, podendo dar-se como exemplo as propostas de aplicação da análise



SWOT a áreas como o desenvolvimento de políticas patrimoniais de desenvolvimento espacial sustentáveis (Picard 2003: 97), a aferição do valor dos agregados populacionais e das paisagens culturais (Pedrazzini e Pesaro 2004) ou a análise do sector do artesanato e da cerâmica (INTELI 2009).

Os espaços de sentido e de proveniência inerentes à Análise SWOT podem esquematizar-se da seguinte forma:



Quadro 2. Quadro SWOT  
(Santos 2007: 6)

Depois de encontrados os factores positivos e negativos para determinada realidade, é construída uma Matriz de Confrontação SWOT, que poderá ter a seguinte configuração:

<b>Matriz de Confrontação SWOT</b>		
	<b>Forças (S)</b>	<b>Debilidades (W)</b>
<b>Oportunidades (O)</b>	<b>SO (maxi-maxi)</b> Para cada oportunidade é necessário identificar que forças nos ajudam a tirar benefícios...	<b>WO (mini-maxi)</b> ...e que debilidades nos inibem de o fazer
<b>Ameaças (T)</b>	<b>ST (maxi-mini)</b> Para cada ameaça é necessário identificar que forças nos ajudam a combatê-la...	<b>WT (mini-mini)</b> ...e que debilidades nos inibem de o fazer.

Quadro 3. Matriz de Confrontação SWOT  
(adaptado de Sherwin 2009)

Por fim, tendo em conta os factores identificados, é delineada uma estratégia de intervenção. Todo este processo é bastante intuitivo, e permite sistematizar e classificar os dados disponíveis sobre determinada realidade de forma clara e concisa, por forma a poderem ser mais facilmente analisados os factores positivos e negativos. Os quadros poderão ser preenchidos em conjunto pelos vários actores envolvidos, no decurso de uma ou mais reuniões (Sherwin 2009). A construção da Matriz de Confrontação SWOT no campo 55 é exclusivamente da minha responsabilidade.

A análise da olaria pedrada a partir das informações constantes na Ficha de Inventário permitiu apontar algumas medidas de salvaguarda possíveis a nível nacional, atendendo à letra e ao espírito da Convenção da UNESCO, discutidos na primeira parte desta dissertação.

A reflexão sobre a possibilidade de salvaguarda da olaria pedrada a nível internacional foi realizada com recurso às informações relativas a Nisa e a informações recolhidas durante o trabalho de campo realizado em Ceclavín, Espanha, em 2000/1.

Esta metodologia de investigação permitiu coligir, analisar e avaliar a extensa informação e os normativos relevantes para o tema do Património Cultural Imaterial, relacioná-los e compreender a sua articulação com o quadro teórico e conceptual do património cultural no âmbito da antropologia. A partir daqui foi possível construir uma metodologia de inventariação adequada a Portugal e consentânea com as exigências nacionais e internacionais e testá-la quase na totalidade num caso empírico pertencente a um dos domínios do património cultural imaterial previstos na Convenção da UNESCO.

#### **4. Organização do trabalho**

A dissertação organiza-se em duas partes inter-relacionadas, precedidas por uma introdução onde faço a apresentação do tema e do problema de pesquisa, indicando as condições e motivações que estiveram na origem da escolha do assunto a tratar e procurando enquadrá-lo nas actuais preocupações da antropologia, dando exemplo de estudos recentemente realizados. No quadro teórico procedo à revisão de conceitos relevantes para o tema em apreço como os de património cultural, memória, identidade, folclore e cultura popular, necessários à compreensão e contextualização do tema, analisando a sua relação com o conceito de património cultural imaterial no contexto da Convenção. Segue-se a apresentação da metodologia de investigação onde discorro sobre as várias etapas da pesquisa e se explicam as opções tomadas nos diferentes momentos e, finalmente, descreve-se a organização do trabalho.

Na primeira parte do trabalho efectuo uma revisão dos normativos e das recomendações, dando especial atenção, no primeiro capítulo, à Convenção da UNESCO. Após descrever as várias etapas que levaram à adopção da Convenção e os constrangimentos que um processo desta

natureza sempre acarreta, analiso a relação da Convenção de 2003 com a Convenção do Património Mundial, sublinhando as diferenças e complementaridades entre ambas. Abordo depois as questões relacionadas com a salvaguarda do património cultural imaterial, dando especial ênfase ao inventário e assinalando as diferentes medidas de salvaguarda do património cultural imaterial preconizadas pela Convenção. Os eventuais impactos destas medidas, incluindo a inventariação, são também examinados, dando especial atenção aos impactos sobre as comunidades e grupos.

Ainda nesta primeira parte, o capítulo dois incide especificamente sobre as questões relacionadas com a constituição de inventários no contexto da Convenção. Começando por analisar os procedimentos para a recolha de dados e os campos de inventário possíveis de acordo com o espírito e as recomendações da UNESCO, procedo em seguida à comparação entre a Convenção e respectivas Directivas Operacionais e a Lei 107/2001, assinalando e analisando os pontos comuns e divergentes.

A segunda parte do trabalho reporta-se à aplicação prática do estabelecido nos capítulos precedentes ao contexto português, primeiro propondo uma metodologia de inventariação e em seguida aplicando-a a um caso prático

A proposta de metodologia de inventariação apresentada no capítulo três resulta da análise efectuada anteriormente e desenvolve-se em torno de vários eixos. Apresento um processo de inventariação possível e consentâneo com a análise dos normativos e com os princípios da Convenção bem como os respectivos instrumentos de inventariação, descrevendo como foram aplicados experimentalmente a manifestações de vários domínios do património cultural imaterial. Apresento depois a análise dos resultados desta aplicação, propondo melhorias aos instrumentos de recolha de dados.

No capítulo quatro apresento um estudo de caso em que o processo e instrumentos de inventariação são aplicados a uma manifestação específica do património cultural imaterial para avaliar a quantidade, qualidade, extensão e utilidade da informação que os referidos instrumentos permitem recolher. Caracterizo o domínio das aptidões ligadas ao artesanato tradicional, em que se inclui a produção de olaria pedrada em Nisa, e descrevo pormenorizadamente esta actividade artesanal e as competências requeridas, com base em dados recolhidos no terreno. A informação constante nos três questionários que foi possível obter foi agregada numa única ficha de inventário, tarefa que permitiu analisar os dados e discorrer sobre as medidas de salvaguarda possíveis de serem tomadas a nível nacional e internacional.

Nas Notas Finais faço uma análise crítica dos aspectos mais importantes que foram abordados, propondo alguns temas de investigação pertinentes na área do património cultural imaterial.

## PARTE I – REVISÃO DOS NORMATIVOS E DAS RECOMENDAÇÕES

### Capítulo 1. Convenção da UNESCO

#### 1.1. Etapas na criação da Convenção

A reflexão da UNESCO acerca de questões relacionadas com o património cultural imaterial remonta à *Commission Internationale de Coopération Intellectuelle* criada em 1922 pela Liga das Nações, então responsável pela cooperação internacional na área da arte, museus e cultura. Em 1928, foi constituída a *Commission Internationale des Arts Populaires*, que colaborou com a UNESCO até 1964, ano em se separou das Nações Unidas e adoptou a designação de *Société Internationale d'Ethnologie et de Folklore (SIEF)*, activa até aos dias de hoje, actuando principalmente na Europa (Hafstein 2007: 1).

Em 1952 falharam os esforços para encontrar uma forma de proteger a propriedade intelectual do folclore (Kirshenblatt-Gimblett 2004a: 53; Kurin 2004: 67), tendo sido feitas outras duas tentativas nesse sentido nos anos 70 e 80, também sem sucesso (Aikawa 2004: 138).

A Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, adoptada em 1972, considerava património cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse e, partir de 1992, as paisagens culturais, não sendo possível invocar apenas os aspectos intangíveis como critério de inscrição na Lista do Património Mundial. Este óbice foi apontado em 1973 pela Missão Permanente da Bolívia junto da UNESCO, que propôs a adição de um protocolo à *Convenção Universal sobre Direito de Autor* (UNESCO 1971) com vista à protecção do folclore (Bouchenaki 2003). Embora esta proposta não tivesse sido adoptada, resultou numa maior tomada de consciência dos aspectos imateriais do património cultural, e alertou para esta lacuna na Convenção do Património Mundial.<sup>11</sup>

A partir da *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais / MONDIACULT* (UNESCO 1982: preâmbulo) que decorreu no México em 1982, o conceito de cultura da UNESCO passou a estar mais próximo da perspectiva antropológica, ao ser definido como

o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças,

---

<sup>11</sup> Hafstein (2007) descreve o contexto político boliviano em que a proposta foi feita.

definição que foi em 2001 transposta para a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (UNESCO 2001a).

Ainda em 1982, a UNESCO constituiu o “Comité de Peritos para a Salvaguarda do Folclore” e criou a “Secção do Património Não Tangível”. Estas diligências resultaram na adopção, em 1989, da *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore* (UNESCO 1989),<sup>12</sup> que criou um importante precedente para o reconhecimento do folclore e da cultura tradicional, incentivou a cooperação internacional, e apontou caminhos que foram seguidos por alguns Estados na elaboração de medidas legislativas ou administrativas para a identificação, preservação, disseminação e protecção do património cultural imaterial, uma vez que mencionava já a necessidade de criar sistemas de identificação e registo deste património (Bouchenaki 2003).

Entre 1995 e 1999 foram realizadas várias actividades relacionadas com a *Recomendação*, entre as quais a aplicação mundial de um questionário e a realização de oito Seminários Regionais para fazer um ponto de situação quanto à salvaguarda e revitalização do património imaterial nos vários continentes no âmbito da aplicação da *Recomendação* (Aikawa 2004: 140).

A *Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica* (Nações Unidas 1992) impulsionou também o reconhecimento do património cultural imaterial ao referir no artigo 8º/j que

cada parte contratante deverá, na medida do possível e conforme apropriado, (...) de acordo com a sua legislação, respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que envolvam estilos tradicionais de vida relevantes para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e promover a sua aplicação mais ampla, com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas, e encorajar para que os benefícios derivados da utilização desse conhecimento, inovações e práticas sejam equitativamente partilhados.

A reunião *International Consultation on New Perspectives for UNESCO's Programme: The Intangible Cultural Heritage* juntou em 1993 participantes de vários países e áreas científicas para aconselhar a Organização quanto à estratégia a médio prazo para 1996-2001 que incluía o programa para a salvaguarda do património cultural imaterial (UNESCO 1993). A constatação da necessidade de preservar e transmitir conhecimentos e competências levou à criação, nesse mesmo ano, do programa *Tesouros Humanos Vivos*, que visa o reconhecimento da importância de determinados indivíduos com excepcionais qualidades artísticas e detentores de saberes-fazer tradicionais e a promoção da transmissão desses conhecimentos à geração seguinte. A criação do Fundo-em-Depósito UNESCO/Japão para a salvaguarda e promoção do património cultural

---

<sup>12</sup> Para uma análise aprofundada da preparação da *Recomendação* consultar Sherkin (1999) e Blake (2002).

imaterial nesse mesmo ano foi determinante para o desenvolvimento do programa (Aikawa 2004: 139).<sup>13</sup>

No decurso da Conferência Geral da UNESCO em 1997 decidiu-se que deveria ser dada máxima prioridade ao programa do Património Cultural Imaterial. Um ano mais tarde, o Conselho Executivo aprovou o regulamento do programa *Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* que visava sensibilizar para importância do património oral e imaterial e da sua salvaguarda, avaliar e identificar o património oral e imaterial, incentivar os países a estabelecerem inventários nacionais e a adoptar medidas administrativas para a protecção do seu património oral e intangível e ainda promover a participação de artistas e executantes locais na identificação e revitalização do património cultural imaterial (UNESCO 2006c: 4). Este programa foi objecto de acesos debates no seio da UNESCO sobre o significado dos termos “património oral e imaterial” e “obra-prima”, sobre os critérios de avaliação e os mecanismos de operacionalização, designadamente no que se refere ao financiamento do programa e sobre os recursos humanos necessários às acções de acompanhamento.

Em 1999 a UNESCO e o Smithsonian Institution a organizaram a conferência *A Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation* para avaliar os resultados da Recomendação de 1989 e delinear linhas de acção futuras. No final, concluiu-se que seria necessário um novo instrumento legal que abrangesse questões consideradas relevantes como a terminologia, que enfatizasse a importância dos praticantes em detrimento dos peritos e que incluísse não só os produtos artísticos, mas também o conhecimento e os valores com eles relacionados, os processos criativos que geram esses produtos e as interacções que os valorizam (Bouchenaki 2003). Da Conferência resultou igualmente um Plano de Acção traduzido em várias medidas a serem postas em prática pela UNESCO (UNESCO 1999).

Neste Plano de Acção proposto pelos participantes, o ponto dois recomendava que

tendo em conta que o termo “folclore” tem sido geralmente considerado inadequado, mas enfatizando a importância da sua definição tal como figura na Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore de 1989, enquanto se recomenda a realização de um estudo sobre uma terminologia mais apropriada e se continua a utilizar provisoriamente o termo “folclore” juntamente com “património oral”, “conhecimentos e saberes-fazer tradicionais”, “património imaterial”, “formas de conhecer, ser e saber” entre outros termos, os quais, para os objectivos desta recomendação, consideram-se

---

<sup>13</sup> Os fundos-em-depósito são contribuições monetárias disponibilizadas por governos, organizações, empresas privadas ou pessoas individuais para permitir à UNESCO desenvolver programas específicos e projectos dentro das áreas de actuação da Organização.

equivalentes “cultura tradicional e folclore” de acordo com a definição na supramencionada Recomendação de 1989.

Uma das objecções à utilização do termo folclore fundamenta-se na sua identificação com a construção cultural e ideológica das nações e das identidades nacionalistas (Thiesse 1998; Anderson 2005). Como se refere em Derèze (2005: 51) «noções como a de cultura popular são categorias históricas de pensamento relativas a determinados períodos sócio-históricos, e tributárias de contextos e actores cujas relações se modificaram ao longo do tempo», o que justifica a necessidade sentida de se encontrar uma designação consentânea com o quadro teórico actual sobre património.

Com o objectivo de encontrar uma nova terminologia para designar este tipo de património, a UNESCO enviou em 2000 um questionário aos Estados Membros e a várias organizações internacionais (UNESCO 2000). As respostas foram debatidas em 2001 na reunião *International Round Table: “Intangible Cultural Heritage – Working Definitions”* (UNESCO 2001b), tendo sido decidido retomar a definição expressa na *Recomendação* de 1989 adicionando-lhe o conceito antropológico de “espaço cultural” (Aikawa 2004: 141; UNESCO 1998: 9) e adoptando o termo “património cultural imaterial”.

A primeira proclamação das *Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* viria a ser realizada em 2001, com impacto e resultados significativos e imediatos, garantindo a atenção do público e incentivando os governos a desenvolverem acções de salvaguarda (Kurin 2004: 69). Foram realizadas outras duas edições em 2003 e 2005, tendo sido proclamadas, no total, 90 obras-primas, que foram integradas na *Lista Representativa* da Convenção em Novembro de 2008 no decurso da terceira sessão do comité intergovernamental do património cultural imaterial. Na opinião de Matsuura (2006:3), as Proclamações tiveram um impacto bastante significativo, uma vez que os governos dos países envolvidos promoveram várias iniciativas relevantes como a criação de entidades para a salvaguarda do património cultural imaterial, a organização de inventários e a adopção de legislação nacional, além de terem sido desenvolvidos planos específicos para a salvaguarda das obras-primas proclamadas. Por outro lado, tiveram o mérito de sensibilizar a comunidade internacional para o valor do património cultural imaterial e para a necessidade urgente de se tomarem medidas para assegurar a sua transmissão, ao ilustrar, através de exemplos práticos, a diversidade de expressões culturais e os factores que as ameaçam.

Lourdes Arizpe (2004: 130) defende que, além dos aspectos positivos já apontados, uma das contribuições mais valiosas das Proclamações foi o facto de preservarem a integridade do significado de cada obra-prima seleccionada – actividade, objectos, evolução histórica – e integrarem contributos de todos os actores envolvidos. Quanto às comunidades detentoras das obras-primas, ainda é cedo para efectuar uma análise detalhada, mas alguns estudos apontam

para uma maior sensibilização quanto ao seu próprio património cultural imaterial, um aumento da auto-estima e uma atitude pró-activa na salvaguarda e activação do património (Kuutma 2007: 4).

O processo formal de elaboração de uma nova convenção para o património cultural imaterial, semelhante à Convenção do Património Mundial iniciou-se em 2000. Na 161ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, em 2001, foi apresentado e adoptado o *Report on the preliminary study on the advisability of regulating internationally, through a new standard-setting instrument, the protection of traditional culture and folklore* (UNESCO 2001c) onde se reafirmava a necessidade de adoptar um novo instrumento legal para a preservação e promoção deste património.

A primeira versão da Convenção, apresentada em Turim em Março de 2001 (UNESCO 2001b) no decurso da Mesa Redonda Internacional *Intangible Cultural Heritage – Working Definitions*, além de ter sido considerada demasiado académica e pouco operacional, não incluía ainda as considerações relativas à necessidade de conformidade com os instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos humanos, às exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e ao desenvolvimento sustentável (Zanten 2004: 37).

Ainda em 2001 foi adoptada a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* que reflecte a determinação dos Estados-membros em criar um instrumento orientador das políticas culturais nacionais e internacionais nesta área (UNESCO 2001a). A diversidade cultural é aqui considerada tão necessária para o género humano como a diversidade biológica para a natureza, caracterizando-se por ser património comum da humanidade, imperativo ético inseparável do respeito pela dignidade humana, promotora do pluralismo cultural, condição necessária à criatividade e ao desenvolvimento, factor indispensável à cidadania e inseparável do contexto democrático, garante da paz e da segurança internacionais. O tema da diversidade cultural, presente desde a criação da UNESCO em 1945, tornou-se central para a Organização na alvorada do século XXI reconhecendo-se o seu valor na promoção do desenvolvimento sustentável e na facilitação do diálogo intercultural.

Em Setembro de 2002 foi adoptada a *Declaração de Istambul* no decurso da terceira Mesa Redonda de Ministros da Cultura intitulada *Intangible Cultural Heritage, mirror of cultural diversity* (UNESCO 2002a). Esta Declaração refere a importância do património cultural imaterial na formação da identidade cultural das pessoas e das comunidades, como fonte de criatividade, e como alicerce do desenvolvimento sustentável. Realça ainda a sua vulnerabilidade, o seu aspecto activo e dinâmico, a sua relação com o património material, a importância da participação de todos os actores e os benefícios da cooperação internacional, aspectos que são referidos no texto final da Convenção de 2003.

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial foi finalmente adoptada a 17 de Outubro de 2003 durante a 32ª Conferência Geral, sem oposição, mas com as abstenções da Austrália, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Rússia



e Suíça. As questões relacionadas com a sua aprovação encontram-se descritas no *Preliminary Draft International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage and Report by the Director-General on the situation calling for standard-setting and on the possible scope of such standard-setting* (UNESCO 2003b).<sup>14</sup>

A Convenção entrou em vigor no dia 20 de Abril de 2006, três meses após a data de depósito junto do Director-Geral da UNESCO do 30º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. Conforme indicado no artigo 1º, a Convenção tem por fim

- a) A salvaguarda do património cultural imaterial;
- b) O respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos;
- c) A sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo;
- d) A cooperação e o auxílio internacionais.

Em síntese, pode-se afirmar que a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, além de pretender colmatar uma lacuna existente nos instrumentos multilaterais com carácter vinculativo destinados a salvaguardar o património cultural, (i) justifica-se no âmbito de uma vontade universal e preocupação comum em salvaguardar o património cultural imaterial da humanidade na medida em que este constitui um factor de aproximação, intercâmbio e entendimento entre as pessoas e as diferentes culturas; (ii) posiciona-se como instrumento de combate à intolerância e às ameaças de degradação, desaparecimento e destruição do património cultural imaterial decorrentes dos actuais processos de globalização e de transformação social; (iii) invoca conceitos como a diversidade cultural, o desenvolvimento sustentável, a criatividade humana e a interdependência entre o património cultural imaterial e o património material, cultural e natural; (iv) reconhece o papel dos vários actores (Estados Partes, comunidade internacional, gerações mais jovens, comunidades, grupos e indivíduos) na tomada de consciência, produção, salvaguarda, manutenção e recriação do património cultural imaterial.

A *Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* aprovada em 2005 reforça a ideia anteriormente manifestada na *Declaração* de 2001 que a diversidade cultural constitui uma herança comum da humanidade e que a sua salvaguarda é um imperativo ético inseparável do respeito pela dignidade humana, visando apoiar o desenvolvimento de

---

<sup>14</sup> Para uma informação mais detalhada sobre os passos que levaram à adopção da Convenção consultar Aikawa, 2004; Scouarnec, 2004. A antropóloga e diplomata Ana Paula Zacarias, à data destacada na Delegação de Portugal junto da UNESCO, examina e descreve o processo de deliberação e aprovação da Convenção (2009).

políticas de protecção e promoção de actividades culturais e as manifestações artísticas locais (UNESCO 2005a).

As três Convenções da UNESCO (Convenção do Património Mundial, Convenção do Património Imaterial, Convenção da Diversidade das Expressões Culturais) constituem instrumentos fundamentais na protecção, salvaguarda e promoção da cultura, sendo recomendável encontrar formas de criar uma sinergia entre todas (UNESCO 2006d: 46).<sup>15</sup>

## **1.2. Relação com a Convenção do Património Mundial**

O interesse em produzir e adoptar uma convenção internacional para a protecção do património cultural imaterial apenas pode ser compreendida no contexto dos objectivos da UNESCO e das acções da organização no sector da cultura.

A UNESCO é uma organização satélite das Nações Unidas, fundada a 16 de Novembro de 1945, que tem por objectivo principal a defesa da paz através do diálogo entre as civilizações, as culturas e os povos (Rivière 2008) constituindo, nesta perspectiva, uma verdadeira “zona de contacto” como referido em Clifford (1997: 192), pois invoca

a copresença espacial e temporal de sujeitos anteriormente separados por divisões geográficas e históricas, e cujas trajectórias agora se intersectam (...). Uma perspectiva de contacto sublinha como estes sujeitos se constituem em relação aos outros e através dos outros. [Enfatiza] a co-presença, a interacção, os entendimentos e as práticas entrosadas que frequentemente se manifestam no âmbito de relações de poder radicalmente assimétricas.

A estratégia da UNESCO desenvolve-se através de acções e programas geridos por cinco sectores: Educação, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Cultura e Comunicação. Tal como os outros, o sector da Cultura ultrapassa em larga medida as preocupações de âmbito cultural da Organização, procurando encontrar bases de entendimento entre os Estados. Neste sentido, o conceito de património comum da Humanidade, operacionalizado e disseminado através da Convenção do Património Mundial, possibilita incutir nos espíritos uma melhor aceitação de outros conceitos igualmente importantes que carecem de uma abordagem conjunta e que devem

---

<sup>15</sup> A UNESCO conta actualmente com 7 Convenções na área da cultura: Convenção Universal sobre Direito de Autor (1952, 1971); Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954); Convenção relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais (1970); Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972); Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático (2001); Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003); Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

ser promovido por todos para benefício de todos, agregando esforços, vontades e recursos como, por exemplo, o de diálogo intercultural ou o de desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial reforça a chamada de atenção sobre um bem comum da humanidade que não é tangível mas que é indispensável proteger, enquadrando-se na estratégia da UNESCO de promover a diversidade cultural através da salvaguarda do património nas suas diversas vertentes, dando visibilidade às diferentes expressões culturais.

Em antropologia não se faz distinção entre cultura material e imaterial, pois ambas pertencem à mesma realidade que deve ser abordada e compreendida na sua totalidade, mas nas Convenções da UNESCO esta separação explica-se pela necessidade de as tornar operacionais. Ainda assim, não é possível analisar a Convenção do Património Imaterial sem estabelecer um paralelismo com a Convenção do Património Mundial.

A Convenção da UNESCO para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, geralmente designada por Convenção do Património Mundial, foi adoptada em 1972 e resulta de vontades expressas desde o final da 1ª Guerra Mundial de salvaguardar o património comum da humanidade.<sup>16</sup> De acordo com esta Convenção (UNESCO 1972), são património cultural (artigo 1º):

*Os monumentos.* – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os conjuntos.* – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse.* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

A partir dos anos 1990 começou a ser atribuída maior relevância aos aspectos imateriais dos bens candidatos a inscrição na Lista do Património Mundial, em parte devido a pressões dos países do Sul cujo património, entendido como os bens que passam de geração em geração, consistem

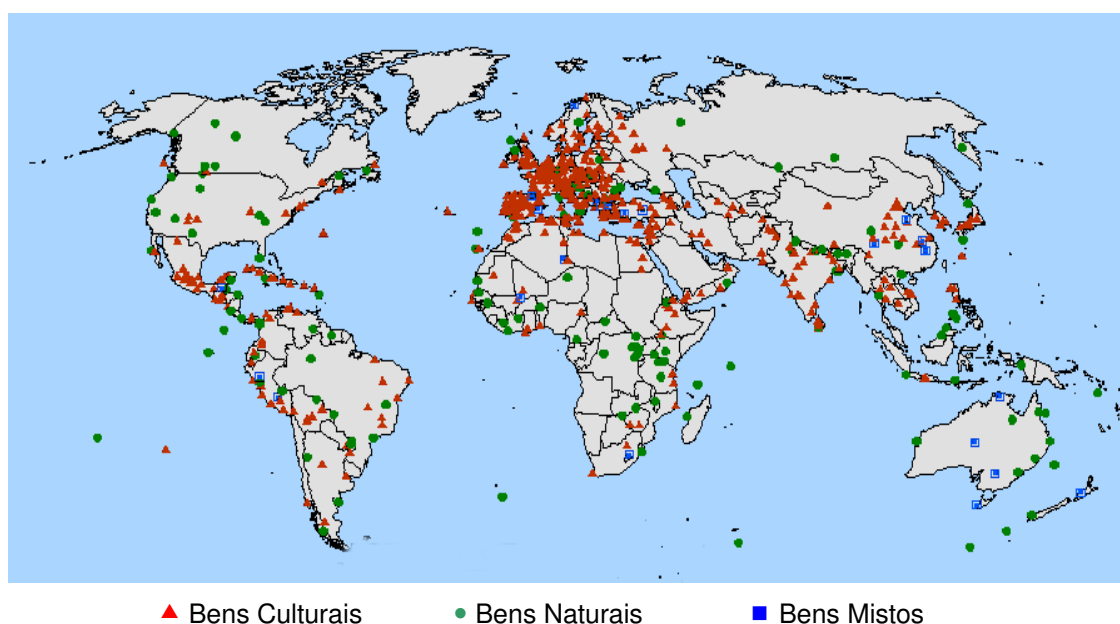
---

<sup>16</sup> A Convenção do Património Mundial foi elaborada no seguimento do movimento de cooperação internacional de angariação de fundos para a preservação dos sítios e monumentos da Núbia (Templo de Abu Simbel) que iriam ficar submersos com a construção da barragem de Assuão, em 1959 (Bouchenaki 2000: 152). Peixoto (2000) faz remontar ao séc. XVII e ao juriscônsul holandês Hugo Grócio a ideia de um património ambiental comum à humanidade. Para um resumo dos passos que levaram à adopção da Convenção do Património Mundial consultar Bumbaru, 2006.

«mais num conjunto de regras para a organização do espaço do que em bens tangíveis» (Boukhari 1996). Além disso, para muitas comunidades e grupos, a distinção entre património natural, material e imaterial simplesmente não existe, pois as manifestações e objectos do mundo físico relacionam-se intimamente com o mundo intangível do sobrenatural (Kurin 2004: 70).

Em 1992 o Comité do Património Mundial admitiu a necessidade de reconhecer as tradições vivas e continuadas que ligam as pessoas aos lugares, e adicionou uma nova categoria às anteriormente existentes, a das *paisagens culturais* definidas como as obras combinadas da natureza e do Homem (Matsuura 2004: 4; UNESCO 2008a: 85).<sup>17</sup>

A inscrição de bens na Lista do Património Mundial depende do cumprimento de vários requisitos, nomeadamente possuir um valor universal excepcional, ter valores de autenticidade e integridade e cumprir com pelo menos um de dez critérios: seis aplicáveis aos bens culturais e quatro aos bens naturais. A Lista do Património Mundial integra actualmente (Julho de 2009) 890 bens situados em 148 Estados Parte, entre os quais 689 bens culturais, 176 bens naturais e 25 bens mistos. Além deste desequilíbrio na tipologia de bens classificados, a distribuição geográfica também não é equitativa, pois mais de metade dos bens culturais inscritos situam-se na região da Europa.



Mapa 1. Distribuição geográfica dos bens na Lista do Património Mundial da UNESCO  
(Dezembro 2007)

Esta situação, que já havia sido identificada em 1994 no *Report of the World Commission on Culture and Development – Our Creative Diversity* (Cuéllar 1996: 176) deve-se, em parte, ao facto

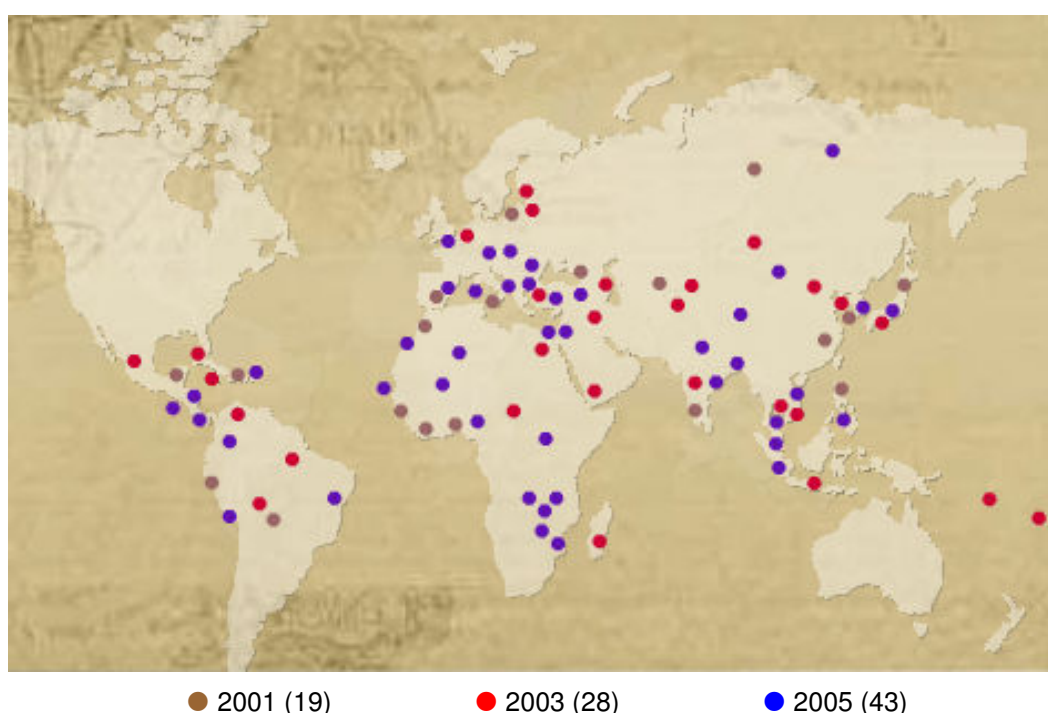
---

<sup>17</sup> Para uma análise da evolução da noção de património cultural no âmbito da Convenção do Património Mundial consultar Lévi-Strauss, 2000.

de a Convenção do Património Mundial estar vocacionada, no que se refere aos bens culturais, para reconhecer o património imóvel, não atendendo aos aspectos imateriais senão de forma indirecta, através do critério “vi” que obriga o bem a «estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional» (UNESCO 2008a: 20). Só em circunstâncias excepcionais este critério justifica uma inscrição na Lista, e apenas quando aplicado conjuntamente com outros critérios culturais ou naturais.

O Comité do Património Mundial tem vindo desde 1994 a tomar algumas medidas para tornar a Lista do Património Mundial mais equilibrada e equitativa, dando prioridade à inscrição de bens em países pouco representados, de bens naturais e mistos, e de bens em série.

Nestas circunstâncias, a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade apresenta-se como uma contrapartida à Lista do Património Mundial. Constituída em Novembro de 2008 com a integração das 90 Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, a Lista Representativa contará certamente com inúmeros bens dos países do Sul e da região Ásia-Pacífico, como é previsível através da análise do mapa onde se encontram assinaladas as Obras-primas.<sup>18</sup>



Mapa 2. Distribuição geográfica das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade

---

<sup>18</sup> Em Setembro/Outubro de 2009 a Lista Representativa foi alargada com a inscrição de 76 novas manifestações do património cultural imaterial, decorrentes de candidaturas dos Estados Partes. A maioria destas manifestações ocorre em países da região Ásia/Pacífico, o que sugere a possibilidade de desequilíbrios geográficos poderem igualmente ocorrer nesta lista.

A relação entre as duas convenções é reconhecida no artigo 3º/a da Convenção de 2003 quando se estabelece que nada na Convenção pode ser interpretado como

alterando o estatuto ou diminuindo o nível de protecção dos bens declarados património mundial no âmbito da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972, aos quais um elemento do património cultural imaterial esteja directamente associado.

Um dos factores distintivos mais relevantes entre as duas convenções prende-se com o conceito de autenticidade. A Convenção do Património Mundial baseia-se na *Carta de Veneza* (ICOMOS 1964), em cujo preâmbulo se pode ler que

os monumentos históricos perduram até aos nossos dias como testemunhas vivas das tradições de várias gerações. Os povos tornam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade colectiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade.

As *Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial* indicam a este respeito que a autenticidade se define através de uma diversidade de atributos determinantes tais como a «(...) forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; situação e enquadramento; língua e outras formas de património imaterial; espírito e impressão; e outros factores internos e externos» (UNESCO 2008a: 21).<sup>19</sup>

Estas considerações das *Orientações* baseiam-se no *Documento de Nara sobre Autenticidade* (ICOMOS 1994) que alarga o conceito de autenticidade reconhecendo que não é «possível basearem-se os julgamentos de valores e de autenticidade de acordo com critérios fixos», devendo «as propriedades do património [ser] consideradas e julgadas dentro dos contextos culturais a que pertencem» (ponto 11) (Lévi-Strauss 2000: 166). Este documento reconhece ainda, em relação ao património cultural imaterial, que «todas as culturas e todas as sociedades estão enraizadas em formas e em meios particulares de expressão tangível e intangível que constituem o seu património, e que devem ser respeitados» (ponto 7) acrescentando que «a responsabilidade pelo património cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou e a cujo cuidado ficou» (ponto 8), ideias mais tarde transpostas para a Convenção do Património Imaterial.

A questão da autenticidade é fundamental na diferenciação entre a Convenção de 1972 e a Convenção de 2003, pois nesta última não existe qualquer articulado sobre a autenticidade, o que

---

<sup>19</sup> As *Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial* compilam as decisões do Comité relativamente à forma de aplicação da Convenção do Património Mundial e são periodicamente actualizadas. A versão mais recente data de 2008.

se poderá explicar pelo facto de este conceito ignorar a natural dinâmica das sociedades e se prestar a que seja construído um olhar hegemónico sobre determinados grupos ao se enaltecerem as características estáticas, presumivelmente originais, das culturas (Branco 1999: 37).

A irrelevância do conceito de autenticidade no âmbito do património cultural imaterial é reiterada na *Declaração de Yamato* (UNESCO 2004) onde se afirma que «considerando que o património cultural imaterial é constantemente recriado, o termo “autenticidade”, tal como é aplicado ao património tangível, não é relevante para a identificação e salvaguarda do património cultural imaterial» (ponto 8).

A relação entre autenticidade, património material e património imaterial pode ser ilustrada com o exemplo do Grande Santuário de Ise, situado na ilha com o mesmo nome, no Japão. Embora remonte ao ano 690, manda a tradição que este santuário em madeira seja completamente reconstruído a cada 20 anos, utilizando determinados materiais e técnicas de construção (Kirshenblatt-Gimblett 2004a; Cluzel 2007). Desta forma, embora o santuário fisicamente nunca tenha mais de 20 anos, a sua autenticidade reside no facto de o saber-fazer ligado à sua reconstrução ter sido transmitido de geração em geração por mais de 1000 anos, e de a sua funcionalidade permanecer inalterada até aos dias de hoje (Yoshida 2004: 108).

Também, os conceitos de valor universal excepcional e de representatividade não são referidos no texto da Convenção de 2003 ao contrário da Convenção de 1972 e das regras de proclamação das Obras-Primas. Estes dois conceitos foram amplamente debatidos pelos peritos que elaboraram a Convenção do Património Imaterial, concluindo-se que não seria apropriado nem desejável criar uma hierarquização entre os bens ou entre culturas (UNESCO 2006c: 6). Paradoxalmente, a Convenção institui a *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade*, a qual, apesar dos fins louváveis de «assegurar uma melhor visibilidade do património cultural imaterial, fomentar a consciência da sua importância e favorecer o diálogo no respeito da diversidade cultural» (artigo 16), não deixa de constituir uma hierarquização destes bens relativamente aos outros que não se encontrarão inscritos nessa Lista.

Tem também vindo a ser dada cada vez maior atenção às vertentes imateriais dos bens na Lista do Património Mundial, partindo-se do princípio que a sua adequada preservação passa igualmente pelo reconhecimento e salvaguarda desses aspectos (Fejérdy 2006: 164). Como refere Appadurai (2002: 13), «sem o património material, o património imaterial torna-se demasiado abstracto. Sem o património imaterial, o património material transforma-se uma série de objectos ou sítios ilegíveis».

### **1.3. Salvaguarda do património cultural imaterial**

A Convenção esclarece no artigo 2º/3 que

entende-se por “salvaguarda” as medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse património.

Estas medidas podem ser desenvolvidas à escala nacional ou internacional, assumindo especial relevância a constituição de inventários para «assegurar a identificação com vista à salvaguarda». Cada Estado Parte pode elaborar um ou mais inventários da forma que melhor se adequue à realidade nacional sendo obrigatório que preveja mecanismos de actualização dos mesmos (artigo 12º/1). O Estado Parte fica ainda obrigado a incluir informações relevantes sobre os inventários nos relatórios que apresenta periodicamente ao Comité do Património Cultural Imaterial (artigo 12º/2).

Como sustenta Hernández (2002: 386), o ponto de partida de qualquer acção de salvaguarda do património consiste, efectivamente, na constituição de inventários para identificação e controlo dos bens patrimoniais, servindo de base a futuras acções de conservação, gestão ou difusão. A constituição de inventários é uma das medidas tradicionais de promoção da salvaguarda prescrita para o património móvel e imóvel: um Estado pode determinar que alguns bens deverão ser conservados adequadamente e proibir a sua destruição, sancionando os prevaricadores (normas restritivas) ou pode assinar acordos e tratados que visam salvaguardar os bens sem estabelecer sanções (normas flexíveis) (Klamer e Throsby 2000: 149). Em ambos os casos, os inventários apoiam os instrumentos normativos ao indicarem que bens devem ser preservados.

A obrigatoriedade dos Estados Partes elaborarem inventários do património cultural imaterial presente no seu território foi alvo de extensos debates entre os especialistas que estiveram envolvidos na elaboração da Convenção, argumentando os defensores desta medida que a constituição de inventários do património cultural imaterial, à semelhança do realizado para outros bens patrimoniais, se afigura indispensável à identificação desse património. A decisão de integrar este requisito na Convenção foi tomada pela maioria dos peritos em desacordo com os antropólogos, que alegaram ser a inventariação das manifestações culturais uma actividade enquadrada por princípios conceptuais ultrapassados, que encaram a cultura como uma série de itens separados, e prática caída em descrédito durante a época colonial. Também argumentaram que, provavelmente, se tornaria uma tarefa interminável, desviando recursos financeiros e humanos de acções de salvaguarda passíveis de serem desenvolvidas com as comunidades e grupos. Colocaram ainda sérias dúvidas quanto à possibilidade de a inventariação poder, de alguma forma, promover a salvaguarda. (Kurin 2003; 2004: 71).



Por outro lado, a tradução do património cultural imaterial em inventários ou registos constitui uma forma de preservação que fixa as manifestações no tempo, podendo tornar-se um entrave à dinâmica evolutiva das manifestações prevista no artigo 2º/1 da Convenção (Condominas 2004: 23; Goody 2004: 91). As culturas são entidades dinâmicas e a transmissão e recriação do património cultural imaterial aliadas à criatividade, à inovação e/ou a alterações no contexto social, ambiental ou económico dos seus detentores originam frequentemente modificações na forma e função desse património (Dubé 2004: 125; Moreno-Triana 2004: 85).

Esta dinâmica inerente ao património cultural imaterial determinou a exigência de actualização regular dos inventários patente na Convenção por forma a que os registos se coadunem com a realidade. Efectivamente, mesma expressão cultural pode ser praticada de forma diferente consoante o transmissor ou o contexto local ou temporal, podendo aqui dar-se o exemplo da recitação Bagre dos LoDagaa, no norte do Gana, em que as variações encontradas nas recitações gravadas ao longo de trinta anos são consideráveis, verificando-se sobretudo ao nível da estrutura central da recitação. A memorização de longas sequências é quase impossível na transmissão oral e essa dificuldade permite preencher os lapsos da narrativa com recurso à criatividade e à imaginação, criando narrativas diferentes (Goody 2004).

Cabe aqui referir que a inventariação do património cultural imaterial poderá impulsionar a salvaguarda do património tangível, dado que a maioria das manifestações imateriais se apoiam em objectos físicos: a música é tocada em instrumentos musicais, a dança requer frequentemente espaços e indumentárias próprias, os rituais utilizam objectos mágicos e mesmo os conhecimentos relacionados com a natureza e o universo, como por exemplo a medicina tradicional, requerem produtos materiais, neste caso as plantas e os instrumentos para as recolher. Também os conhecimentos e as competências enquanto formas de património cultural imaterial podem contribuir para a produção ou salvaguarda dos bens materiais, podendo dar-se como exemplo os saberes-fazer ligados às actividades artesanais ou a recuperação de bens imóveis utilizando técnicas tradicionais.

Desta forma, a salvaguarda do património cultural imaterial poderá ser articulada com a preservação de outras formas patrimoniais tangíveis que dispõem já de inventários e de metodologias de protecção, promovendo-se a salvaguarda integral de determinada manifestação simultaneamente nas suas vertentes materiais e imateriais (Brito 2004: 152). Os aspectos imateriais dos artefactos poderão eventualmente ser preservados pondo em prática medidas de salvaguarda holísticas à semelhança das executadas por alguns especialistas não ocidentais de museologia que atendem simultaneamente à integridade física e espiritual dos objectos (Baghli 2004). As medidas de salvaguarda tomadas nesta perspectiva podem, por exemplo, prever o afastamento dos objectos culturalmente sensíveis ou sagrados e o seu armazenamento em locais específicos ou restringir o acesso aos objectos com base no género, na idade ou noutras condicionantes (Kreps 2005).

Enquanto medida de salvaguarda, o inventário não deverá ser um mero repositório de informações sobre determinada manifestação do património cultural imaterial, mas antes registar dados que possam facilitar essa salvaguarda. Se for suficientemente detalhado, poderá constituir um ponto de partida e de referência para o desenvolvimento das acções de salvaguarda previstas na Convenção, designadamente a preservação, a protecção, a promoção, a valorização e a transmissão, ainda que estudos mais aprofundados ou sobre aspectos relacionados possam revelar-se necessários para a delineação e execução de acções de salvaguarda abrangentes e integradas.

De acordo com a Convenção, a salvaguarda alcança-se através de medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, pese embora a dificuldade de prever se determinada iniciativa irá efectivamente preservar, proteger e promover uma manifestação cultural. Esta viabilidade, entendida como “existência com futuro” poderá ser assegurada através de acções específicas, informadas pelos dados constantes nos inventários, mormente no que se refere ao envolvimento das comunidades e grupos. Não fará sentido tomar medidas para assegurar a viabilidade de uma manifestação do património cultural imaterial que caiu em desuso, que deixou de ser funcional ou que já não interessa aos seus detentores (Kurin 2004: 74).

A valorização do património cultural imaterial, por sua vez, relaciona-se com a necessidade de incrementar a visibilidade enquanto medida de salvaguarda, o que poderá ser conseguido através da disponibilização e divulgação dos inventários, como forma de tornar as manifestações culturais melhor conhecidas. Os museus poderão desempenhar um papel fundamental nas questões relacionadas com a valorização, quer organizando exposições e desenvolvendo iniciativas de divulgação, quer assumindo-se como ponto focal para estas matérias em articulação com os grupos e comunidades que representam.

Quanto a este último aspecto, interessa aqui assinalar uma linha teórica recente em museologia que preconiza que as exposições devem ser organizadas com a colaboração das comunidades e grupos (Fernandes 2006), lançando aos museus o desafio de incorporar os pontos de vista dos visados nas próprias exposições (Yoshida 2004: 110). Foram realizadas várias experiências nesse sentido, podendo citar-se as exposições *Message from the Ainu: Craft and Spirit*, Museu Nacional de Etnologia em Osaka (Yoshida 2004), *Voice and Echoes: Reminiscences of the Mediterranean in the Atlantic*, London Metropolitan University em Las Palmas, Ilhas Canárias (Robertson 2006) e várias experiências nos Iziko Museums na África do Sul (Bredekamp 2006).

A atenção aos aspectos imateriais dos artefactos é importante em museologia, na medida em que o trabalho dos investigadores é muitas vezes dificultado pela deficiente identificação dos objectos presentes nos acervos etnográficos, testemunhos de um passado ainda recente e importantes para a compreensão do modo de vida das comunidades que lhes deram forma. O estudo das

dimensões imateriais que atribuem significado e contextualizam os objectos alarga o conhecimento sobre as peças, possibilitando uma classificação mais exacta (Cabral 2003).<sup>20</sup>

Enquanto o património tangível facilmente sobrevive ao seu criador, as manifestações imateriais encontram-se intimamente ligadas às comunidades, grupos e indivíduos que as executam, estabelecendo uma ligação real, mas também simbólica, entre as gerações (Lamy 2003: 46). Esta forma, a transmissão do conhecimento assume importância fundamental em todo o processo de salvaguarda do património cultural imaterial e os inventários poderão igualmente conter informação sobre as circunstâncias em que ocorre.

A Convenção determina que o património cultural imaterial abrangido é apenas o transmitido de geração em geração, não definindo, todavia, qual o âmbito temporal de uma geração. Esta questão poderá ser parcialmente resolvida de forma burocrática – num inventário construído pelo Canadá, por exemplo, calcula-se que uma geração equivale a 30 anos, pelo que só as manifestações com mais de três décadas serão elegíveis como património cultural imaterial. Ainda assim, o critério relativo à transmissão de geração em geração suscita algumas dificuldades, podendo dar-se como exemplo a reflexão de Amselle (2004: 85) sobre arte africana contemporânea, que considera poder ser encarada de duas formas: se se considerar que a arte africana contemporânea nada tem a ver com a arte africana tradicional, o conceito de património cultural imaterial não se aplica; se, pelo contrário, se verificar que existe uma relação entre as duas formas de arte – a tradicional e a contemporânea – então deve-se pressupor que alguns elementos da primeira sobreviveram à colonização e foram transmitidos de geração em geração até se transformarem em arte contemporânea, que se tornará assim manifestação do património cultural imaterial de acordo com o estabelecido no texto da Convenção.

A língua constitui vector fundamental na transmissão do património cultural imaterial, principalmente nos grupos em que a escrita não se encontra generalizada e, apesar de a Convenção não ter por finalidade a salvaguarda das línguas, acaba por abranger indirectamente a sua preservação. Cada comunidade e grupo é depositário de um léxico próprio associado a determinada manifestação que é necessário preservar na sua língua de origem e que poderá constar no inventário (Smeets 2004: 162).

Recorde-se que a transmissão do património cultural imaterial não se realiza apenas através da linguagem mas também através do corpo e do desempenho, uma vez que a aprendizagem recorre igualmente ao mimetismo e à repetição (Wulf 2005: 88). As características e a complexidade de algumas expressões culturais tornam muito difícil a sua transmissão na forma escrita, como por

---

<sup>20</sup> O exemplo dos bastões Cokwe é elucidativo, considerando Areia e Kaehr (1992: 17) que «a fronteira entre bastão de parada, bastão de dança, bastão de comando, bengala, bastão de viagem e ceptro nem sempre é clara». Pode ainda dar-se o exemplo das máscaras africanas, que se encontram inscritas na categoria “máscaras” nos museus mas que, na realidade, fazem parte de uma dança, perdendo-se o significado da máscara fora da coreografia que a anima (Amselle 2004: 85).

exemplo as mensagens de tambor em África, ou as competências relacionadas com uma actividade artesanal (Condominas 2004: 27). Nestes casos, a transmissão oral é realizada em simultâneo com a execução gestual e a transmissão de muitos conhecimentos só é eficaz através da execução pelo aprendiz, de preferência supervisionada e orientada por um mestre.

Condominas (2004) cita o exemplo dos Mnong Gar no Vietname, cuja técnica agrícola consiste em cuidar das plantas conjuntamente com uma série de rituais propiciatórios, encontrando-se o património cultural imaterial indissociavelmente ligado a uma técnica e não podendo qualquer um dos dois aspectos ser perfeitamente compreendido sem a sua actuação em simultâneo. Nestes casos, assumem especial relevância os registos audiovisuais que podem auxiliar a compreender e executar essas manifestações.

A revitalização do património cultural imaterial foi abordada num primeiro glossário do património cultural imaterial desenvolvido em 2002 pela UNESCO (Zanten 2002) sendo apresentadas duas vertentes:

*[Em relação às práticas desenvolvidas pela comunidade cultural:]* Reactivação ou reinvenção de *práticas sociais e representações* que já não estão em uso, ou que têm caído em desuso.

*[Em relação às políticas do património:]* Incentivo e apoio a uma *comunidade local*, levado a cabo com a concordância dessa mesma comunidade, para reactivação ou reinvenção de *práticas sociais e representações* que já não estão em uso, ou que têm caído em desuso.

Apenas a revitalização de práticas sociais e representações ainda em uso (*living heritage*) está em consonância com a Convenção, ao incidir sobre o património cultural imaterial que as comunidades e grupos ainda praticam.

Tanto a viabilidade como a revitalização foram já debatidas no âmbito da UNESCO em relação ao artesanato, prescrevendo as acções nesta área uma cooperação entre designers e artesãos tendo em vista tornar os produtos mais atractivos para o consumidor sem alterar as suas características intrínsecas nem os descontextualizar (UNESCO 2005c). As reflexões produzidas neste contexto poderão certamente aplicar-se às “aptidões ligadas ao artesanato tradicional” e, possivelmente, ser transpostas para outros domínios do património cultural imaterial.

Outras medidas de salvaguarda são apontadas nas Directivas Operacionais que se encontram em delineação designadamente a sensibilização; a integração da salvaguarda no planeamento; a investigação; o acesso à informação; a criação de entidades de salvaguarda, gestão e documentação; a educação formal e não formal, entre outras. Os inventários poderão ainda ser úteis como ferramentas pedagógicas na formação dos jovens; constituir um fundo documental para

apoiar as actividades de revitalização do património cultural imaterial; dar um contributo importante na delineação de programas de desenvolvimento das comunidades ou de protecção ambiental; constituir fonte de inspiração para artistas, se estiverem disponíveis em linha (Aikawa 2005a: 45).

Uma última questão prende-se com o financiamento das acções de salvaguarda do património cultural imaterial. Tendo em conta que os recursos são escassos e têm de ser criteriosamente aplicados, subsiste a questão de saber o que pode ser salvaguardado, uma vez que as acções de sensibilização podem abranger o património cultural imaterial no geral mas outras acções mais direccionadas terão de incidir sobre manifestações específicas deste património.

Na salvaguarda do património imóvel, a tendência actual parece ir no sentido de encontrar os financiamentos necessários em contextos ou actividades relacionadas com esse mesmo património (Baptista 1997: 39). No âmbito do património cultural imaterial, essa vertente económica encontra-se de forma clara e porventura inevitavelmente ligada à actividade turística, que será abordada no ponto seguinte.

Wulf (2005: 92) defende a necessidade de estudos antropológicos aprofundados para se poder decidir o que deverá e não deverá ser salvaguardado, afirmando que «com os seus resultados, a antropologia pode contribuir para a melhor compreensão das tensões entre o património cultural e as dinâmicas da mudança, na procura de soluções criativas». Na identificação das manifestações do património cultural imaterial que deverão ser salvaguardadas, não se poderá isolar a política de salvaguarda do património cultural imaterial de outras acções estruturantes de desenvolvimento, devendo ser encontrado um conjunto de indicadores de avaliação que incluam a aferição da importância do elemento para o grupo seu detentor, para a comunidade em que se insere e, porque não, para o desenvolvimento local.

#### **1.4. Impactos sobre as comunidades e grupos**

A aplicação da Convenção a nível local terá certamente efeitos para as comunidades e grupos, já que o património cultural possui um valor económico intrínseco que pode constituir fonte de riqueza e de desenvolvimento – uma dimensão que só em meados dos anos 1980 começou a ser reconhecida e debatida (Hernández 2002: 8). As vertentes económicas do património cultural imaterial que têm vindo a ser discutidas nos *fora* internacionais referem-se principalmente aos direitos de propriedade intelectual e ao desenvolvimento da indústria turística, cujos efeitos poderão ser ampliados pela disponibilização de conhecimentos e visibilidade que os inventários constituídos no contexto da Convenção possibilitam.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI s/ data\_a) define propriedade intelectual como

as criações do espírito: invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes, imagens, desenhos e designs utilizados no comércio.

A Propriedade Intelectual divide-se em duas categorias: a Propriedade Industrial, que inclui invenções (patentes), marcas, desenho industrial, indicações geográficas de origem; e o Direito de Autor, que inclui as obras literárias e artísticas, como romances, poemas, peças de teatro, filmes, peças musicais obras artísticas como desenhos, pinturas, fotografias e esculturas e projectos de arquitectura.

A Convenção refere a propriedade intelectual no artigo 3º/b declarando que nada na Convenção pode ser interpretado como «prejudicando os direitos e obrigações dos Estados Partes decorrentes de qualquer instrumento internacional relativo aos direitos da propriedade intelectual ou à utilização dos recursos biológicos e ecológicos no qual sejam Partes».

Todavia, as questões que têm sido levantadas sobre a propriedade intelectual no contexto do património cultural imaterial referem-se aos direitos individuais e não aos dos Estados, e partem do pressuposto que o conhecimento e a informação são bens limitados sendo possível o reconhecimento e a aquisição de direitos de propriedade relativamente a sistemas de sabedoria tradicional e a manifestações culturais tradicionais – ou a manifestações deles derivadas – que habitualmente são consideradas de domínio público (Wendland 2004: 98). Esta possibilidade suscita questões relacionadas com o consentimento informado dos detentores, com o poder para controlar as utilizações desse conhecimento, com o retorno económico equitativo e justo de eventuais rendimentos resultantes dessa utilização, com a retroactividade de eventuais reivindicações de propriedade e com possíveis compensações por usos indevidos (Brown 1998).

Estas preocupações são abrangidas pela definição de património cultural imaterial proposta pela Convenção, designadamente através da exigência de serem as comunidades e grupos a reconhecer o seu próprio património e a participarem activamente na inventariação, salvaguarda e gestão; mediante o reconhecimento do carácter dinâmico e evolutivo das manifestações; e ainda por apenas ser considerado o património cultural imaterial que existe na actualidade.

Apesar de a UNESCO e a OMPI terem realizado algumas acções conjuntas na área da cultura tradicional desde os anos 1970, não foi possível delinear uma estratégia comum de salvaguarda (Blake 2002: 20). Em 1997 teve início uma última tentativa para desenvolver um instrumento normativo internacional conjunto para a protecção da cultura tradicional, tendo sido organizado o *Fórum Mundial para a Protecção do Folclore*, mas acabou por se concluir que a legislação relacionada com a propriedade intelectual não era adequada para assegurar a protecção do que mais tarde viria a ser designado por património cultural imaterial. Seguiram-se reuniões regionais organizadas conjuntamente em 1999 e 2000, tendo então sido criado pela OMPI o *Comité*

*Intergovernamental para a Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Sabedoria Tradicional e Folclore*, já sem a participação da UNESCO (Aikawa 2004: 141).<sup>21</sup>

A reflexão sobre as questões relacionadas com a propriedade intelectual tem-se desenrolado principalmente no campo da apropriação dos conhecimentos indígenas para fins comerciais por parte de multinacionais, particularmente no que se refere ao conhecimento médico tradicional e à sua apropriação pela indústria farmacêutica (Brown 1998: 195). Neste campo, assume especial relevância a constituição de bases de dados de conhecimentos e práticas tradicionais como forma de isolar e sistematizar esses saberes (Agrawal 2002; Reddy 2006), procedendo-se à «documentação sistemática de elementos específicos de conhecimento para análise posterior» (Agrawal 2002: 287).

Os defensores da criação de bases de dados e catálogos de conhecimentos indígenas afirmam que apenas pretendem desenvolver a capacidade local para apreender o conhecimento e incrementar os mecanismos para a sua disseminação e partilha, contrapondo Agrawal (2002: 292) que essa tarefa gera efeitos práticos, epistemológicos e políticos negativos. Efeitos práticos na medida em que criação de bases de dados descontextualiza os saberes e apenas terá em atenção aqueles conhecimentos que têm uma utilidade prática; epistemológicos por tentarem equiparar o conhecimento indígena ao conhecimento científico, transformando “indígena” «numa categoria que é mais teórica-conceptual do que intersubjectivamente construída» (ao contrário do que aconteceria se fosse realizada uma pesquisa no terreno junto dos grupos), atendendo apenas à sua utilidade para o desenvolvimento; e políticos porque nada indica que beneficie e promova a capacitação dos detentores do conhecimento, como alegado. A criação de bases de dados e catálogos poderá, pelo contrário, «canalizar recursos para longe da tarefa política fundamental de transformar as relações de poder» e «facultar meios para os actores sociais mais poderosos se apropriarem de conhecimentos indígenas úteis» (Agrawal 2002: 294).

Reddy discute estas questões relativamente às acções do Governo indiano para proteger a tradição médica *Ayurveda* espalhada pela Ásia Meridional através de três acções distintas, entre as quais a criação de de uma base de dados electrónica, inspirada na exigência de constituição de inventários da Convenção. Esta medida vai ao encontro da estratégia desenvolvida por alguns Estados para prevenir a apropriação indevida de conhecimentos tradicionais pela indústria farmacêutica através do reconhecimento da antiguidade dessa informação, impedindo assim que seja patenteada (Reddy 2006:174).

---

<sup>21</sup> No contexto da OMPI distinguem-se as Expressões Culturais Tradicionais / Folclore (*Traditional Cultural Expressions / Folklore*) da Sabedoria Tradicional (*Traditional Knowledge*), separação ausente na Convenção da UNESCO (OMPI s/data\_b).

A *Traditional Knowledge Digital Library* (TKDL)<sup>22</sup> foi iniciada em 2001 e conta já com 1200 fórmulas Ayurvedicas, Unani and Siddha obtidas a partir da conversão de versos e aforismos da farmacopeia tradicional e de compêndios ayurvedicos para uma linguagem estruturada utilizando um sistema de classificação específico, a que se segue o estudo e identificação das utilizações terapêuticas das plantas a serem listadas e a comparação destas entradas com as fontes originais para validação da informação. O conhecimento assim obtido, presumivelmente, «reflecte uma relação perfeitamente consistente entre a *sabedoria* dos tratados antigos e os *dados* que podem ser registados» tendo a “livraria digital” assim construída servido de base para o estabelecimento de normas internacionais para o registo do conhecimento tradicional que foram em 2003 adoptadas pelo comité da OMPI (Reddy 2006:174).

A criação da TKDL foi contestada por uma facção profissionalizante de praticantes fundamentalistas de *Ayurveda*, os *shuddha*, que não foram consultados durante o processo de construção da base de dados, como foram os grupos de praticantes integracionistas defensores de uma institucionalização da prática semelhante à da biomedicina. Os *shuddha* defendem que os textos *Ayurveda* são sagrados e não devem ser divulgados aos não iniciados, além de que apenas os praticantes os poderão interpretar convenientemente, tendo apresentado uma reclamação nesse sentido (Reddy 2006:176).

Este caso ilustra bem as questões que a inventariação do património cultural imaterial pode suscitar, particularmente em relação aos direitos de propriedade de determinada manifestação, à dificuldade em obter o consentimento de todas as facções envolvidas, à legitimidade de um Estado identificar e registar conhecimentos presentes no seu território e à relação de poder entre as partes interessadas em todo o processo.

Neste contexto a Convenção, enquanto norma flexível, não responde directamente às questões relacionadas com a propriedade intelectual que têm estado no centro das preocupações da OMPI, nem parece poder vir a proteger as comunidades e grupos de possíveis ameaças, geralmente bastante agressivas, da indústria farmacêutica, sendo vantajoso cruzar a Convenção com outros normativos internacionais como por exemplo a *Convenção sobre a Diversidade Biológica* de 1992.

Outro impacto sobre as comunidades e grupos pode ser originado pelo turismo resultante da maior visibilidade que algumas manifestações do património cultural imaterial poderão adquirir por via da inscrição em inventários.

O aproveitamento turístico do património apenas se desenvolveu na forma actual após a II Grande Guerra e, mais intensamente, a partir dos anos 1960 (Prats 1997: 40; Choay 2006: 184). Mais recente ainda é o aproveitamento do património cultural imaterial como atractivo turístico, com

---

<sup>22</sup> Disponível em <http://www.tkdil.res.in>



aspectos negativos e benefícios amplamente analisados e discutidos (Baptista 1997: 37; Ramos 2003; Robinson e Picard 2006).

Entre os aspectos positivos do Turismo podem citar-se, além dos retornos económicos, o facto de o turismo poder ser facilitador do diálogo entre comunidades, poder melhorar as condições de vida das populações contribuindo para a redução da pobreza e ainda poder conservar o património cultural através da angariação de recursos financeiros para a sua identificação, recuperação e divulgação (Baptista 1997: 39). Estes benefícios dependem da criação de políticas de desenvolvimento fundadas no turismo sustentável, ou seja, traduzidas em actividades turísticas de qualidade fundadas na compreensão e sustentabilidade da cultura local e fomentando a participação das comunidades locais na preservação a longo prazo do seu património cultural (Barros 2004: 33; Robinson & Picard 2006).

O turismo apresenta, por outro lado, aspectos negativos como a deterioração do património cultural derivada do fluxo excessivo de turistas, o desinteresse pelas necessidades da população local e a prossecução de projectos desequilibrados e descontextualizados. Sendo o turismo uma indústria em que a vertente cultural é apenas uma parte, acontece frequentemente os aspectos culturais locais não serem considerados nos planos de desenvolvimento turístico, com graves consequências para a salvaguarda, e mesmo sobrevivência, do património cultural (Robinson & Picard 2006).

O património cultural imaterial interessa à indústria turística enquanto recurso e poderá trazer às populações que não possuem património edificado uma nova e importante fonte de rendimento. Vários autores têm vindo nos últimos anos a debruçar-se sobre as questões relacionadas com a tradição, a memória e a etnicidade enquanto recursos turísticos (Urry, 2002; Barretto, 2003; Baranowski e Furlough, 2004; Barros 2004: 127), considerando Barretto (2005: 44) que o turismo étnico surgiu recentemente e

tem como principal atractivo a forma de vida e as tradições de determinados grupos humanos unificados por uma mesma raiz étnica. Pode ser praticado em lugares onde as etnias sempre viveram, (...) ou em lugares de onde as etnias não são nativas, mas para onde foram deslocadas num dado momento da história.

MacCannell (1999) considera que os turistas estão empenhados numa procura de autenticidade e particularmente fascinados com a alteridade, desejando aceder ao que consideram ser as “vidas reais” do *Outro*. Este facto leva a que as populações observadas construam uma realidade, aparentemente autêntica mas que, no fundo, se destina ao consumo turístico e à protecção das suas vidas privadas (Hobsbawm e Ranger 2000; Clifford 1997: 176; Lowenthal 1998). Desta forma, as comunidades constroem uma “tradição”, um “património”, à medida das aspirações dos turistas, como forma de responder ao “*gaze*” descrito por Urry (2002: 9), simultaneamente obtendo proveito económico e preservando de alguma forma a sua verdadeira identidade. Barretto (2005: 41) vai

mais longe ao considerar que os turistas aparentemente têm consciência de que a autenticidade que observam é fabricada, mas não se importando com tal desde que esteja bem encenada.

Estes casos remetem para a reflexão de Godelier (1996: 70) sobre a ocidentalização do mundo, considerando este autor que a salvaguarda dos padrões de pensamento e comportamento tradicionais das populações apenas pode ser alcançada, através da integração das comunidades em estruturas globais que as protejam, e que, paradoxalmente, irão colocar em risco a sua existência em moldes tradicionais. Esta situação explica a razão pela qual muitas das estruturas consideradas “arcaicas” ou “primitivas” são apenas falsas representações, incrustadas em processos globais onde adquirem um novo significado.

Partindo do princípio que um grupo decide ou aceita participar num processo de criação de uma identidade para consumo turístico, com o respectivo reportório de património cultural imaterial, importa então aferir se a sua verdadeira identidade fica realmente preservada. A ideia prevalecente é que o turismo subverte as comunidades onde se desenvolve, alterando a cultura local e criando relações desequilibradas entre as populações e os visitantes podendo levar à perda da identidade local.

Esta perspectiva apresenta uma imagem das comunidades como entidades estáticas e incapazes de se adaptar à mudança, exigindo que os grupos permaneçam inalterados e amarrados às suas tradições, como em museus vivos, o que não se enquadra numa visão da mudança como uma realidade incontornável, sendo o turismo apenas um dos factores que a desencadeia (Prats e Santana 2005: 12-14).<sup>23</sup> Deste ponto de vista, o turismo poderá ser encarado como uma actividade comercial como outra qualquer, e se o cliente procura uma “cultura tradicional autêntica”, há que desenvolver o produto e disponibilizá-lo da forma mais atraente possível em benefício do grupo/comunidade, sem que tal signifique necessariamente uma perda de identidade (Prats e Santana 2005: 18).

Tal não impede que do encontro de culturas resultem impactos negativos para as comunidades, que se poderão ver destituídas do seu direito à auto-determinação. Como alerta Appadurai (2002: 14), à medida que o turismo se torna uma fonte de rendimento vital para os países mais pobres, muitas culturas são obrigadas a projectar-se como “disneylandias” para o entretenimento dos visitantes, em vez de explorarem as suas próprias formas de criatividade cultural. É fundamental garantir um desenvolvimento turístico sustentável, que atenda às necessidades e aspirações das populações envolvidas, e não pretender educar “à força” as comunidades para que se tornem mais conformes com o produto turístico que se quer promover.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> A Televisão, por exemplo, pode ser um factor tão ou mais insidioso – ver Salzman, 1996.

<sup>24</sup> Como exemplo na área do Património Mundial consultar Peixoto, 2006, sobre o Centro Histórico do Porto.

Como exemplo positivo pode referir-se o caso descrito por Wright (1998) dos índios Kayapo na Amazônia: insatisfeitos com a dominação derivada de um suposto progresso que lhes foi imposto, uniram-se, informaram-se e construíram uma identidade e uma cultura à medida das expectativas do “mundo civilizado” que lhes permitiu a sobrevivência física, económica e política. Em contrapartida, o caso dos bosquímanes no deserto do Kalahari apresentado por Ramos (2003) é dramático: para sobreviver parcamente vêm-se obrigados a representar a sua própria cultura em benefício da indústria turística. A diferença entre os dois casos, conforme são apresentados, prende-se com a liberdade de escolha e o retorno económico conseguido: no primeiro caso, trata-se de uma decisão do grupo, que beneficiou o próprio grupo; no segundo caso, a decisão e os benefícios encontram-se na mão de terceiros.

O desenvolvimento turístico como meio para erradicar a pobreza é preconizado pela UNESCO, considerando esta Organização que o turismo poderá ser vantajoso desde que seja desenvolvido de forma sustentável, podendo constituir uma oportunidade para a capacitação das comunidades e grupos (Robinson e Picard 2006; Pellón 2005). No âmbito de investigações relativas ao impacto do turismo sobre as populações dos países em desenvolvimento, começam agora a surgir alguns estudos antropológicos que procuram analisar e divulgar modelos de turismo alternativos que promovem a auto-determinação e capacitação dos grupos, podendo dar-se o exemplo dos projectos turísticos desenvolvidos entre os Kuna Yala, no Panamá (Pereiro e De León 2007).

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial comporta vários níveis de intervenção, exigindo um compromisso entre as exigências e finalidades internacionais, nacionais e locais. Numa perspectiva glocal, o caminho passa por honrar os compromissos assumidos internacionalmente ao nível do Estado, aplicar a Convenção a nível nacional de acordo com as políticas de património em vigor e ir ao encontro das aspirações e anseios locais que vêm na Convenção uma oportunidade de promoção e desenvolvimento. Estas três dimensões da Convenção devem ser abordadas e articuladas de forma coerente, tentando encontrar sinergias que permitam retirar os maiores benefícios possíveis da aplicação da Convenção às várias escalas.

## Capítulo 2. Constituição de inventários

### 2.1. Procedimentos para a recolha de dados

O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa define “inventariação”, como a «acção de enumerar e identificar os elementos de um todo, de fazer o inventário; acto ou efeito de inventariar» ou o «acto de enumerar detalhadamente, de descrever com pormenor», o que nos remete para os procedimentos necessários à recolha de informação (Academia das Ciências de Lisboa 2001a: 2157).

As questões relacionadas com a inventariação do património cultural imaterial foram objecto das reuniões *Expert Meeting on Inventorying Intangible Cultural Heritage* em Março de 2005 (UNESCO 2005b) e a *Expert Meeting on Documenting and Archiving Intangible Cultural Heritage* em Janeiro de 2006 (UNESCO 2006a), cujos relatórios finais anotam vários desafios com que os países terão de se defrontar no que se refere aos inventários. O tema foi retomado em Março de 2006 na reunião *Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention* (UNESCO 2006b), no decurso da qual foram abordadas questões relacionadas com a constituição de Inventários, tendo os especialistas presentes recomendado, relativamente a esta temática, que cada país deverá:

1. Criar os contextos institucionais apropriados:

a. Designar ou criar organismo/s administrativo/s intersectorial/ais para:

- i. identificar a legislação existente, as instituições e os sistemas de salvaguarda tradicionais e avaliar a sua capacidade para inventariar o património cultural imaterial; identificar boas práticas e áreas que podem ser melhoradas;
- ii. delinear inventários do património cultural imaterial e desenvolver medidas de salvaguarda;
- iii. desenvolver um processo para sensibilizar o público quanto à importância do património cultural imaterial e incentivar a participação da sociedade civil na inventariação e salvaguarda do património cultural imaterial;
- iv. assegurar-se que existem, e se necessário desenvolver, medidas de salvaguarda apropriadas para o património cultural imaterial incluído nos inventários;

b. Reunir órgãos consultivos que incluam os praticantes do património cultural imaterial, investigadores, ONGs, sociedade civil, representantes locais e outros actores relevantes, para obter pareceres sobre a inventariação e a salvaguarda do património cultural imaterial;

c. Reunir equipas de apoio locais que incluam representantes das comunidades, praticantes do património cultural imaterial e outros com competências e conhecimentos específicos em formação e capacitação para apoiarem a inventariação e a salvaguarda de elementos específicos de património cultural imaterial.

2. Desenvolver um método de inventariação do património cultural imaterial que inclua os seguintes passos:

a. identificar o património cultural imaterial;

b. identificar e informar todos os actores relevantes, comunidades, grupos e indivíduos envolvidos, incluindo as ONGs;

c. identificar os representantes das comunidades e dos grupos para assegurar o envolvimento das comunidades e grupos no processo;

d. identificar as potenciais consequências da inventariação e obter o livre e prévio consentimento das comunidades e grupos para inventariar o seu património cultural imaterial;

e. criar procedimentos, se possível na forma de protocolos, para assegurar uma relação ética entre os actores;

f. identificar e respeitar as práticas consuetudinárias de acesso ao património cultural imaterial.

Em Maio de 2007 decorreu a reunião *Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*, para debater as várias questões relacionadas com a constituição de inventários. As interrogações que foram objecto de análise retratam bem as preocupações mais prementes dos Estados Parte: (i) qual o órgão mais apropriado e capacitado para delinear inventários do património cultural imaterial?; (ii) o processo deve ser realizado “top-down” ou “bottom-up”?; (iii) qual a relação entre inventários nacionais e locais?; (iv) como assegurar o envolvimento das comunidades?; (v) qual o papel dos indivíduos e do factor humano em geral?; (vi) como resolver a contradição entre particularismos e universalidades a nível local, nacional e internacional? (Velure 2007b).

As conclusões da reunião levantaram algumas questões que não haviam sido abordadas anteriormente, nomeadamente a maior incidência do domínio “artes do espectáculo” seguido das “aptidões ligadas ao artesanato tradicional” na elaboração de inventários e a possibilidade de a regulamentação europeia dos bens alimentares e dos produtos farmacológicos, poder colidir com práticas culinárias e terapêuticas tradicionais. Acresce que há que atender ao facto de o património cultural imaterial não se encontrar sempre visível e presente mas, ainda assim, ser dificilmente

dissociável dos modos de organização dos grupos ou dos seus quadros mentais, o que poderá dificultar a sua identificação (Brito 2004: 152-153).

A Convenção exige no artigo 15º a participação das comunidades grupos e indivíduos referindo que

no âmbito das suas actividades de salvaguarda do património cultural imaterial, cada Estado Parte procura assegurar a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e, se for o caso, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem tal património e de envolvê-los activamente na respectiva gestão.

Também as Directivas Operacionais para a aplicação da Convenção oferecem indicações sobre estas matérias no ponto intitulado *Participation of communities, groups and, where applicable, individuals, as well as experts, centres of expertise and research institutes* (UNESCO 2008b: 20), prevendo a participação das comunidades, dos grupos e, se for o caso, dos indivíduos, bem como de especialistas, centros de competências e institutos de pesquisa (i) na identificação e definição das diferentes manifestações do património cultural imaterial presentes nos territórios dos Estados Partes; (ii) na preparação de inventários; (iii) na elaboração e execução de programas, projectos e actividades; (iv) na preparação dos dossiers de candidatura para a inscrição de manifestações nas Listas da Convenção; (v) na remoção de um elemento do património cultural imaterial de uma das Listas, ou na sua transferência de uma Lista para a outra. Também é sublinhada a necessidade de promover acções de sensibilização junto de todos os actores relativamente à importância e valor deste tipo de património, de desenvolver acções de capacitação junto das comunidades e grupos, bem como de assegurar o acesso alargado aos dados recolhidos, entre outras medidas.

Apesar de existirem já inúmeras bases de dados sobre património cultural imaterial, muitas das quais de base regional ou temática, criadas pelas mais variadas entidades tais como universidades, associações, autarquias ou mesmo indivíduos empenhados na divulgação e defesa de determinado património, o carácter verdadeiramente inovador da Convenção, que precisa ser transposto para a metodologia de inventariação criada nesse contexto, prende-se com esta necessidade de envolver as comunidades, grupos ou indivíduos na identificação do património cultural imaterial e, por conseguinte, de encontrar os mecanismos a nível nacional que possibilitem e impulsionem essa participação.

A revisão das recomendações dos especialistas permite identificar os princípios que devem orientar a elaboração de inventários: (i) identificação das comunidades e grupos e dos seus representantes; (ii) assegurar que apenas o património cultural imaterial que é reconhecido pelas comunidades e grupos é inventariado ou proposto para ser inscrito nas Listas; (iii) obter o consentimento das comunidades e grupos para inventariar as manifestações do património cultural imaterial; (iv) obter o consentimento das comunidades e grupos quando se encontram envolvidos no processo de inventariação indivíduos que não são membros dessas comunidades e grupos; (v)

respeitar as práticas consuetudinárias de acesso ao património cultural imaterial; (vi) obter o consentimento das comunidades e grupos para as manifestações do património cultural imaterial serem inscritos nas Listas da Convenção.

Uma questão relacionada com o envolvimento dos actores prende-se com a metodologia de inventariação, tornando-se necessário definir se deverá assentar numa estratégia “top-down” ou “bottom-up”. Sendo a aplicação da Convenção responsabilidade dos Estados, a iniciativa de inventariar, por um lado, deve partir destes e das instâncias públicas; por outro lado, o envolvimento das comunidades, grupos individuais, ONGs e sociedade em geral exige igualmente uma estratégia que fomente a participação alargada. Assim, ambas as estratégias deverão ser utilizadas de forma equilibrada, ainda que deva ser dado predomínio ao conhecimento expresso pelos praticantes em detrimento do conhecimento dos especialistas, tendo os primeiros prevalência em caso de divergência entre ambos.

A existência de regimes políticos variados entre os Estados Parte da Convenção poderá ter sido uma das razões porque foi deixado a cada Estado a liberdade de elaborar inventários do património cultural imaterial existente no seu território «de forma adaptada à sua situação» (artigo 12º/1), e será na metodologia de inventariação desenvolvida e aplicada no terreno, no grau de participação das comunidades e grupos na constituição dos inventários e na sua colaboração nas acções de salvaguarda, que ficará patente o nível de centralização de cada Estado e até que ponto este está disposto a transferir o poder de representação colectiva para as mãos dos representados.

Esta preocupação foi já partilhada pelos especialistas africanos presentes numa sessão de divulgação na UNESCO,<sup>25</sup> que alertaram para o facto de alguns Estados africanos poderem abafar a voz deste ou daquele grupo presente no seu território por razões políticas, económicas, étnicas ou outras, não tendo sido possível, no decurso da reunião, encontrar respostas satisfatórias.

Nos Estados democráticos, em que existe liberdade de expressão e meios de comunicação de massas activos e independentes, a questão coloca-se com maior acuidade ao nível da educação, divulgação e sensibilização das populações para a importância da Convenção, acções aliás previstas no artigo 14º mas que poderão ser realizadas com maior ou menor amplitude e empenho conforme a vontade dos governantes.

No que se refere aos inventários já existentes, elaborados anteriormente ou em fase de elaboração, muitos não abrangem questões relacionadas com a salvaguarda por terem sido construídos com outras finalidades. Assim sendo, é necessário que cada Estado identifique os inventários já existentes e verifique se os mesmos se encontram em conformidade com os

---

<sup>25</sup> Capacity-Building Workshop on the Implementation of the 2003 Convention for the African States Parties to the 2003 Convention, UNESCO, Paris, 23/24-06-2008.

domínios explicitados na Convenção, analise em que base geográfica se encontram estruturados (nacional, regional ou outra), determine se englobam todos os grupos sociais existentes ou apenas aqueles com maior expressão, examine qual o grau de profundidade dos inventários e se apresentam informações suficientemente detalhadas, avaliando se os memos podem contribuir para a inventariação do património cultural imaterial no contexto da Convenção.

Algumas expressões culturais, de acordo com a tradição, apenas podem ser conhecidas por determinados indivíduos e, portanto, não são passíveis de serem registadas na totalidade. Pode dar-se o exemplo dos desenhos de areia de Vanuatu, em que apenas uma parte do significado é transmitido aos indivíduos fora do grupo, permanecendo restrita a sua total compreensão. Além disso, o mesmo desenho poderá ter interpretações diferentes de grupo para grupo (Zagala 2004: 33).

Apesar disso, os inventários deverão ser o mais completos possível, embora se reconheça que, no caso de países com grandes dimensões e uma ampla variedade étnica e cultural, a tarefa seja praticamente impossível de completar (UNESCO 2006b). Efectivamente, a quantidade de manifestações do património cultural imaterial existentes pode ser de tal modo elevada, que inviabilize qualquer tentativa de realizar um inventário completo e exaustivo, mesmo contando com o apoio das comunidades. Por outro lado, os custos de um projecto de inventariação deste tipo poderá ser inabarcável para os Estados, o que foi reconhecido pelo Comité do Património Imaterial, que decidiu ainda ser dispensável que os inventários estejam completos para se poder inscrever manifestações na Lista Representativa. Em resumo, os inventários não devem ser demasiado ambiciosos, mas ser suficientemente detalhados e de gestão relativamente fácil, mantendo um equilíbrio entre os recursos necessários à sua elaboração e actualização, e os recursos necessários à salvaguarda do património cultural imaterial.

Na reunião *International Seminar on Principles and Experiences of Drawing Up ICH Inventories in Europe* em 2007, foram consideradas igualmente válidas a elaboração de inventários nacionais a partir de inventários pré-existent e a criação de inventários específicos de raiz. Em qualquer dos casos, será necessário definir se se pretende criar um ou mais inventários; transnacionais, nacionais ou regionais; gerais ou por manifestações do património cultural imaterial.

Os inventários deverão incidir sobre o património cultural imaterial presente no território do Estado Parte, incluindo o das populações indígenas e minorias, desde que estas comunidades estejam radicadas há tempo suficiente para que o património cultural imaterial seja transmitido de geração em geração. No caso de Portugal, a questão da criação de inventários de grupos minoritários terá de ser analisada detalhadamente pois existem, por exemplo, comunidades importantes de grupos de origem africana de 2ª e 3ª geração, no seio das quais poderão subsistir manifestações de património cultural imaterial que se inserem no âmbito da Convenção e que importa identificar, inventariar e salvaguardar.



Os inventários devem ser internamente coerentes, mas poderão ser elaborados inventários diferentes para os vários domínios, para diferentes comunidades, para diferentes regiões. A sua coerência interna terá, eventualmente, de ser explicada, tendo em conta que todas as manifestações do património cultural imaterial são igualmente válidas, não devendo ser distinguida qualquer forma de hierarquização. Deverá atender-se a que os cinco domínios do património cultural imaterial frequentemente se sobrepõem e que poderá ser difícil decidir, no caso haver um inventário para cada domínio do património cultural imaterial, em qual deverá ser inscrita determinada manifestação.

A definição rigorosa dos termos e conceitos relacionados com a Convenção é muito importante na constituição de inventários, pois permite que os diferentes inventários tenham uma base semântica comum. Em 2002, um grupo de peritos internacionais organizou um primeiro glossário de termos e conceitos (Zanten 2004: 42), e o Conselho Internacional das Organizações de Festivais de Folclore e Artes Tradicionais (CIOFF) da Suíça elaborou igualmente uma terminologia relativa à cultura tradicional e às expressões do património cultural imaterial no âmbito do Fórum suíço para o património cultural imaterial (CIOFF s/data). Em Dezembro de 2007 decorreu em Paris a *Expert Meeting on Intangible Cultural Heritage Keywords* para analisar as definições de cerca de trinta conceitos inscritos na Convenção e que serão utilizados nas Directivas Operacionais e nos manuais temáticos a ser editados pela UNESCO (UNESCO 2007).

## **2.2. Definição dos campos de inventário**

O mesmo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa define “inventário”, como uma «lista ou relação de bens de uma pessoa, de uma comunidade», como «papel ou documento onde se encontram registados, inventariados esses bens» ou ainda como «enumeração detalhada; descrição minuciosa», remetendo para questões relativas ao tipo de informações a recolher (Academia das Ciências de Lisboa 2001b: 2157).

A metodologia de recolha de dados a desenvolver dependerá, em larga medida, das informações que é necessário registar, sendo necessário definir quais os campos que devem constar num inventário do património cultural imaterial. No decurso da reunião *Expert Meeting on Documenting and Archiving Intangible Cultural Heritage* em 2006 foram referidos vários campos de inventário (UNESCO 2006a: 8):

- Título curto mas informativo;
- Comunidade / língua;
- Localização(s);
- Domínio(s);
- Características da expressão/tradição;
- Elementos tangíveis associados (se existentes);

- Disponibilidade dos elementos tangíveis associados?
- Nome do elemento atribuído pela comunidade envolvida;
- Realizado em que ocasião(s)?
- Realizado por quem (idade/género/nomes)?
- Como se transmite?
- Viabilidade ou nível de perigo;
- Ameaças (se existentes);
- Organizações locais relevantes (ONGs e outras) (se existentes);
- Autorização explícita da comunidade para a inclusão numa lista?
- Referência a materiais bibliográficos/ discografia, audiovisuais?
- Informação recolhida por?
- Informação recolhida quando?

Além destes campos, poderá ser útil para a delineação de acções de salvaguarda a recolha das seguintes informações:

- Contextualização histórica: Embora a Convenção não mencione directamente o aspecto histórico do património cultural imaterial, este é implicitamente referido quando uma das características do património cultural imaterial é ser «(...) transmitido de geração em geração (...)», inculcando nas comunidades «(...) um sentimento de identidade e de continuidade (...)» (artigo 2º). Por conseguinte, o carácter histórico de cada expressão cultural deverá ser identificado, por exemplo, através de estudos e trabalhos de investigação ou relatos orais das comunidades, por forma a traçar, na medida do possível, a sua evolução. A comparação entre os resultados dos estudos de etnotecnologia e os acervos dos museus poderão constituir outra forma de traçar a evolução histórica de determinadas expressões culturais.

- Terminologia: as manifestações do património cultural imaterial têm um léxico próprio que deverá ser registado, pois este tipo de património é geralmente transmitido oralmente, e a sua inventariação deverá respeitar esta dimensão oral.

- Suportes audiovisuais: sempre que possível, o património cultural imaterial deverá ser registado em meios audiovisuais, embora o fim da Convenção não seja o registo para memória futura, mas sim o registo para apoiar a salvaguarda. Desta forma, qualquer registo deverá ser executado tendo em vista ao desenvolvimento de acções e programas que permitam e promovam a sobrevivência da manifestação do património cultural imaterial.

A necessidade de actualização referida no artigo 12º decorre do carácter dinâmico do património cultural imaterial e também devido a eventuais alterações do grau de perigo detectado, devendo ser registados no inventário os dados referentes à manifestação do património cultural imaterial tal como é praticada na actualidade procedendo-se a uma actualização periódica.

Os inventários deverão ficar o mais acessíveis possível desde que respeitadas “as práticas consuetudinárias que regem o acesso a aspectos específicos do referido património” (artigo 13º). Por conseguinte, a informação que poderá ser disponibilizada deverá cumprir a legislação vigente em cada país relativamente à propriedade intelectual, e deverá também contar com o consentimento inequívoco das comunidades e grupos para ficar acessível nos inventários, ou ser sequer mencionada. Na elaboração de normas de acesso aos inventários do património cultural imaterial poderá ser útil o recurso a códigos de conduta como, por exemplo, o Código de Ética da The International Federation of Film Archives (FIAF s/ data).

A constituição de inventários exigida pela Convenção é obrigatória para a apresentação de candidaturas à “Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade” e à “Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente” e os critérios para a inscrição nas Listas apontam pistas sobre a informação a recolher (UNESCO 2008b).

<b>Crítérios para a inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade</b>	
<b>R.1.</b>	O elemento constitui património cultural imaterial como definido no artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial
<b>R.2.</b>	A inscrição do elemento contribuirá para assegurar a visibilidade, a tomada de consciência da importância do património cultural imaterial e do diálogo, reflectindo assim a diversidade cultural do mundo inteiro e dando testemunho da criatividade humana
<b>R.3.</b>	São elaboradas medidas de salvaguarda que poderão permitir a protecção e promoção do elemento
<b>R.4.</b>	O elemento foi proposto no seguimento da participação mais ampla possível da comunidade, do grupo ou, se for o caso, dos indivíduos envolvidos e com o seu consentimento livre, prévio e informado
<b>R.5.</b>	O elemento figura num inventário do património cultural imaterial presente no(s) território(s) do(s) Estado(s) Parte(s) que apresentam a candidatura

Quadro 4. Critérios para a inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade

Critérios para a inscrição na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente	
U.1.	O elemento constitui património cultural imaterial como definido no artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial
U.2.	a) O elemento necessita de uma salvaguarda urgente porque a sua viabilidade se encontra em perigo, apesar dos esforços efectuados pela comunidade, pelo grupo ou, se for o caso, pelos indivíduos e Estado(s) Parte(s) envolvidos ( <i>ou</i> ) b) O elemento necessita de uma salvaguarda <i>extremamente urgente</i> pois é alvo de ameaças graves às quais não poderá sobreviver sem um procedimento de salvaguarda imediato
U.3.	São elaboradas medidas de salvaguarda que poderão permitir que a comunidade, o grupo ou, se for o caso, os indivíduos envolvidos continuem a praticar e a transmitir o elemento
U.4.	O elemento foi proposto no seguimento da participação mais ampla possível da comunidade, do grupo ou, se for o caso, dos indivíduos envolvidos e com o seu consentimento livre, prévio e informado
U.5.	O elemento figura num inventário do património cultural imaterial presente no(s) território(s) do(s) Estado(s) Parte(s) que apresentam a candidatura
U.6.	Nos casos de <i>extrema urgência</i> , o(s) Estado(s) Parte(s) envolvidos é (são) consultado(s) sobre a questão da inscrição do elemento conforme o artigo 17º/3 da Convenção

Quadro 5. Critérios para a inscrição na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente

Estes critérios sugerem a necessidade de no inventário constarem informações sobre acções para promover a visibilidade das manifestações, as medidas de salvaguarda a desenvolver, a participação e envolvimento dos actores e as ameaças à sobrevivência da manifestação.

### 2.3. Conformidade da legislação portuguesa

Os procedimentos para a recolha de dados e os campos a constar nos inventários que acabámos de analisar deverão ser conformes com os normativos de cada Estado Parte, tornando imprescindível a análise da legislação portuguesa em vigor.

O conceito de património cultural foi utilizado pela primeira vez, de forma explícita, no ordenamento jurídico da Constituição da República Portuguesa de 1976 (Teixeira 1996), mas só em 1985, com a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85) foi referido expressamente o património cultural imaterial. O artigo 1º indicava sobre o património cultural português que era «constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo» sendo previstas, no artigo 43º, várias medidas para a protecção dos bens culturais imateriais. Apesar de o artigo 19º/1 indicar que «[t]odos os bens culturais deverão fazer parte de um registo de inventário sistemático e exaustivo a elaborar pelo IPPC», subentendendo-se assim

que os bens culturais imateriais deveriam também ser inventariados, tal nunca chegou a ser realizado.

Este diploma foi revogado pela Lei 107/2001, geralmente designada por *Lei de Bases do Património Cultural*, que contempla já de forma abrangente o património cultural imaterial e os respectivos contextos. O artigo 2º/4, considera ser também património cultural «aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesa», acrescentando o ponto 6 do mesmo artigo que «[i]ntegram o património cultural (...) quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa». No geral, como refere o artigo 12º/2, «constituem objectivos primários da política de património cultural o conhecimento, a protecção, a valorização e o crescimento dos bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, bem como dos respectivos contextos», o que está em sintonia com o espírito da Convenção de 2003. Os bens imateriais são especificamente tratados nos artigos 91º e 92º, onde se definem o âmbito e regime de protecção e os deveres das entidades públicas.

Para delinear um inventário nacional em conformidade com os normativos legais existentes, interessa comparar a Convenção e respectivas Directivas Operacionais e a Lei 107/2001 e analisar os pontos comuns e divergentes.

<b>Pontos comuns e divergentes entre a Convenção/Directivas Operacionais e a Lei 107/2001</b>		
<b>Pontos em análise</b>	<b>Convenção/ Directivas Operacionais</b>	<b>Lei 107/2001</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DO/S INVENTÁRIO/S</b>		
<b>Finalidade</b>	Identificação/ Salvaguarda (Art. 12º/1)	Identificação, Fruição cultural, Salvaguarda e Acesso a benefícios (6º/a; 16º/1, 19º/1, 21º/1/b, 61º/1, 62º/3)
<b>Amplitude</b>	O mais completo possível	Tendencialmente exaustivo (Arts. º 6º/a e 19º)
<b>Um ou vários Inventários</b>	Opcional (Art. 12º)	Não específica, mas considera a hipótese de serem vários (Arts. 61º/2, 94º/6 e 112º)
<b>Coerência</b>	Sim entre inventários, se forem vários	Sim (Arts. 93º/2 e 94º/6)
<b>Actualização</b>	Sim, periodicamente (Art. 12º)	Levantamento actualizado (Art. 6º/a)

Pontos comuns e divergentes entre a Convenção/Directivas Operacionais e a Lei 107/2001		
Pontos em análise	Convenção/ Directivas Operacionais	Lei 107/2001
<b>Tipo de património abrangido</b>	O definido pela Convenção (Art. 2º/1)	Todos os bens culturais imateriais, bem como os respectivos contextos (Art. 2º/4, 5 e 6)
<b>Responsabilidade pela constituição de inventários</b>	Estado Parte (Art. 12º)	Estado, Regiões Autónomas e Municípios (Arts. 61º/2, 92º e 94º/6)
REGISTOS		
<b>Registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro</b>	Sim, para fins de salvaguarda (Art. 13º/ d/ iii)	Sim, para efeitos de conhecimento, preservação e valorização (Art. 91º/4 e 5)
PROVIMENTO DO/S INVENTÁRIO/S		
<b>Identificação dos autores</b>	Sim, considerando-se três tipos de entidades: comunidades, grupos e indivíduos	Não
<b>Propriedade dos elementos / bens abrangidos</b>	Por defeito colectiva, podendo ser individual	Não refere explicitamente para os bens imateriais (Art. 19º)
<b>Consentimento dos actores para inventariação</b>	Obrigatória. Orientações em fase de definição	Sim, excepto em casos pontuais (Art. 19º/ 5.)
<b>Envolvimento dos actores na inventariação</b>	Muito recomendada (Art.15º)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratualização (Art. 4º/1);</li> <li>• Colaboração entre a Administração pública e os particulares (Art. 8º);</li> <li>• Audiência dos interessados (Art. 27º)</li> <li>• Possibilidade de solicitação de inventariação de bens particulares (Art. 62º/1)</li> </ul>
ACESSO AO/S INVENTÁRIO/S		
<b>Acesso</b>	Respeito pelas práticas consuetudinárias e desejo dos actores (Art. 13º d. ii.)	Acesso como princípio geral (Art. 6º/f; Art. 22º/1.) e forma de valorização (Art. 70º/d.)
MEDIDAS DE SALVAGUARDA		
<b>Identificação de medidas de salvaguarda</b>	Várias (Art. 11º a 14º)	Várias (Art. 71º)
<b>Apoio a medidas de salvaguarda</b>	Cooperação e auxílio internacionais (Art. 19º)	Prevê mas não especifica (Art. 60º/1; Art. 97º)

Pontos comuns e divergentes entre a Convenção/Directivas Operacionais e a Lei 107/2001		
Pontos em análise	Convenção/ Directivas Operacionais	Lei 107/2001
Identificação do grau de perigo	Sim, pois é necessária à definição de medidas de salvaguarda	Sim, de forma genérica (Art. 17º/i)
Medidas específicas de salvaguarda	Lista Representativa... Lista...em Perigo (Art. 16º e 17º)	Classificação, Inventariação, Medidas Provisórias (Arts. 16º, 18º, 19º e 33º)
Medidas de certificação	Não	Sim (Art. 91º/5)

Quadro 6. Pontos comuns e divergentes entre a Convenção/Directivas Operacionais e a Lei 107/2001

Relativamente à finalidade e à amplitude, os dois instrumentos são semelhantes, ao referirem que o objectivo do inventário é a identificação, com a finalidade de se alcançar a fruição e salvaguarda dos bens culturais imateriais.

A decisão quanto à constituição de um ou vários inventários terá de ser tomada com recurso à opinião de um especialista em bases de dados. Esta questão não é essencial face ao exposto no artigo 95º/6 da Lei 107/2001 que indica que a inventariação deve «(...) processar-se com recurso a bases de dados normalizadas e intercomunicáveis (...)». Desta forma, a metodologia será desenvolvida para um único Inventário, e poderá ser transferível no caso de requisitos técnicos ou outros aconselharem a constituição de vários inventários; conseguir-se-á assim a normalização indispensável a uma uniformização dos conteúdos, atendendo-se à exigência de coerência, também assinalada. A intercomunicabilidade é uma questão técnica a resolver, importando todavia assinalar que a pesquisa deverá poder ser feita nos vários inventários em simultâneo.<sup>26</sup>

A actualização deverá ser referida na legislação, prevendo-se, por exemplo, uma revisão completa do inventário cada 8/10 anos, ou uma actualização periódica de cada registo tendo em conta a sua data de criação.

A Lei 107/2001 é mais ampla do que a Convenção quanto ao tipo de património abrangido pelo Inventário, pois prevê a integração de património cultural imaterial que já não existe, mas do qual há registos que deverão ser identificados, preservados e divulgados. Neste caso, a inclusão destas manifestações no Inventário poderá ser realizada, desde que seja dada indicação clara de que a manifestação já não existe à data do registo. Algumas manifestações desaparecidas poderão ser

<sup>26</sup> Por uma questão de simplificação do texto passaremos daqui por diante a referir “o inventário” dos bens culturais imateriais, apesar de, como vimos, poderem ser vários.

referenciadas nas fichas de manifestações existentes relacionadas pois farão parte da sua história; outras estarão irremediavelmente extintas, mas poderão fazer parte da «(...) identidade e da memória colectiva portuguesas» (artigo 2º/4), devendo portanto ser inventariadas dando-se essa indicação.

Existe ainda o património cultural imaterial emergente, isto é, aquele que ainda não foi transmitido de geração em geração conforme exigido pela Convenção nem se tornou ainda “parcela estruturante da identidade e memória colectiva portuguesa” conforme definido na Lei 107/2001, que não deverá ser integrado neste inventário por não ser abrangido por qualquer um dos normativos.

A responsabilidade pela constituição de inventários e pela sua gestão pertence ao Estado em ambos os instrumentos. Importa aqui assinalar que a Lei 107/2001 não previu explicitamente a constituição de inventários nos termos da Convenção, ainda que indirectamente estes estejam contemplados (artigo 91º /3 e 4). Esta situação reflecte-se nas legislações que definem a missão e atribuições dos vários organismos do Ministério da Cultura que irão intervir junto do património cultural imaterial, designadamente o Instituto dos Museus e Conservação (IMC) (Portaria nº 377/2007 de 30 de Março) e as Direcções Regionais de Cultura (Decreto Regulamentar nº 34/2007 de 29 de Março) e qualquer metodologia de inventariação do património cultural imaterial em Portugal terá de se estruturar em torno destas entidades.

Ambos os diplomas concordam que sejam realizados registos gráficos, sonoros, audiovisuais ou outros para fins de salvaguarda. Estes registos deverão, tal como o restante inventário, ser periodicamente actualizados por forma a reunirem a cada momento a informação necessária sobre a manifestação do património cultural imaterial conforme é praticada à data do registo.

Tanto a Convenção como a Lei 107/2001 não assinalam quaisquer outros tipos de registo, subentendendo-se que os restantes campos dos inventários serão definidos opcionalmente: a Convenção prevê que sejam definidos por cada país; a Lei 107/2001 é completamente omissa, ainda que o facto de o Instituto dos Museus e Conservação ser responsável pelos bens culturais imateriais permita antever que provavelmente serão adaptadas as normas de inventário de bens móveis, as quais têm sido objecto de vários trabalhos de investigação e publicações.

Passamos agora a uma outra área de análise relativa ao provimento dos inventários e à participação das comunidades, grupos e indivíduos. Esta questão, fundamental na Convenção, não se encontra prevista na Lei 107/2001 e a regulamentação nesta área deverá ter em conta as exigências da Convenção, não colidir com outras disposições na Lei 107/2001, permitir uma participação e envolvimento dos actores de forma controlada por forma que fiquem garantidas a fiabilidade, coerência e pertinência dos dados inventariados e ainda identificar quem são os actores e como se relacionam com o bem cultural imaterial de que estão a prestar informações.



A Convenção prevê a participação das comunidades, grupos e indivíduos, pelo que todos deverão ser claramente identificados de acordo com a Convenção. O artigo 9º/1 da Lei 107/2001 garante a protecção dos «(...) titulares de direitos e interesses legalmente protegidos sobre bens culturais, ou outros valores integrantes do património cultural, lesados por actos jurídicos ou materiais da Administração Pública ou de entidades em que esta delegar tarefas (...)», cabendo aos juristas determinar se os bens do património imaterial se incluem neste ponto. O ponto 2 do mesmo artigo, ao reconhecer o “direito de acção popular”, transmite uma ideia de património cultural como património colectivo, podendo eventualmente as medidas tomadas neste âmbito serem indício de direito de propriedade. Acresce que o artigo 19º indica que a inventariação abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada.

Ainda que se conclua não existir legalmente qualquer direito de propriedade sobre o património cultural imaterial, as Directivas Operacionais da Convenção exigem que seja obtido consentimento dos actores para inventariação. No que toca às comunidades poderá, por exemplo, ser feita uma consulta geral em termos a definir; quanto aos grupos, uma vez que se trata de indivíduos que intervêm activamente na prática, poderão ser representados por ONGs locais devidamente identificadas e que dêem provas de representarem esses grupos. Se tal não for possível, poderá realizar-se uma consulta junto do grupo, como a realizada para a comunidade. A dificuldade reside na identificação das fronteiras da comunidade e do grupo, como discutido anteriormente e, apesar da necessidade de se estabelecerem orientações e critérios objectivos, provavelmente terá de se proceder a uma análise caso a caso.

A necessidade de consentimento dos actores para inventariar os bens culturais imateriais de que são detentores pode ser abordada em conjunto com as acções de sensibilização previstas na Convenção. Se forem as comunidades, grupos ou indivíduos a tomar a iniciativa de inscrever um bem cultural imaterial no Inventário, pode presumir-se que a inclusão desse bem se encontra autorizada. Poderá ainda considerar-se um prazo para contestação por parte de outros intervenientes. O envolvimento dos actores tem a vantagem de promover uma atitude pró-activa e fomentar o empenho da população na identificação do seu património cultural imaterial, o que constitui, só por si, uma primeira medida de salvaguarda.

A obtenção dos dados para provimento das fichas de inventário poderá ser efectuada mediante a disponibilização de questionários em linha ou junto de organismos apropriados, cujo preenchimento seja voluntário. As informações constantes destes questionários serão posteriormente inseridas nas fichas de inventário por técnicos com formação adequada. Esta questão será desenvolvida adiante no âmbito da apresentação da metodologia de inventariação.

O acesso não suscitará qualquer problema se apenas for inventariado o património cultural imaterial autorizado pelos actores. No caso de os detentores do património cultural imaterial estabelecerem restrições de acesso ao conhecimento inventariado será necessário encontrar formas de cumprir essas exigências.

Nas questões relacionadas com os normativos aqui debatidas, o termo salvaguarda é utilizado de forma abrangente, integrando a sensibilização, protecção, promoção e valorização, salvo quando estes termos são utilizados individualmente. A Convenção/Directivas Operacionais e a Lei 107/2001 indicam várias medidas de salvaguarda conforme o quadro seguinte:

<b>Medidas de Salvaguarda</b>	
<b>Convenção/Directivas Operacionais</b>	<b>Lei 107/2001</b>
Acesso	Acesso
Divulgação de informação	Divulgação
Visibilidade	
Documentação – criação de instituições	<i>Utilização das instituições existentes</i>
Documentação – facilitação do acesso	Documentação – facilitação do acesso
Educação para a protecção dos espaços do património cultural imaterial	Programas de apoio à acção educativa
Educação para a protecção dos lugares importantes para a memória colectiva	
Formação em gestão do património cultural imaterial	Formação
Formação específica nas comunidades e grupos	
Identificação - INVENTARIAÇÃO	Identificação - INVENTARIAÇÃO
Medidas administrativas	<i>A definir</i>
Medidas financeiras	<i>A definir</i>
Medidas jurídicas	<i>Legislação aplicável</i>
Medidas técnicas	<i>A definir</i>
Organismos competentes	<i>Designados e a designar</i>
Pesquisa - estudos artísticos	Pesquisa; apoio a instituições técnicas e científicas
Pesquisa - estudos científicos	
Pesquisa - estudos técnicos	
Pesquisa - metodologias	
Preservação	Gestão e instrumentos de gestão territorial
Programas e Projectos	Programação
Promoção	Programas de aproveitamento turístico
Protecção	Protecção; Conservação
Revitalização	Programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens; programas de animação
Sensibilização – património cultural imaterial em geral	Sensibilização

<b>Medidas de Salvaguarda</b>	
<b>Convenção/Directivas Operacionais</b>	<b>Lei 107/2001</b>
Sensibilização – património cultural imaterial em perigo	Dever de comunicação das situações de perigo
Transmissão – educação formal	Transmissão
Transmissão – educação não formal	
Transmissão – espaços destinados à sua manifestação e expressão	
Transmissão – fóruns destinados à sua manifestação e expressão	
--	Utilização, aproveitamento, rendibilização
Valorização (política geral de valorização)	Valorização; Apoio à criação cultural

Quadro 7. Comparação das medidas de salvaguarda na Convenção/Directivas Operacionais e na Lei 107/2001.

Foi possível encontrar um paralelismo entre o exigido pela Convenção e o explicitado na Lei 107/2001, o que parece indicar que será possível delinear medidas que satisfaçam ambos os instrumentos normativos.

Quanto ao apoio a medidas de salvaguarda, a Convenção indica apenas a cooperação e auxílio no âmbito da cooperação internacional, remetendo para o Estado a definição dos apoios a conceder, enquanto a Lei 107/2001 prevê um regime de benefícios e incentivos fiscais que será objecto de lei autónoma. Em ambos os textos se refere a necessidade de identificar o grau de perigo que corre o elemento, por forma a serem encontradas as medidas de salvaguarda mais adequadas. Será necessário definir os indicadores que irão aferir se uma manifestação corre ou não perigo de extinção – provavelmente será necessário identificar um grupo de critérios comuns a todas as manifestações, e grupos específicos de critérios para cada domínio ou mesmo cada categoria do património cultural imaterial.

Podem ser consideradas medidas especiais de salvaguarda na Convenção de 2003 a “Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade” e a “Lista do património cultural imaterial que necessita de uma salvaguarda urgente” e, na Lei 107/2001, o sistema de classificação do património, não havendo, contudo, qualquer ponto comum entre ambos os instrumentos quanto a este aspecto.

A identificação das medidas de salvaguarda exigirá uma análise aprofundada das manifestações, do seu contexto e dos factores positivos e negativos associados. Para a identificação destas

medidas e elaboração de um plano de salvaguarda poderá ser realizada uma análise SWOT<sup>27</sup> do património cultural imaterial pelas autoridades competentes, bem como identificadas as possíveis fontes de financiamento. As medidas de salvaguarda só deverão ser aplicadas após uma análise extensa e aprofundada da manifestação e do seu contexto, e de expressamente reconhecida a vontade das comunidades, grupos e indivíduos em salvaguardarem essa manifestação.

---

<sup>27</sup> Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.

## PARTE II – INVENTARIAÇÃO EM CONTEXTO PORTUGUÊS

### Capítulo 3. Proposta de metodologia de inventariação

#### 3.1. Processo de inventariação

A metodologia de inventariação proposta combina estratégias “bottom-up” e “top-down” que permitem simultaneamente a participação activa das comunidades, grupos e indivíduos, conforme exigido pela Convenção, e a validação e normalização dos dados por parte da tutela.

Propõe-se os seguintes princípios gerais:

- O Inventário é uma construção da sociedade, completada e validada pela tutela.
- O Inventário deverá ser informatizado e estar disponível em linha.
- Os dados a constar do inventário serão obtidos em várias fases:
  - Fase 1: Disponibilização em linha de uma Base de Dados com questionários;
  - Fase 2: Preenchimento dos questionários;
  - Fase 3: Integração das informações sobre uma manifestação do património cultural imaterial constante em vários Questionários numa única Ficha de Inventário;
  - Fase 4: Validação das informações na Ficha de Inventário;
  - Fase 5: Preenchimento dos campos em falta.
- A par da constituição do inventário deverá ser iniciada a construção de um *thesaurus* sobre património cultural imaterial específico para Portugal que complete o glossário da UNESCO (o qual deverá ser traduzido para português assim que estiver disponível).

Propõem-se as seguintes fases de inventariação:

- Fase 1: Disponibilização em linha de uma Base de Dados com questionários:

A primeira fase do processo de inventariação consiste na criação de uma base de dados interactiva em linha, que possa ser alimentada por qualquer pessoa. A Base de Dados constitui uma plataforma intermédia de registo de informações, que permite a participação e colaboração da sociedade sem comprometer a fiabilidade, coerência e normalização do Inventário. A interface do utilizador corresponde ao Questionário apresentado em anexo (Anexo 4), composto por perguntas correspondentes aos campos 1 a 45 da Ficha de Inventário (Anexo 3). As versões do Questionário e da Ficha de Inventário apresentadas em anexo deverão ser adaptadas a um formato electrónico.

A disponibilização da Base de Dados e do Questionário correspondente deverão ser acompanhadas de acções de sensibilização e divulgação sobre a necessidade de salvaguardar o património cultural imaterial, informando também sobre os mecanismos para o seu registo. Simultaneamente, serão criadas e ministradas acções de formação sobre património cultural imaterial às entidades que no terreno irão auxiliar os actores no preenchimento dos Questionários – poderão ser elaboradas formações em b-Learning ou em e-Learning, por exemplo, que têm custos de aplicação comparativamente inferiores às acções de formação em sala.

➤ **Fase 2: Preenchimento dos Questionários:**

A partir do momento em que a Base de Dados fique disponível, qualquer pessoa poderá preencher um Questionário, o qual ficará imediatamente gravado e acessível desde que sejam respondidas as perguntas obrigatórias (assinaladas com o símbolo ☒ no Anexo 4). Estas perguntas de preenchimento obrigatório destinam-se a registar um número mínimo de informações sobre a manifestação funcionando como filtro relativamente a registos muito incompletos e a identificar o informante agindo como dissuasor de registos indevidos. O informante poderá preencher o Questionário sozinho, ou dirigir-se à Direcção Regional de Cultura da sua zona, a um museu da Rede Portuguesa de Museus, a uma Associação, ao Departamento de Cultura de uma Câmara Municipal, isto é, a entidades designadas para o efeito às quais foi ministrada formação, a fim de obter ajuda e assim ultrapassar qualquer dificuldade relacionada com iliteracia ou impossibilidade de acesso aos meios informáticos.

Os Questionários preenchidos ficarão de imediato acessíveis para consulta e para serem completados por outros informantes, se assim o desejarem. As perguntas relativas à identificação do informantes serão respondidas de novo por cada informante, devendo igualmente ficar registado quais as restantes perguntas a que cada informante respondeu ou que respostas completou.

O preenchimento do Questionário poderá também partir da iniciativa de um organismo público, podendo prever-se duas situações. No caso de o organismo pretender completar um Questionário já respondido, poderá fazê-lo desde que seja realizada uma pesquisa no terreno que valide os dados. No caso de o organismo público pretender responder a um novo questionário, será realizada uma consulta pública junto das comunidades, grupos e indivíduos para obter a sua concordância quando à inclusão da manifestação na Base de Dados. Dependendo da abrangência do bem – nacional, regional, local, etc. – assim será realizada a consulta. Em ambos os casos, o preenchimento do Questionário exigirá a realização de pesquisa no terreno por forma a poder ser conhecida com alguma profundidade a manifestação tal como existe na actualidade.

A Base de Dados deverá ser objecto de uma supervisão periódica, com o objectivo de agrupar registos duplicados e retirar registos indevidos.

- Fase 3: Integração das informações sobre uma manifestação do património cultural imaterial constantes em vários Questionários numa única Ficha de Inventário:

Os Questionários preenchidos por actores do património cultural imaterial tais como praticantes, associações, investigadores, promotores ou outros servirão de base ao Inventário. Cada Ficha de Inventário (Anexo 3) resulta da sistematização das informações constantes dos Questionários, completadas, sempre que necessário, com dados obtidos junto de informantes privilegiados. As perguntas 2 a 45 colocadas no Questionário permitem identificar a manifestação do património cultural imaterial e os seus praticantes, reconhecer a eventual necessidade de salvaguarda e elaborar o historial da manifestação. As informações recolhidas através dos Questionários serão agregadas numa única Ficha de Inventário, mediante o recurso a normas criadas para o efeito, tendo o cuidado de preencher os campos 39 a 45 com informações sobre todos os informantes. Para tal, deverá ser criada uma ficha com estes campos para cada um dos informantes, incluindo o mediador.

A entidade que elaborar a Ficha de Inventário preencherá os campos 46 a 50 relativas à validação, não sendo obrigatório o preenchimento imediato dos campos 51 a 60 relativo à salvaguarda. Estes campos relativos à identificação de acções de salvaguarda em curso, à análise SWOT, à elaboração de um plano de gestão, à identificação de possíveis fontes de financiamento e de possíveis benefícios e incentivos fiscais constituem um conjunto de informações relevantes que poderão agilizar e facilitar os processos de salvaguarda e que provavelmente necessitarão de estudos aprofundados e multidisciplinares.

As Fichas de Inventário, tal como os Questionários preenchidos, deverão ficar disponíveis em linha para consulta, devendo existir um mecanismo de contestação por parte das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos caso encontrem incorrecções.

Os Questionários preenchidos permanecerão na Base de Dados após as informações neles constantes serem integradas na Fichas de Inventário, mas numa zona de arquivo e apenas para consulta, com indicação do número de Ficha de Inventário correspondente.

- Fase 4 e 5: Validação das informações na Ficha de Inventário e preenchimento dos campos em falta:

A obtenção de dados para validar as informações na Ficha de Inventário e preencher os campos em falta sobre a salvaguarda possivelmente exigirá estudos aprofundados e investigações morosas. Embora sendo responsabilidade da tutela<sup>28</sup> e exigindo a sua supervisão final, esta fase poderá contar com a colaboração de investigadores e estudantes universitários nas pesquisas que

---

<sup>28</sup> No caso de a tutela pertencer à Administração Central, este trabalho deverá ser realizado em parceria com a Administração Local e Regional e outras entidades consideradas relevantes.

visam a recolha de informações no terreno, o que poderá ser conseguido mediante o estabelecimento de protocolos de parceria com investigadores e instituições de ensino superior.

A iniciativa de promover acções de salvaguarda deverá ser da responsabilidade da tutela, que poderá utilizar os dados disponíveis no inventário para identificar a necessidade e urgência de salvaguardar determinada manifestação cultural imaterial. Havendo o interesse e disponibilidade de outras entidades para desenvolver acções de salvaguarda, a tutela poderá contribuir com apoio técnico ou financeiro.

A aplicação no terreno desta metodologia de inventariação do património cultural imaterial em Portugal dependerá de uma articulação entre a sociedade e os vários organismos públicos, sublinhando-se a importância de um contacto próximo com o terreno e com os detentores do património cultural imaterial. Na realidade, e contrariamente ao que se verifica relativamente aos bens culturais móveis e imóveis, os bens culturais imateriais fazem parte da vida e identidade das comunidades, grupos e indivíduos e possuem uma carga emocional que é necessário recordar e prezar a todo o momento. Todo o processo de inventariação do património cultural imaterial deverá ser levado a cabo no respeito pelas pessoas, com um espírito de rigor, isenção e boa fé e, principalmente, com bom senso. O Inventário deverá, sempre, servir os detentores do património cultural imaterial, e não o contrário.

### **3.2. Instrumentos de inventariação**

Foram construídos três instrumentos relacionados com a inventariação, designadamente o Questionário, o Guia para o preenchimento do questionário e a Ficha de Inventário, que poderão ser adaptados a um formato electrónico no momento em que for criada a base de dados em linha.

O Questionário (Anexo 4) foi preparado a partir dos campos 2 a 45 da Ficha de Inventário e as perguntas foram formuladas de acordo com as recomendações referidas em Moreira (2007: 236). Foi também elaborado um Guia com instruções para o preenchimento do questionário (Anexo 5).

A Ficha de Inventário (Anexo 3) foi delineada com base nas informações obtidas a partir da análise da literatura, dos instrumentos normativos e das recomendações da UNESCO, tendo em conta as normas de inventário para bens móveis desenvolvidas pelo Instituto dos Museus e Conservação / Ministério da Cultura para o programa *Matriz* de inventariação de bens móveis (Brito et al. 2000; Almeida 2007), pois existe uma forte possibilidade de este programa de inventariação dos bens culturais materiais vir a ser adaptado para incluir as manifestações do património cultural imaterial.



Foi utilizado o termo “bem cultural imaterial” nos instrumentos de inventariação por ser mais parecido com o utilizado na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente na Lei 107/2001.<sup>29</sup>

Foram incluídos os seguintes campos na Ficha de Inventário:

### **1. Nº de Registo**

*Número automático do tipo “chave primária” com as seguintes funções:*

- *Impede a duplicação de registos;*
- *Referência a utilizar no cruzamento de registos*

### **A. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL IMATERIAL**

*Agrupar campos de identificação do bem cultural imaterial*

### **2. Designação do bem cultural imaterial**

*Designação do bem cultural imaterial; nome por que é conhecido pelos detentores do bem.*

### **3. Tipo do bem cultural imaterial**

*Indica se o bem cultural imaterial é praticado na actualidade ou possui apenas um carácter histórico*

### **4. Local de realização – área geográfica**

*Abrangência geográfica do bem cultural imaterial. Pode ser nacional, regional, local ou outra.*

“Outra” refere-se a áreas geográficas que não se enquadram nas categorias anteriores, como por exemplo *litoral algarvio, margem ribeirinha do Guadiana, zona raiana*, etc.

### **5. Outras designações do bem cultural imaterial e correspondentes áreas geográficas**

*Outras designações do bem cultural imaterial; denominações regionais e indicação das áreas geográficas onde são utilizadas.*

### **6. Domínio principal**

*O domínio principal do bem cultural imaterial. Os cinco domínios da Convenção + “outro”.*

### **7. Outros Domínios relacionados**

*Os domínios relacionados com o bem cultural imaterial. Os cinco domínios da Convenção + “outro”*

---

<sup>29</sup> No Decreto-Lei 139/2009 de 15 de Junho que desenvolve a Lei 107/2001 no que se refere ao património cultural imaterial, publicado após a realização desta parte da investigação, é utilizado o termo “manifestação do património cultural imaterial”.

## 8. Categoria principal

A categoria principal a que pertence o bem cultural imaterial. Sendo os Domínios muito abrangentes, a Categoria principal deverá englobar um conjunto de bens culturais imateriais com características comuns, que serão especificados no campo subcategorias. Importa ter em mente na definição das categorias que o bem cultural imaterial corresponde a conhecimento e competências e não ao objecto físico em si, pelo que deverá corresponder a uma técnica, a uma função ou a um saber-fazer específico (campo de escolha múltipla associado ao thesaurus).

Alguns exemplos:

Domínios	Exemplos de Categorias
Tradições e expressões orais	Provérbios, adivinhas, histórias, rimas de embalar, lendas, mitos, canções e poemas épicos, encantamentos, rezas, cânticos, canções, desempenhos dramáticos, ...
Artes do espectáculo	Música vocal, música instrumental, dança, teatro, pantomima, versos cantados, determinadas formas de contar histórias, ...
Práticas sociais, rituais e eventos festivos	Práticas sociais, rituais, eventos festivos, celebrações, ...
Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo	Sabedoria ecológica tradicional, conhecimento indígena, etnobiologia, etnobotânica, etnozoologia, sistemas de medicina e farmacopeia tradicionais, rituais, hábitos alimentares, crenças, ciências esotéricas, ritos de iniciação, adivinhações, cosmologias, cosmogonias, xamanismo, ritos de possessão, organizações sociais, festivais, línguas, artes visuais, ...
Aptidões ligadas ao artesanato tradicional	Saber-fazer associado à produção de roupa, jóias, trajes, artefactos necessários aos festivais ou às artes do espectáculo, objectos de armazenamento, objectos de transporte, artes decorativas, objectos rituais, instrumentos musicais, utensílios domésticos, brinquedos, ferramentas, ...
Outro	...

## 9. Categorias associadas

Outras categorias a que poderá pertencer o bem cultural imaterial (campo de escolha múltipla associado ao thesaurus)

## 10. Subcategorias

A subcategoria a que pertence o bem cultural imaterial. As subcategorias deverão ser definidas por especialistas em cada um dos domínios e/ou categorias do património cultural imaterial (campo de escolha múltipla associado ao thesaurus)

Exemplo: CATEGORIA: Instrumentos musicais; SUBCATEGORIA: Instrumentos de percussão

## **B. DESCRIÇÃO DO BEM CULTURAL IMATERIAL**

*Agrupar campos de descrição do bem cultural imaterial*

### **11. Descrição do bem cultural imaterial**

*Descrição do bem cultural imaterial tal como é realizado actualmente, incluindo os aspectos simbólicos.*

### **12. Praticantes do bem cultural imaterial**

*Indica quem executa o bem cultural imaterial. Deverá dar indicações sobre o género, idade, etc.*

### **13. Acesso ao bem cultural imaterial**

*Indica se o bem cultural imaterial pode ser conhecido por qualquer pessoa ou se o seu conhecimento é restrito.*

### **14. Contexto espacial**

*Onde é praticado o bem cultural imaterial*

### **15. Contexto temporal**

*Quando é praticado o bem cultural imaterial*

### **16. Língua utilizada na prática do bem cultural imaterial**

*Língua utilizada na prática / transmissão do bem cultural imaterial*

### **17. Manifestações do património cultural imaterial associadas ao bem cultural imaterial**

*Elementos do património cultural imaterial associados ao bem cultural imaterial. Estas manifestações poderão ser objecto de fichas de registo separadas, se tal se justificar*

*Alguns exemplos:*

No saber-fazer associado à produção e transformação do linho, por exemplo, seria o saber-fazer relacionado com a construção e decoração dos inúmeros equipamentos e instrumentos necessários execução desta tecnologia

Em determinada dança, o saber-fazer associando ao fabrico e decoração das roupas tradicionais utilizadas

### **18. Bens culturais imóveis associados ao bem cultural imaterial**

*Edificações ligadas ao bem cultural imaterial*

*Descrição dos bens culturais imóveis ligados ao bem cultural imaterial*

### **19. Bens culturais móveis associados ao bem cultural imaterial**

*Instrumentos ligados ao bem cultural imaterial*

*Descrição dos bens culturais móveis utilizados na realização do bem cultural imaterial, como por exemplo os instrumentos utilizados na produção e transformação do linho (não se refere ao saber-fazer necessário à sua produção, como no ponto 17.)*

## **20. Registos gráficos, sonoros audiovisuais ou outros**

*Identificação dos registos gráficos, sonoros audiovisuais ou outros existentes junto de entidades públicas ou privadas*

## **21. Léxico relacionado com o bem cultural imaterial**

*Glossário de termos relacionados com o bem cultural imaterial*

## **22. Contextualização histórica**

*Local onde o bem cultural imaterial foi executado pela 1ª vez, data, dados sobre a sua história e evolução*

## **23. Disseminação do bem cultural imaterial – bens semelhantes**

*Locais em Portugal ou no estrangeiro onde existem bens culturais imateriais semelhantes*

## **24. Outras informações**

*Outras informações que possam ter interesse sobre o bem cultural imaterial e que não se enquadrem nos campos anteriores*

### **C. SALVAGUARDA DO BEM CULTURAL IMATERIAL**

*Agrupa campos sobre a salvaguarda do bem cultural imaterial*

## **25. Modo de transmissão do bem cultural imaterial**

*Indica se existe ou não transmissão do bem cultural imaterial e a forma como é realizada.*

A transmissão pode ser realizada das seguintes formas:

Aprendizagem formal: Aprendizagem que decorre num meio organizado e estruturado (numa escola/centro de formação ou no emprego) e é designada explicitamente como aprendizagem (em termos de objectivos, duração ou recursos). A aprendizagem formal é intencional do ponto de vista daquele que aprende (Smith 2007a).

Aprendizagem não formal: Aprendizagem integrada em actividades planeadas não explicitamente designadas como aprendizagem (em termos de objectivos da aprendizagem, duração da aprendizagem ou apoios à aprendizagem), mas que contém elementos importantes de aprendizagem. A aprendizagem não formal é intencional por parte daquele que aprende (Smith 2007a).

Aprendizagem informal: Aprendizagem que resulta das actividades diárias relacionadas com o trabalho, família e lazer /tempos livres. Não possui organização ou estrutura em termos de objectivos, duração ou apoio à aprendizagem. A aprendizagem informal é, em numerosos casos, não intencional na perspectiva daquele que aprende (Smith 2007b).

Não é realizada transmissão: Não é realizada qualquer actividade de aprendizagem há pelo menos 10 anos.

## **26. Descrição da transmissão do bem cultural imaterial**

*Indica quem transmite, onde se transmite e como se transmite o bem cultural imaterial*

**27. Avaliação dos resultados da transmissão do bem cultural imaterial**

*Indicação dos resultados da transmissão, se está ou não a ser bem sucedida*

**28. Entidades que promovem ou apoiam o bem cultural imaterial**

*Pessoa/s ou entidade/s que promovem ou apoiam o bem cultural imaterial*

**29. Descrição das medidas de salvaguarda existentes**

*Indicação das medidas de salvaguarda já implementadas*

**30. Aferição da possibilidade de extinção**

*Indicação do grau de perigo do bem cultural imaterial*

**31. Descrição das medidas de salvaguarda necessárias**

*Indicação de medidas de salvaguarda necessárias*

**32. Acesso em linha a informações sobre o bem cultural imaterial**

*Indica se informações sobre o bem cultural imaterial se encontram disponíveis em linha*

**D. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O BEM CULTURAL IMATERIAL**

*Agrupa campos com outras informações acerca do bem cultural imaterial*

**33. Trabalhos de pesquisa não publicados**

*Trabalhos académicos e outros, não publicados*

**34. Trabalhos de pesquisa em curso**

*Trabalhos académicos e outros, em curso*

**35. Referências bibliográficas actuais (com menos de 10 anos)**

*Livros, artigos, etc. sobre o bem cultural imaterial na actualidade com menos de 10 anos*

**36. Outras referências bibliográficas**

*Livros, artigos, etc., que têm mais de 10 anos ou não estão directamente relacionados com o bem cultural imaterial na actualidade, mas têm interesse para o seu melhor conhecimento*

**37. Património cultural imóvel classificado relacionado com o bem cultural imaterial**

*Património cultural imóvel classificado relacionado com o bem cultural imaterial – Base de Dados Nacional*

### **38. Património cultural móvel referenciado relacionado com o bem cultural imaterial**

*Património cultural móvel relacionado com o bem cultural imaterial – Base de Dados Nacional (MATRIZ)*

#### **E. IDENTIFICAÇÃO DOS ACTORES ENVOLVIDOS NO REGISTO DO BEM CULTURAL IMATERIAL NO INVENTÁRIO**

*Agrupar campos de identificação dos actores envolvidos no registo do bem cultural imaterial no inventário*

### **39. Nome**

*Nome do informante que preencheu o questionário*

### **40. Tipo de actor**

*Indica as competências dos informantes quanto ao bem cultural imaterial.*

*Podem ser adoptadas as seguintes definições:*

Mestre: Pratica e ensina o bem cultural imaterial

Executante: Pratica o bem cultural imaterial

Aprendiz / Formando: Encontra-se em processo de aprendizagem do bem cultural imaterial

Formador: Ensina o bem cultural imaterial

Responsável em associação: Trabalha em ONG que intervém na salvaguarda do bem cultural imaterial

Promotor: Apoia activamente o bem cultural imaterial

Patrocinador: Apoia financeiramente o bem cultural imaterial

Investigador: Realiza trabalhos de pesquisa sobre o bem cultural imaterial

Tutela: Organismo público envolvido na salvaguarda do bem cultural imaterial

Mediador: Preenche o questionário com base nas informações prestadas pelos informantes

Outro: Não se enquadra nas alíneas anteriores, devendo explicar a actividade que exerce

### **41. Descrição do envolvimento do actor**

*Indica de que forma o actor que preencheu a ficha se encontra envolvido no bem cultural imaterial*

### **42. Aprendizagem do actor**

*No caso de o actor ser executante, indica de que forma aprendeu a realizar o bem cultural imaterial*

### **43. Organismo**

*No caso de o actor pertencer a um organismo relacionado com o bem cultural imaterial, indica qual*

### **44. Contactos**

*Morada*

*Nº telefone*

*Fax*

*Nº telemóvel*

*E-mail*

**45. Local e data de preenchimento do questionário**

*Local e data em que foi efectuado o registo do bem cultural imaterial*

**F. INFORMAÇÕES DE INVENTÁRIO**

**(a preencher pela entidade de validação)**

*Agrupar campos sobre a validação do Inventário*

**46. Nº de Inventário**

*Nº de Inventário a atribuir pela entidade de validação*

**47. Nº de Registo de bens culturais imateriais relacionados**

*Nº de registo de bens culturais imateriais relacionados*

**48. Consentimento para a inventariação**

*Descreve como foi obtido o consentimento das comunidades, grupos e, se for o caso, dos indivíduos, para a inclusão de um bem do património cultural imaterial no inventário*

**49. Organismo, responsável e data de validação**

*Nome da entidade que validou a Ficha de Inventário, do responsável pela validação e data de validação*

**50. Observações**

*Informações relevantes*

**G. INFORMAÇÕES PARA A SALVAGUARDA**

**(a preencher pela tutela)**

*Agrupar campos sobre acções de salvaguarda do bem cultural imaterial*

**51. Acções de sensibilização em curso ou planeadas**

*Acções de sensibilização em curso ou planeadas*

**52. Acções de promoção e divulgação em curso ou planeadas**

*Acções de promoção e divulgação em curso ou planeadas*

**53. Acções de revitalização em curso ou planeadas**

*Acções de revitalização em curso ou planeadas*

**54. Legislação e regulamentação existente sobre o bem cultural imaterial**

*Legislação e regulamentação existente sobre o bem cultural imaterial*

**55. Análise SWOT (Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats)**

*Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats)*

No caso de haver já um estudo que inclua a análise SWOT, poderá ser dada essa indicação no campo, em vez de se apresentar o Quadro e/ou a Matiz de Confrontação SWOT.

**56. Plano de gestão do bem cultural imaterial**

*Plano de salvaguarda do bem cultural imaterial baseado na análise SWOT*

**57. Possíveis fontes de financiamento para a salvaguarda**

*Possíveis fontes de financiamento (mecenato, fundos estruturais, etc.)*

**58. Benefícios e incentivos fiscais**

*Possíveis benefícios e incentivos fiscais para promover a salvaguarda do bem cultural imaterial*

**59. Classificação Nacional<sup>30</sup>**

*Indica se o bem cultural imaterial foi objecto de classificação*

**60. Listas UNESCO**

*Indica se o bem cultural imaterial se encontra numa das Listas UNESCO*

*(- Lista Indicativa de Portugal;<sup>31</sup>*

*- Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade*

*- Lista do Património Cultural Imaterial Que Necessita de Salvaguarda Urgente)*

### **3.3. Aplicação dos instrumentos**

O questionário e o respectivo guia para o preenchimento foram aplicados experimentalmente entre Dezembro de 2007 e Fevereiro de 2008. Foram identificados pelo menos dois informantes ou entidades para cada domínio do património cultural imaterial, escolhidos a partir de contactos anteriormente estabelecidos com a Comissão Nacional da UNESCO, de conhecimento profissional anterior, de recomendação de pessoas conhecidas ou de pesquisa na Internet, procurando que as manifestações do património cultural imaterial a analisar fossem originárias de várias regiões/localidades do país, incluindo as regiões autónomas. Foi realizado um primeiro contacto telefónico para explicar o contexto e objectivos do questionário; no caso de entidades, e na ausência de conhecimento pessoal ou de contactos anteriores, procurei falar com o responsável

---

<sup>30</sup> Este campo surge na sequência de um pedido específico da *Comissão para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural* para apresentar uma proposta de metodologia de classificação do património cultural imaterial, o que foi feito. Mais tarde chegou-se à conclusão que seria pouco apropriado classificar o património cultural imaterial, mas o campo já havia sido incluído no Questionário e na Ficha de Inventário.

<sup>31</sup> Caso venha a ser elaborada, à semelhança da existente para o Património Mundial.



pelo sector da cultura. Seguidamente foram identificados os informantes, tendo alguns proposto o envio de mais do que um questionário, o que aceitei, ficando com as seguintes propostas de preenchimento:

<b>DOMÍNIO</b>	<b>MANIFESTAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL</b>	<b>REGIÃO/ LOCALIDADE</b>
<b>Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial</b>	Língua Mirandesa	Miranda do Douro
	Tradições Orais	Alentejo
<b>Artes do espectáculo</b>	Bonecos de Santo Aleixo	Évora
	Dança Tradicional	Madeira
	Música Tradicional	Algarve
<b>Práticas sociais, rituais e eventos festivos</b>	Festa das Rosas	Viana do Castelo
	Cantar os Reis	Alenquer
	Festival do Chícharo	Alvaiázere
<b>Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo</b>	Caneja de Infundice	Ericeira
	Apicultura	Beira Baixa
<b>Aptidões ligadas ao artesanato tradicional</b>	Extracção e fabrico de objectos em cortiça	Alentejo/Algarve
	Fabrico de fechaduras de madeira	Açores
	Construção de tabiques / taipas	Guimarães
	Construção de casas em xisto	Beira Baixa
	Produção de cerâmica	Caldas da Rainha

Quadro 8. Propostas de preenchimento de questionários

Foram devolvidos dez questionários, dos quais apenas oito se encontravam correctamente preenchidos.

Nº	Relação com o informante	Designação da manifestação do património cultural imaterial	Local de realização	Direcção Regional de Cultura	Domínio principal
1	Contacto anterior com CNU	Poesia Popular de Grândola	Alentejo / Grândola (várias)	Alentejo	Tradições e expressões orais
2	Contacto profissional anterior	Língua e Cultura Mirandesa	Miranda do Douro	Norte	Tradições e expressões orais
3	Contacto c/ recomendação	Bonecos de Santo Aleixo	Alentejo (várias)	Alentejo	Artes do Espectáculo
4	Contacto c/ recomendação	Arruada de Bombos	Lavacolhos / Fundão	Centro	Práticas sociais, rituais e eventos festivos
5	Contacto anterior com CNU	Saber dos mesteres construtivos tradicionais	Guimarães	Norte	Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo
6	Contacto anterior com CNU	Caneja d'Infundice	Ericeira	Lisboa e Vale do Tejo	[Outro / Gastronomia] Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo
7	Pesquisa Internet	Fechaduras de madeira da Ilha do Corvo	Ilha do Corvo, Açores	Açores	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional
8	Contacto anterior com CNU	Cesto Florido	Vila Franca / Viana do Castelo	Norte	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional
9	Contacto profissional anterior	Louça das Caldas (da Rainha)	N. S. Pópulo / Caldas da Rainha	Lisboa e Vale do Tejo	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional
10	Contacto c/ recomendação	Olaria pedrada de Nisa	Nisa	Alentejo	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional

Quadro 9. Questionários recebidos

Uma primeira análise permitiu verificar que os questionários nº 2 *Língua e Cultura Mirandesa* e nº 5 *Saber dos mesteres construtivos tradicionais* não poderiam ser considerados por incidirem sobre temas demasiado abrangentes e até, no segundo caso, inespecíficos, pelo que não foram incluídos na análise.

Quanto aos domínios representados, o questionário nº 6 *Caneja d'Infundice* foi atribuído ao domínio “Outro” pelo informante, mas foi incluído no domínio “Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo” por ser uma tradição alimentar.

Foi possível analisar um questionário para cada domínio do património cultural imaterial à excepção do domínio “Aptidões ligadas ao artesanato tradicional” que ficou representado por quatro questionários. Este facto poderá ficar a dever-se a várias razões: (i) o questionário sobre a produção de olaria pedrada em Nisa solicitado no âmbito do estudo de caso foi incluído na análise por ser o único preenchido por um formador; (ii) um questionário que deveria incidir sobre a *Festa das Rosas* do domínio “Práticas sociais, rituais e eventos festivos” foi preenchido considerando o informante não a Festa em si mas um elemento constitutivo da mesma, o *Cesto Florido*, que foi correctamente incluído no domínio das “Aptidões ligadas ao artesanato tradicional”; (iii) poderá ainda dever-se a um enviesamento do próprio questionário a favor deste domínio do património cultural imaterial.

Os questionários que não foram devolvidos ou foram preenchidos para manifestações do património cultural imaterial não solicitadas, juntamente com os questionários que foram rejeitados pelas razões já apontadas, inviabilizaram o estudo de alguns aspectos do património cultural imaterial que tinha planeado abordar:

- O *Festival do Chicharo de Alvaiázere* permitiria analisar uma manifestação do património cultural imaterial de origem bastante recente;
- A *apicultura* na Beira Baixa pretendia analisar uma prática ancestral muito difundida com valor económico reconhecido;
- O tema da *cortiça* visava analisar uma prática com valor económico e com impacto ambiental importante, trazendo para a análise do património cultural imaterial a questão da diversidade biológica e do desenvolvimento sustentável;
- O projecto *Casas em Xisto* na Beira Baixa permitiria analisar uma prática construtiva tradicional integrada num projecto turístico;
- O saber-fazer relacionado com a *construção de tabiques / taipas* em Guimarães, centro histórico classificado Património Mundial, seria útil para abordar a questão dos aspectos imateriais dos bens classificados pela UNESCO, e a sua importância na reabilitação do património imóvel.

Dado o escasso número de questionários recebidos para cada domínio do património cultural imaterial (à excepção das aptidões ligadas ao artesanato tradicional), não foi possível estabelecer relações entre as informações obtidas e os domínios de actividade. Procurou-se, no entanto, estabelecer uma relação entre os catorze informantes contactados e as informações obtidas.

Na análise da relação entre o informante e o investigador obtiveram-se os seguintes resultados no que respeita à percentagem de questionários recebidos:

Relação com o informante	Nº de informantes contactados	Nº de questionários recebidos	% de questionários recebidos
Contacto c/ recomendação	3	3	100%
Contacto anterior com a CNU	5	4	80%
Contacto profissional anterior	3	2	66.6%
Pesquisa na Internet	3	1	33.3%

Quadro 10. Relação do investigador com o informante e questionários recebidos

Os três *contactos com recomendação* foram obtidos da seguinte forma: um é familiar de uma colega da CNU; para outro foram contactadas pessoas conhecidas próximas do informante; o terceiro foi obtido através de contacto com pessoa conhecida que detém cargo de chefia na organização do informante.

Quanto aos *contactos anteriores com a CNU*, o único que não respondeu coincide com contactos anteriores bastante incipientes, que aliás partiram da própria Comissão, enquanto que os restantes foram os próprios a contactar a CNU já no âmbito do património cultural imaterial.

Os dois *contactos profissionais anteriores* que responderam correspondem a indivíduos com quem tive contactos bastantes frequentes antes de iniciar funções na Comissão Nacional da UNESCO; o que não respondeu trata-se de um membro de uma associação na área da cultura e do património cultural que objectou, quando telefonei a solicitar o questionário, que este era «muito extenso e muito difícil de responder».

Os contactos obtidos através de *pesquisa na Internet* foram os menos bem sucedidos, tendo sido recebido apenas um questionário.

Estes resultados sugerem que a proximidade entre o investigador e o informante é importante para se conseguir despertar o interesse pelo tema e obter a colaboração voluntária num projecto sem resultados práticos ou benefícios aparentes. O conhecimento pessoal poderá, na prática, ser substituído por acções informativas e de sensibilização para a importância da inventariação na salvaguarda do património cultural imaterial.

Quanto ao tipo de informante, foram obtidas as seguintes pontuações totais para os questionários recebidos:

<b>Nº</b>	<b>Relação com o informante</b>	<b>Designação do bem cultural imaterial</b>	<b>Tipo de informante</b>	<b>Pontuação Total</b>
9	Contacto profissional anterior	Louça das Caldas (da Rainha)	Investigador/a	114
1	Contacto anterior com CNU	Poesia Popular de Grândola	Investigador/a	114
4	Contacto c/ recomendação	Arruada de Bombos	Responsável em associação	104
6	Contacto anterior com CNU	Caneja d'Infundice	Responsável em associação	95
7	Pesquisa Internet	Fechaduras de madeira da ilha do Corvo	Tutela	92
3	Contacto c/ recomendação	Bonecos de Santo Aleixo	Executante	83
10	Contacto c/ recomendação	Olaria pedrada de Nisa	Formador/a	78
8	Contacto anterior com CNU	Cesto Florido	Promotor/a	72

Quadro 11. Pontuações totais dos questionários

A relação entre o tipo de informante e a pontuação obtida poderá explicar-se quer por um melhor conhecimento dos assuntos por parte dos investigadores, quer por uma melhor compreensão das questões colocadas, quer ainda por uma maior apetência de determinados informantes para participar neste tipo de inquéritos. Importa assinalar que ambos os investigadores estiveram envolvidos em trabalho no terreno sobre os respectivas manifestações do património cultural imaterial. A elevada pontuação obtida pelos responsáveis em associações e pela tutela (cujo informante detém um cargo de direcção) permite concluir que estes tipos de informantes são também uma fonte bastante pródiga de informação.

Os resultados obtidos apontam para a relevância de envolver os investigadores no processo de inventariação por forma a prestar ou completar as informações dadas pelos outros informantes, bem como a necessidade de realizar acções de informação e sensibilização junto dos agentes envolvidos na inventariação.

### **3.4. Apresentação e discussão dos resultados**

As respostas ao questionário foram analisadas atendendo às quatro áreas sobre as quais incidem: identificação do património cultural imaterial; descrição do património cultural imaterial; salvaguarda do património cultural imaterial; e informações complementares.

Na identificação das manifestações do património cultural imaterial, deverá ser dada indicação da região, distrito e concelho, por forma a identificar claramente o local onde existe o património cultural imaterial. Tal não aconteceu em alguns dos questionários relativamente à indicação do local de realização / área geográfica, o que poderá dar origem a equívocos por haver localidades com o mesmo nome em distritos ou concelhos diferentes.

Identificou-se a possibilidade de sobreposição dos domínios, aliás já assinalada em reuniões de especialistas, colocando-se a hipótese de alguns serem mais propícios a sobreposições que outros, o poderá ser testado através da análise de um número de questionários significativo sobre cada domínio do património cultural imaterial.

As perguntas de escolha múltipla tiveram, na maioria dos casos, maior pontuação que as perguntas de resposta aberta, o que aponta para a necessidade de desenvolver um *thesaurus* que permita a construção de listas de categorias e subcategorias nos vários domínios do património cultural imaterial, por forma a sistematizar a informação recolhida e tornar mais simples o preenchimento das perguntas de identificação. A agregação de manifestações em subcategorias poderá, eventualmente, fomentar o desenvolvimento de acções de salvaguarda conjuntas, o que permitiria uma melhor e mais racional distribuição dos recursos.

As respostas relativas à descrição do património cultural imaterial (Q.11 a Q.24) obtiveram uma pontuação consistente com a pontuação total dos questionários:

Nº Quest.	Designação do bem cultural imaterial [2]	Tipo de informante	Pontuação Descrição
9	Louça das Caldas (da Rainha)	Investigador/a	50
1	Poesia Popular de Grândola	Investigador/a	45
4	Arruada de Bombos	Responsável em associação	44
6	Caneja d'Infundice	Responsável em associação	42
7	Fechaduras de madeira da ilha do Corvo	Tutela	39
3	Bonecos de Santo Aleixo	Executante	35
10	Olaria pedrada de Nisa	Formador/a	31
8	Cesto Florido	Promotor/a	29

Quadro 12. Pontuação das respostas relativas à descrição do património cultural imaterial

A recolha de dados relativos à descrição deverá ser objecto de reflexão e de orientações muito precisas que favoreçam a obtenção de informações completas sobre a manifestação. A descrição constitui uma parte fundamental da inventariação, devendo ser indicados, de forma bastante completa, todos os aspectos relacionados com a manifestação, incluindo o contexto em que se desenrola. Nenhum questionário apresentou uma resposta completa, e só em metade dos questionários [nº 9, 1, 4, 6] a resposta foi dada de forma suficiente. Embora seja possível que alguns informantes não conheçam de forma aprofundada a manifestação em apreço, as respostas a esta questão poderão eventualmente ser melhoradas através de uma discriminação dos aspectos a ser abordados no guião de instruções para o preenchimento. A dificuldade que o praticante e o formador demonstraram em descrever de forma completa e perceptível a manifestação sugere que será necessário encontrar entidades que, no terreno, auxiliem no preenchimento dos questionários, a cujos técnicos deverão ser ministradas acções de formação.

A identificação dos praticantes foi realizada de forma incompleta em todos os questionários, e apenas cinco respostas foram consideradas suficientes, sendo que apenas uma delas indica o nome do único praticante do património cultural imaterial existente. Nos restantes casos, são indicados quer o local de fabrico (nome da fábrica e referidas “algumas pequenas oficinas”), quer um grupo profissional específico ou ainda o número total de praticantes identificados sem referir os nomes. Nos restantes questionários, as respostas foram consideradas incipientes por serem demasiado vagas, como por exemplo “população local” ou “homens e mulheres”. A identificação exacta dos praticantes é importante, pois permite a delineação de acções de salvaguarda específicas e direccionadas. Será necessário melhorar as instruções para o preenchimento, e os aspectos relacionados com os praticantes deverão ser abordadas nas acções de formação.

A compilação das coordenadas de registos já existentes da manifestação do património cultural imaterial deverá ser objecto de acções específicas de recolha de informações. Mais uma vez, esta questão prende-se com uma lógica de maximização de recursos, pois é de crer que entidades públicas e privadas possuam registos valiosos que poderão ser aproveitados e cujas coordenadas deverão ser incluídas na Ficha de Inventário. Não se considera necessário que estes recursos passem para a tutela que gere a inventariação; apenas é importante que estejam devidamente identificados e seja dada indicação da sua disponibilidade. Esta acção de recolha de informações caberá à tutela e poderá certamente realizar-se através de inquéritos.

Apenas metade dos informantes responderam à questão referente ao léxico relacionado com a manifestação, tendo-se considerado, na ausência de conhecimento aprofundado sobre cada manifestação do património cultural imaterial por parte da autora do estudo, respostas completas aquelas que indicavam os termos e o seu significado, e respostas suficientes as que indicavam os termos mas não explicavam o seu significado. Todavia, pelo menos uma das respostas consideradas completas provavelmente não o é, pois indica apenas um termo; por outro lado, outros termos poderão eventualmente relacionar-se com manifestações associadas, devendo ser

indicados no inventário de determinada manifestação apenas nos casos em que o seu conhecimento se revele importante para a compreensão da manifestação em apreço.

Levanta-se aqui a questão de saber o que é uma manifestação do património cultural imaterial, se devem ser inventariados conjuntamente todos os elementos constituintes, e qual o grau de profundidade que deverá ter o inventário. Esta será uma questão a ser decidida *a priori* e que deverá ser abordada na formação.

Deverá ser dada atenção ao historial da manifestação do património cultural imaterial, sendo importante aqui atender simultaneamente a perspectivas *emic* e *etic*, por forma a compreender as tendências de evolução da manifestação e informar eventuais acções de salvaguarda. Importa aqui referir que na pergunta sobre o historial, apenas um investigador e o executante apresentaram respostas completas, o que alerta para a importância da memória dos praticantes no conhecimento do património cultural imaterial e a necessidade de registar esse conhecimento. Tal como na questão anterior, será necessário definir qual a profundidade que se pretende dar ao inventário, e determinar quais as informações imprescindíveis sobre a contextualização histórica.

Só um informante respondeu à pergunta sobre outras informações, assinalando que se encontra em perigo – uma informação que repete nas questões posteriores. Esta questão permite identificar aspectos específicos ou exclusivos de determinada manifestação não abrangidos por outra pergunta do questionário, podendo-se optar por transferir esta questão para o final do questionário.

As respostas relativas à salvaguarda do património cultural imaterial (Q.25 a Q.32) obtiveram a seguinte pontuação:

Nº Quest.	Designação da manifestação	Tipo de informante	Pontuação
9	Louça das Caldas (da Rainha)	Investigador/a	31
1	Poesia Popular de Grândola	Investigador/a	29
7	Fechaduras de madeira da ilha do Corvo	Tutela	29
3	Bonecos de Santo Aleixo	Executante	26
6	Caneja d'Infundice	Responsável em associação	24
4	Arruada de Bombos	Responsável em associação	20
8	Cesto Florido	Promotor/a	20
10	Olaria pedrada de Nisa	Formador/a	17

Quadro 13. Pontuação das respostas relativas à salvaguarda do património cultural imaterial



Dois reparos devem ser feitos a esta pontuação: o informante pertencente à tutela é chefia num organismo dedicado ao apoio ao artesanato, pelo que naturalmente é conhecedor em profundidade dos assuntos inerentes à salvaguarda; o formador transmitiu-nos em conversa telefónica que não ministrava formação sobre este tipo de olaria ao que acresce o facto de a entidade formadora onde trabalha não se situar na região do património cultural imaterial em apreço, o que pode explicar o desconhecimento sobre o modo de transmissão do elemento do património cultural imaterial e a baixa pontuação obtida.

As perguntas no questionário relacionadas com a salvaguarda parecem estar bem estruturadas, mas as respostas dadas deverão ser avaliadas em conjunto e analisadas à luz dos dados recolhidos relativamente à descrição da manifestação. Estas informações serão preciosas na delineação de acções de salvaguarda e a sua coerência deverá ser cuidadosamente analisada e quaisquer dúvidas esclarecidas.

Relativamente à forma de transmissão, foi dada especial atenção ao conteúdo das respostas no que se refere aos tipos de aprendizagem existentes. Desta forma, obtiveram-se os seguintes resultados, sendo que apenas em um caso, o da olaria pedrada de Nisa, foi indicado não haver transmissão do património cultural imaterial:

Nº Quest.	Designação da manifestação	Domínio principal	25/Aprend. formal	25/Aprend. não formal	25/Aprend. informal	25/ Não há transmissão
9	Louça das Caldas (da Rainha)	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional	x	x		
1	Poesia Popular de Grândola	Tradições e Expressões orais	x	x		
7	Fechaduras de madeira da ilha do Corvo	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional		x		
3	Bonecos de Santo Aleixo	Artes do Espectáculo	x			
6	Caneja d'Infundice	Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo			x	
4	Arruada de Bombos	Práticas sociais, rituais e eventos festivos		x		
8	Cesto Florido	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional			x	
10	Olaria pedrada de Nisa	Aptidões ligadas ao artesanato tradicional				x

Quadro 14. Tipos de aprendizagem

A literatura consultada sobre transmissão do património cultural imaterial no contexto da Convenção apenas estabelece uma diferença entre aprendizagem formal e não formal, mas creio que o reconhecimento da aprendizagem informal permitirá desenvolver acções de salvaguarda melhor contextualizadas.

Efectivamente, a análise do Quadro 12. permite constatar uma prevalência da aprendizagem não formal que, em metade dos casos analisados, coincide com a aprendizagem formal. O mesmo não acontece com a aprendizagem informal, que em nenhum caso coexiste com outro tipo de aprendizagem. No caso em que a aprendizagem formal é a única indicada, verificou-se que esta actividade foi objecto de revitalização nos anos 1980 e é actualmente objecto de estudo e apoio por parte de uma Universidade. O escasso número de questionários em análise não permitiu estabelecer uma relação entre o tipo de aprendizagem e o domínio do património cultural imaterial, mas é possível que esta relação exista, e este dado seria importante na delineação de medidas de salvaguarda específicas.

As perguntas nº 27, 28, 29, 30 e 31 sobre a transmissão do património cultural imaterial estão relacionadas e é importante tentar aferir se as respostas obtidas são coerentes e dão uma ideia do grau de perigo que corre o bem.

Nº Quest.	27/Transmissão bem sucedida	28/Entidades a apoiar a manifestação	29/Medidas salvaguarda	30/Há perigo	31/Indicação de medidas	32/Website divulgação
9	Não	Sim	Não	Sim	Sim a tomar	Sim
1	Não	Não	Não	Sim	Sim a tomar	Sim
7	<i>Resposta vaga</i>	Sim	Sim	Sim	Sim tomadas	Não
3	Sim	Sim	Sim	Não		Sim
6	Talvez	Sim	Não	Sim	Sim tomadas	
8		Sim		Não		Sim
4	Sim	Sim		Não		
10		Sim		Sim		Sim

Quadro 15. Respostas relativas à salvaguarda do património cultural imaterial

A análise do quadro permite retirar algumas conclusões:

- a manifestação nº 3 parece um exemplo de boas práticas na salvaguarda, pois é objecto de transmissão, é apoiada, usufrui de medidas de salvaguarda, não se encontrando em perigo;
- as manifestações nº 4 e nº 8 não têm respostas suficientes para se tirarem conclusões, mas uma vez que se considera não estarem em perigo, talvez não seja prioritário proceder a investigações mais aprofundadas;

- a manifestação nº 10 deverá ser objecto de investigação urgente, pois considera-se que está em perigo e as informações disponíveis são muito escassas;
- as manifestações nº 9 e 1 encontram-se ambas em perigo, a segunda mais do que a primeira, pois não é sequer apoiada por qualquer entidade;
- a manifestação nº 6 terá de ser investigada, pois é referido que não existem medidas de salvaguarda mas é indicada pelo menos uma medida tomada. Tal poderá dever-se a um preenchimento errado do questionário ou a uma medida de salvaguarda pouco significativa;
- a manifestação nº 7 é exemplo da necessidade de cruzar estas respostas com as questões anteriores, nomeadamente com a Q.12. sobre os praticantes. Efectivamente, as respostas neste quadro indicam que, embora a manifestação esteja em perigo, já estão a ser tomadas medidas para colmatar a situação. Todavia, se analisarmos as respostas anteriores relativas a esta manifestação, nomeadamente as informações sobre os seus praticantes, ficamos a saber que existe apenas um praticante desta actividade, o que é indício de que corre grande perigo e deverão ser aplicadas urgentemente medidas que promovam a transmissão.

As respostas às informações complementares são escassas e na sua maioria são negativas ou incipientes. Tal poderá ficar a dever-se à falta de conhecimento dos informantes ou a algum cansaço no preenchimento do questionário, aliado a que nenhuma das questões era de preenchimento obrigatório. O quadro seguinte indica a relação entre a pontuação obtida e o tipo de informante neste bloco de perguntas:

Nº Quest.	Designação da manifestação	Tipo de informante	Pontuação Informações adicionais
9	Louça das Caldas (da Rainha)	Investigador/a	19
1	Poesia Popular de Grândola	Investigador/a	17
4	Arruada de Bombos	Responsável em associação	15
6	Caneja d'Infundice	Responsável em associação	13
3	Bonecos de Santo Aleixo	Executante	10
10	Olaria pedrada de Nisa	Formador/a	9
7	Fechaduras de madeira da ilha do Corvo	Tutela	8
8	Cesto Florido	Promotor/a	7

Quadro 16. Pontuação das respostas relativas às informações complementares sobre o património cultural imaterial

A avaliação do questionário feita pelos informantes foi na generalidade positiva, tendo sido considerado profundo e abrangente, bem estruturado, longo mas fácil de preencher. Um informante referiu que as questões Q.6 a Q.10 são algo confusas, e outro que algumas questões conduzem a repetições nas respostas.

De um modo geral o questionário parece cumprir o fim a que se destina, sendo necessário apresentar de forma diferente a Q.4 relativamente aos locais onde subsiste a manifestação do património cultural imaterial. As perguntas Q.14 sobre o espaço associado à manifestação e Q.15 sobre a sazonalidade da manifestação poderão ser fundidas numa só. A tutela deverá dar especial atenção às informações complementares que, muito provavelmente, necessitarão de ser revistas e completadas.

Quanto ao Guia de Preenchimento, deverão ser apresentadas de forma mais explícita as instruções relativas às perguntas Q.4, Q.9, Q.10, Q.11, Q.12, Q.20, Q.21, Q.22 e Q.26.

As acções de formação a desenvolver para auxiliar o preenchimento do questionário deverão dar especial atenção às perguntas relacionadas com a descrição, a identificação dos praticantes e o historial da manifestação do património cultural imaterial.

Será necessário determinar antecipadamente qual grau de profundidade e amplitude da inventariação do património cultural imaterial, pois tanto o Questionário como a Ficha de Inventário irão reflectir essa decisão inicial fundamental, sem a qual não será possível realizar uma recolha de dados eficaz. Poderá ser encontrada uma situação de compromisso que permita obter informações suficientes para a salvaguarda sem consumir demasiados recursos, devendo ser redigidas orientações claras que delimitem a informação que se deverá recolher.

É importante atender à relação entre o inventariador e os informantes, apontando a análise dos questionários para uma maior quantidade de dados obtidos quando a relação é mais próxima e há um interesse pessoal acerca do tema em apreço e sobre as questões relacionadas com o património cultural imaterial em geral.

Se se optar por realizar uma inventariação essencialmente “bottom-up”, o ponto de partida será a realização de acções de sensibilização junto dos informantes mas, ultrapassada esta fase, apenas chegarão aos inventários as manifestações do património cultural imaterial propostas pelos próprios informantes. Provavelmente será necessário disponibilizar acções de formação junto das entidades nomeadas para apoiarem o preenchimento dos questionários.

Se a inventariação tiver uma abordagem “top-down”, não só serão necessárias acções de sensibilização junto dos possíveis informantes, como será necessário assegurar que estes transmitam informação fiável e suficiente, além de ter de ser assegurado o consentimento para a inventariação dos bens do património cultural imaterial escolhidos.

O facto de os informantes que são investigadores surgirem com a pontuação mais elevada nas quatro áreas de incidência do questionário parece apontar para a necessidade de a Ficha de Inventário ter de ser revista e completada por especialistas que conhecem bem o tema em apreço. É aqui relevante a recomendação da UNESCO de criar um directório de peritos, centros de competências e unidades de pesquisa (UNESCO 2008b: 36), pois estes especialistas poderão vir a desempenhar um importante papel a na inventariação, nomeadamente na supervisão e validações das informações recolhidas e na eventual adequação dos instrumentos aos vários domínios do património cultural imaterial.

## Capítulo 4. Estudo de caso: a produção de olaria pedrada em Nisa

### 4.1. Domínio das aptidões ligadas ao artesanato tradicional

No decurso do Simpósio UNESCO/ITC<sup>32</sup> em 1997 intitulado *Crafts and the international market: trade and customs codification*, os produtos artesanais foram definidos como aqueles que são

produzidos por artesãos, quer completamente de forma manual, quer com o auxílio de instrumentos manuais ou mesmo por meios mecânicos, desde que o contributo do artesão seja a componente mais substancial do produto acabado. São produzidos sem restrições em termos de quantidade e utilizam matérias-primas derivadas de recursos sustentáveis. O carácter especial dos produtos artesanais decorre das suas características distintivas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, ligadas a uma cultura, decorativas, funcionais, tradicionais, religiosas e socialmente simbólicas e significativas (UNESCO 2005c: 2).

A versão preliminar da Convenção datada de 26 de Julho de 2002 (UNESCO 2002b) não considerava ainda o domínio das aptidões ligadas ao artesanato tradicional, mas o Comité intergovernamental de peritos constituído nesse ano para redigir o texto final da Convenção considerou indispensável adequá-lo aos critérios de proclamação das *Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, as quais seriam integradas na Lista Representativa da Convenção assim que esta fosse constituída. Um dos critérios para a proclamação das obras-primas era o «carácter de excelência na aplicação de saberes-fazer e nas técnicas utilizadas» (UNESCO 2001d:12), o que tornava imprescindível definir um domínio que pudesse incorporar as obras-primas desta natureza.

Caracterizar as competências ligadas às actividades artesanais tradicionais através da identificação, documentação e pesquisa, como indica a Convenção, significa analisar os aspectos relacionados com os processos de produção, assumindo assim especial relevância os trabalhos de Etnotecnologia, entendida como «o estudo dos fenómenos sociais e culturais vistos na sua vertente essencialmente técnica» (Amante 1996: 14). A observação do processo de fabrico completada por entrevistas aos executantes constitui um contributo valioso para a inventariação de manifestações neste domínio pelo facto de se registarem as informações obtidas localmente junto dos detentores do conhecimento, dando-se resposta à exigência da Convenção de envolver as comunidades, grupos e indivíduos no processo de recolha de dados.

---

<sup>32</sup> ITC – International Trade Centre.

Tal como para os outros domínios do património cultural imaterial, a análise dos processos de fabrico inclui o exame dos aspectos materiais e imateriais relacionados com as actividades produtivas tais como os equipamentos e os instrumentos, os locais e os contextos, as crenças e tradições, devendo as tecnologias, como referido em Lemonnier, ser encaradas como uma «expressão material da actividade cultural» (1992:2) que abrange todas as acções do homem sobre a matéria e engloba os aspectos materiais, sociais e simbólicos (1992:3).

As relações entre a produção artesanal e o contexto sócio-económico actual foram estudadas por Durand e a sua equipa (2008) em relação aos lenços de namorados de Vila Verde no contexto da reformulação do processo de certificação deste produto artesanal. A análise de questões como a originalidade, a rentabilização do trabalho, a refuncionalidade, a patrimonialização, a mercantilização e a inovação suscitam reflexões que podem inspirar a investigação de outras actividades artesanais e apontam a necessidade de a perspectiva antropológica ser complementada com a análise sócio-económica do sector.

De facto, para além de serem património cultural e factor identitário das comunidades e grupos, as actividades artesanais são economicamente rentáveis, constituindo frequentemente uma importante fonte de subsistência para os executantes e um vector de dinamização da economia local, aspectos que deverão ser devidamente atendidos tanto na inventariação como nas acções de salvaguarda e revitalização. Desta forma, não se afigura possível abordar as questões relacionadas com o domínio das aptidões ligadas ao artesanato tradicional sem se referir o contexto económico da actividade e os normativos em vigor.

Em Portugal existe legislação aplicável ao sector pelo menos desde os anos 1980 (Antunes 1999), tendo sido criado o símbolo do artesanato português em 1982 e postos em prática vários programas de promoção da actividade artesanal como o PAOT – Programa das Artes e Ofícios Tradicionais em 1992, o Programa Escolas-Oficina em 1996 e o PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais em 1997. Mais recentemente, os Decretos-Lei nº 41/2001 e nº 110/2002 definem os conceitos de artesão e de unidade produtiva artesanal, bem como os requisitos a que devem obedecer as actividades artesanais para que possam beneficiar de apoios públicos e de medidas de discriminação positiva.

Em 2004, a Portaria nº 1085/2004 aprovou o modelo de símbolo «Produzido por artesão reconhecido» ou «Produzido em unidade produtiva artesanal reconhecida» que os artesãos e as unidades produtivas artesanais podem mencionar na rotulagem, publicidade e demais documentos comerciais de acompanhamento dos seus produtos (artigo 15º/A). A qualificação e certificação de produções artesanais visa salvaguardar as técnicas tradicionais de produção, garantir a autenticidade e a qualidade dos produtos, aumentar a visibilidade do sector, aumentar a confiança do comprador e distinguir a produção artesanal da concorrência de produtos, designadamente os de origem externa e fabrico industrial.

Relativamente a uma análise objectiva do sector do artesanato, a informação estatística oficial a nível nacional é inexistente. O estudo *O Sector das Actividades Artesanais em Portugal* publicado pelo Instituto para a Qualidade na Formação (IQF) em 2006 parece ser o mais recente, baseando-se em informações quer de bases de dados regionais, quer de estudos avulsos, alguns não muito recentes, que geralmente também incidem sobre regiões específicas, dificultando uma visão global fiável do sector (IQF 2006: 50). Os dados disponíveis apontam para um sector com as seguintes características: (i) produção sazonal, dependente da procura; (ii) trabalho realizado em casa ou em oficina nas imediações; (iii) matérias primas adquiridas perto de casa, no concelho de residência ou na região; (iv) predominância da venda directa ao consumidor final; (v) acentuado envelhecimento dos artesãos, que são maioritariamente femininos e com um baixo nível de qualificações escolares; (vi) transmissão do conhecimento predominantemente em meio familiar, embora para os artesãos mais novos tenha maior peso a aprendizagem em contexto de formação escolar e profissional (IQF 2006: 65-77).

Não obstante a discriminação positiva da produção artesanal e a correspondente atribuição de eventuais subsídios e apoios, esta actividade permanece sujeita às leis da oferta e da procura tal como qualquer outra actividade económica. Uma forma de tornar o artesanato mais atractivo e, por conseguinte, mais rentável, consiste desenvolver projectos na área do design com vista a criar artefactos originais, com mais qualidade e adequados à procura. Nestes projectos, os designers estudam as tradições, analisam o contexto de produção e procuram compreender as motivações e condicionantes dos artesãos para tentarem agir como mediadores entre estes e o mercado. As intervenções de design devem ser realizada no respeito por algumas regras, designadamente zelar para que o artesão não se transforme num mero executante alheio a todo o trabalho criativo, promover actividades artesanais ambientalmente sustentáveis e, principalmente, cuidar para que o produto final não fique deturpado e incaracterístico (UNESCO 2005c: 6).

O artesanato possui também uma considerável importância na área do turismo, apesar de as experiências inovadoras na área do desenvolvimento qualitativo da actividade artesanal serem raras ou pouco conhecidas. Estas experiências podem ser agrupadas em três categorias principais, designadamente a criação de rotas do artesanato, as visitas guiadas a oficinas com explicação do processo de fabrico e a venda de réplicas e de produtos contemporâneos nas lojas dos museus (Kreidi 2006:3).

## **4.2. Produção de olaria pedrada em Nisa**

### **4.2.1. Historial**

Datam do começo do século XVI as primeiras referências literárias a vasilhas de barro pedradas ou apedradas, em núcleos onde a actividade oleira entretanto se extinguiu – Montemor-o-Novo, Sardoal e Pombal. Os achados arqueológicos de peças onde foi utilizada a técnica decorativa do



empedrado coincidem com os vários registos literários que, a partir do século XVI, referem a existência de recipientes pedrados em Montemor-o-Novo, Barreiro, Moura e Lisboa (Sardinha 1997: 509). Mais recentemente, nos finais do século XIX e inícios do século XX, há registos da utilização da técnica decorativa do empedrado em cerâmica nas localidades de Barcelos, Miranda do Corvo e talvez Lisboa (Carneiro 1989: 7;15).

Na Europa, foram encontradas peças pedradas em escavações arqueológicas em Amesterdão e Antuérpia e em algumas localidades espanholas como Valladolid, Zamora e Cadiz (Sardinha 1997: 509). Fora do continente europeu, e mencionando apenas as encontradas em áreas de influência portuguesa, foram descobertas peças deste tipo em Cabo Verde e Macau (Sardinha 1999: 191). Importa também referir quinze peças pedradas encontradas em 1992 e 1993 nas escavações subaquáticas do galeão espanhol *San Diego* com incrustações de pequenas pedras brancas semelhantes às utilizadas na cerâmica ibérica e pequeníssimos fragmentos de porcelana, e ainda os fragmentos arqueológicos encontrados em escavações em Santa Ana e Ayuntamiento, em Manila. A presença de vestígios de peças pedradas em locais tão variados do mundo suscita interrogações sobre a origem e difusão deste tipo de decoração cerâmica que ainda não puderam ser respondidas (Sardinha 1999: 191).

Não se conhecem referências relativas ao fabrico de olaria em Nisa anteriores aos finais do século XIX. Charles Lepierre (1912: 52) menciona em 1899 a existência de cinco olarias nesta vila do distrito de Portalegre, afirmando que «na louça para água usa-se muito o *cascalho branco* (sílica) para embutir na superfície externa dos vasos, formando desenhos e ramagens curiosos e característicos, como tive ocasião de observar». Parvaux (1968: 25) anota a informação constante no Anuário Comercial de 1905 que refere a existência de quatro olarias, embora não especifique o tipo de loiça que fabricavam. Vergílio Correia (1937: 35) recorda, em 1912, os «(...) potes de Niza e Extremoz, cujas paredes se encham de desenhos formados pela incrustação de pedacinhos de mármore branco (...)», enquanto Leite de Vasconcelos (1923: 52 - Fig. 2) apresenta a figura de uma peça empedrada no *Boletim de Etnografia* publicado em 1923 e Emanuel Ribeiro (s.d.: 45), por volta de 1925,<sup>33</sup> classifica Nisa como um centro de fabrico de loiça com ornamentos incrustados. Por fim, Parvaux (1968: 25) regista sete olarias em 1959-61, data em que realizou trabalho de campo sobre olaria no Alto Alentejo.<sup>34</sup> Actualmente apenas existem três olarias.

A olaria pedrada também se fabricou no Cacheiro, uma pequena povoação perto de Nisa, até há alguns anos quando o último oleiro, José Lopes (actualmente com mais de 80 anos), se reformou.

---

<sup>33</sup> Data proposta por Eugénio Lapa Carneiro para a obra não datada de Emanuel Ribeiro, *Água Fresca (Apontamentos sobre olaria nacional)*.

<sup>34</sup> Apesar de Parvaux mencionar sete olarias, quando refere o nome dos oleiros em nota de fim de texto apenas surgem seis: António Semedo da Piedade; Joaquim Maria da Piedade; Joaquim Maria Sales; Joaquim Maria Temudo; Manuel Dinis Ramos; Manuel Maria Sales (Parvaux 1968: 207). O oleiro em falta poderá ser António Pequito, um dos praticantes actuais, que montou a olaria em 1957 mas teve que cumprir serviço militar em Angola no início dos anos 60, regressando a Nisa em 1965.

A memória de José Lopes (Ti Zé Lopes) remonta a Manuel Correia, (Ti Manuel Louceiro), oleiro no Cacheiro, que, segundo afirma, ensinou Zé dos Remédios, o primeiro oleiro que exerceu a actividade em Nisa. Outro oleiro já reformado, Manuel Maria Sales, confirmou o nome “Zé dos Remédios” como um dos oleiros mais antigos, tratando-se talvez do oleiro José dos Remédios Ribeiro Figueiredo mencionado no Anuário Comercial de 1905. Segundo um dos actuais oleiros de Nisa, foi também Zé dos Remédios que ensinou tanto o seu mestre, Joaquim Piedade, como o pai de José Lopes e muitos outros oleiros de Nisa.

#### **4.2.2. Praticantes**

Actualmente, existem três olarias em actividade em Nisa, uma das quais apenas trabalha a tempo parcial. Todas se dedicam à execução do mesmo tipo de cerâmica pedrada, considerada típica desta localidade. Cada oficina é gerida por um casal, em que o marido, o oleiro, é responsável pelo fabrico dos recipientes em barro e a mulher pela sua decoração, auxiliada por outras mulheres que trabalham à peça, as pedradeiras.

António Pequito tem quase 70 anos. Começou a aprender olaria com 10 anos, a seguir à 4ª classe. Não tendo possibilidade de continuar os estudos foi trabalhar para uma olaria onde aprendeu a arte com o dono, Mestre Batata (Joaquim Piedade). Era hábito, na época, andar cinco anos em casa do Mestre a aprender o ofício, sem qualquer ganho além da experiência. Nesses anos, durante a época de fabrico dos barros que durava de Março até Outubro, fabricavam-se cerca de 100 bilhas por dia. No final da temporada de aprendizagem, tinham ainda de trabalhar dois ou três meses para compensar os Domingos e feriados - «era vida de escravo, naquela altura...». Assim fez Pequito, que acabou por montar a olaria em 1957. Em 1962 partiu para cumprir serviço militar em Angola, regressando em 1965, altura em que recomeçou a trabalhar como oleiro.

Joaquina, esposa de Pequito, começou a pedrar após a 4ª classe e explicou que «na altura as raparigas, quando saíam da escola, iam bordar e iam pedrar». A decoração das peças é de sua responsabilidade: é ela quem risca as peças e decora parte delas.

A comercialização das peças da olaria Pequito é realizada na própria oficina, que fica situada numa rua secundária de Nisa, perto da casa dos artesãos.

António Louro tem cerca de 60 anos e trabalhou em olaria com o pai dos 9 até aos 21 anos. Depois da tropa trabalhou na Junta Autónoma de Estradas. Há cerca de 20 anos recomeçou a trabalhar em olaria nos tempos livres e desde os finais dos anos 90, altura em que se aposentou, recomeçou a trabalhar em olaria a tempo inteiro.

Maria da Graça, esposa de António Louro, começou a pedrar após a 4ª classe. As jovens aprendiam vendo as mais velhas, e começavam por decorar primeiro os testos, depois peças

maiores quando já sabiam pedrar bem. Trabalham na olaria quatro pedradeiras além de Maria da Graça, que risca as peças e também pedra quando necessário.

O casal Louro faz muitas peças por encomenda e tem uma loja no largo principal de Nisa onde Maria da Graça comercializa a produção da oficina, bordados de Nisa e outros produtos artesanais com especial destaque para a olaria de outras regiões do Alentejo.

António Piedade trabalha na oficina a tempo parcial, geralmente ao fim-de-semana. Estive na sua olaria e entrevistei a esposa, Antónia, mas não foi possível falar com o oleiro, que raramente se encontra presente. A esposa toma conta do negócio, risca as peças e executa a decoração auxiliada por, pelo menos, uma empregada. A olaria funciona numa grande garagem com porta aberta para a rua, onde também é feita a comercialização das peças que produzem.

Em Nisa, o acto de empedrar é uma operação feminina. Em todas as olarias, a esposa do oleiro executa esta tarefa, auxiliada por pedradeiras que trabalham à peça, quer na oficina, quer em casa. A esposa do oleiro geralmente supervisiona o trabalho das pedradeiras, e é ela quem desenha os motivos decorativos que irão orientar a colocação dos fragmentos de quartzo. Riscar a peça é uma operação delicada, que irá em larga medida determinar a aparência e qualidade do produto final, pelo que o estatuto da mulher que efectua esta tarefa é mais elevado que o das outras pedradeiras, consideradas simples executantes. Quando a esposa do oleiro não pode riscar a peça, esta operação é realizada por uma pedradeira experiente.

A Câmara investiu em acções de formação, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, contratando oleiros como formadores e ministrando as aulas num espaço da Câmara adaptado para o efeito. Apesar de serem bastantes os interessados nos cursos remunerados apoiados pelo Fundo Social Europeu, os formandos acabaram por abandonar a actividade, pois viam na formação apenas um emprego temporário. Pequito acredita que as acções de formação organizadas pela Câmara Municipal de Nisa não deram resultado porque, como aponta Pequito, «isto são artes que é preciso ter muita paciência, muita força de vontade, e a maior parte das pessoas que vêm para essas acções eram rapazes já com vinte e tantos anos e recebiam ordenado, e eles o que querem é receber ordenado (...) eles o que querem é o dinheiro, não querem saber disso para nada. No fim do ano acaba-se a acção e vão para outras». Por conseguinte, tanto os oleiros como as pedradeiras no activo se encontram na meia-idade ou são de idade avançada, e os jovens parecem não querer dedicar-se a esta profissão.

#### **4.2.3. *Fabrico***

As três olarias de Nisa fabricam objectos com uma morfologia e decoração bastante idêntica. A técnica de fabrico das peças em barro que aqui descrita foi observada na oficina de António Pequito, excepto indicação em contrário. Todas as olarias foram modernizadas em finais dos anos

1990 com fundos do programa LEADER II; foram feitas obras nas instalações e foi adquirido equipamento moderno como fornos a gás, rodas eléctricas e fieiras.

O barro, extraído e distribuído aos oleiros pela Câmara Municipal de Nisa, é colocado num barreiro a derregar na proporção de duas partes de barro branco, proveniente da herdade de Estibas, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, para uma parte de barro preto, proveniente da Fonte Seca, da herdade de Maria Dias. A argila branca contém uma quantidade apreciável de mica e de grãos de areia, que torna as peças com ela fabricadas muito resistentes ao choque. Todavia, esta argila é muito pouco plástica, tornando-se difícil de “puxar” na roda, pelo que se torna necessária a adição de argila preta, mais plástica (Parvaux 1968: 75).

Depois de derregado, o barro é bem misturado com a água, e passado para um segundo barreiro através de um crivo, onde ficam retidas as impurezas. Ao fim de uma semana, o barro juntou-se no fundo do barreiro e o oleiro ou a esposa vão cuidadosamente retirando o excesso de água que assoma à superfície. Em seguida, para retirar a restante água do barro e torná-lo apto a ser trabalhado na roda, o oleiro deita o barro à parede de cimento que fica por cima dos barreiros. Quando o barro perde o excesso de humidade, cai nas tábuas que o oleiro, entretanto, colocou sobre os barreiros. Depois de amassado, o barro fica pronto a ser trabalhado.

Pequito utiliza ainda a roda de oleiro<sup>35</sup> accionada com o pé,<sup>36</sup> mas os outros oleiros de Nisa já se renderam à comodidade da roda eléctrica. As peças são torneadas da forma descrita por Parvaux (1968: 94;97-99). Pequito começa por retirar um pedaço de barro do plástico onde se encontra armazenado, amassa-o um pouco e coloca-o na roda. Louro retira uma péla da fieira, pesa-a (para que as peças fiquem com o mesmo tamanho), e coloca-a na roda, sem amassar.

Para iniciar o trabalho de moldagem o oleiro faz girar a roda – com o pé na roda tradicional (Pequito) ou pondo o motor em funcionamento com a velocidade desejada (Louro). Começa por afundar os dedos na péla de forma a furá-la no centro e depois inicia o processo de puxar o barro até a peça ou a parte da peça que está a fabricar se encontrar concluída. Desta forma, a parte exterior da péla irá sempre dar origem à parte exterior do recipiente, razão pela qual se fazia rolar a péla pelo pó de quartzo quando se pretendiam obter potes de roça, que serão referidos adiante.

Quando os recipientes têm bica, esta é moldada na peça depois da roda se encontrar parada. Quando as peças têm tampa, Pequito tira um dia só para fabricar tampas quando tem já uma

---

<sup>35</sup> Para uma descrição da roda de oleiro consultar Parvaux (1968: 48).

<sup>36</sup> Utiliza-se neste trabalho a designação *roda de oleiro*, por ser a denominação dada pelos oleiros de Nisa a este equipamento. Jorge Dias, no entanto, faz uma distinção entre «a “roda”, [que] na sua essência, consiste num disco girando sobre um elemento saliente que funciona como eixo» (1965: 11), e que pode ser accionada com a mão ou com o pé, e o *torno*, accionado sempre com o pé, caracterizado pela «(...) possibilidade de o oleiro o fazer girar rapidamente (mais de 90 rotações por minuto) aproveitando a velocidade e, segundo Foster, a força centrífuga, para com as duas mãos livres poder modelar rapidamente um recipiente» (1965: 5).

determinada quantidade de peças que dela necessitam, enquanto Louro molda cada tampa no alto de uma péla e, com o resto da péla, fabrica a peça.

Cada peça em barro tem a sua forma de moldagem própria. As peças de maior porte, como os potes, fazem-se em três partes: primeiro a capela, depois o bordo e, por fim o fundo. Quando este se acaba de fazer na roda, coloca-se a capela por cima e alisa-se o remate em toda a volta com a *cana*, de forma que não se fique a ver qualquer marca de junção. Em seguida, procede-se da mesma forma com o bordo. O testo e o pucarinho são feitos posteriormente. Para ir molhando as mãos e alisar a peça, o oleiro utiliza água que se encontra no *barranhão*<sup>37</sup> junto ao local de trabalho, e *lamuge*<sup>38</sup>, que se encontra num monte junto da roda. Depois da peça moldada, e antes de a separar da roda, o oleiro alisa-a ainda com um pedaço de cana e depois corta a *sapata*<sup>39</sup>. Em seguida, com a *aplanata*<sup>40</sup> molhada em lamuge, o oleiro alisa a peça. Por fim, o oleiro liberta a peça da roda cortando-a com um fio de coco, segundo Pequito, ou uma linha, segundo Louro.

Se for torneiar outra peça em seguida, o oleiro raspa os restos de barro que ficaram sobre a roda com um raspador em metal antes de colocar a péla seguinte. Antigamente, tal como noutros centros oleiros, era hábito de alguns oleiros espalharem cinza sobre a roda para que as peças não colassem – neste caso, prescindia-se do uso do fio para cortar a peça na altura de a separar da roda, bastando para tal puxá-la, despegando-se esta sozinha.

No fabrico dos barris, o oleiro primeiro faz o corpo da peça e só depois de uma primeira secagem, quando a peça está mais consistente, é possível colocar os bicos e a asa. De uma maneira geral, todas as peças que têm asa requerem uma primeira secagem para não se deformarem quando o oleiro as cola com *lamuge*.

Depois de retiradas da roda, o oleiro coloca a peça sobre uma madeira. Para peças grandes, utiliza-se um pedaço de madeira redondo para cada peça; para peças pequenas, podem colocar-se várias sobre a mesma tábua, que neste caso é rectangular e comprida.

As peças sofrem uma primeira secagem que demora cerca de 12 horas antes de lhes serem colocados os bicos e as asas, que são fabricadas com a *lamuge*. O oleiro coloca o monte de *lamuge* na beira da *atoquina*<sup>41</sup> e, molhando as mãos com a água do *barranhão*, começa a puxar o barro para si até obter uma tira em forma de uma asa. Em seguida, corta-a com os dedos e cola-a na peça com um pouco de *lamuge*, alisando os remates com a *cana*. Quando as peças possuem uma asa torcida, como é o caso de algumas bicheiras, garrafões e cantarinhas, o oleiro molda

---

<sup>37</sup> Este termo foi utilizado por Pequito. Louro não deu qualquer nome especial ao recipiente com água.

<sup>38</sup> Barro muito mole que resulta do corte das sapatas e da limpeza das mãos do oleiro e dos instrumentos.

<sup>39</sup> Excesso de barro que fica na base da peça, junto à roda.

<sup>40</sup> Pedaço de feltro utilizado em todas as ocasiões em que é necessário alisar as peças.

<sup>41</sup> Mesa de trabalho.

duas tiras, cola as extremidades superiores, entrança-as, e só então cola as extremidades inferiores. As asas são as únicas partes das peças que não são fabricadas na roda de oleiro.

Os oleiros de Nisa fabricam 5/6 tamanhos de peças. As maiores apenas são fabricadas por António Louro e António Piedade, e consistem em jarras muito grandes, peças não tradicionais que começaram a fabricar nos anos 90. No tamanho abaixo, com cerca de 40/50 cm, fabricam-se as peças grandes, como o pote, o asado, o depósito e o cântaro com torneira. Todas as outras peças fabricam-se em 4 tamanhos diferentes, a saber, média (35 cm), pequena (30 cm), pequenina (25 cm) e miniatura (12cm). Actualmente, muitas peças são feitas em tamanho reduzido com o fim de serem vendidas como recordação pouco dispendiosa. Estas peças são em tudo idênticas às de maiores dimensões excepto a decoração, que é adaptada ao tamanho da peça.

Os barros de Nisa adquirem a sua característica tonalidade vermelha através do tingimento da superfície externa com barro líquido desta cor, proveniente da zona de Arronches no distrito de Portalegre. Para preparar a tinta, o oleiro dissolve o barro vermelho em água durante algumas horas e, em seguida, passa-o por uma peneira para lhe retirar as impurezas. A tinta é colocada num alguidar e as peças são imersas por partes: primeiro a asa, depois o bordo e o colo, e por fim o bojo e a base. Nas peças de maior porte, o oleiro cobre com *tinta* toda a superfície externa com o auxílio da *aplanata*. Após uma breve secagem, as peças são alisadas uma segunda vez com a *aplanata* embebida em água limpa. Em seguida, as peças, são postas a secar durante algum tempo até ganharem consistência suficiente para serem pedradas.

O *cascalho* utilizado na decoração é obtido cozendo as grandes pedras de quartzo<sup>42</sup> no forno para as tornar mais friáveis, e partindo-as depois o oleiro com o auxílio de uma pedra de calçada, o *paralelo*, em cima de uma laje do chão da oficina destinada a esse fim. Em seguida, os fragmentos de quartzo assim obtidos são passados por três crivos, ficando divididos em três calibres: pedra de 1ª com diâmetro de 1/2mm; pedra de 2ª com diâmetro de 2/3mm; e pedra de 3ª com diâmetro de 3/4mm.

A decoração das peças comporta três fases e deve ser executada quando a peça já iniciou o processo de secagem, para não ficar deformada com a manipulação e para que «a retracção da pasta, ao secar, seja a menor possível, a partir do momento em que as pedras – que não se retraem – são incrustadas» (Fagundes 1997: 173). A pedradeira começa por riscar a peça com auxílio de uma agulha de coser, utilizando tampas ou casquilhos de lâmpadas para desenhar círculos, delineando assim o desenho que irá em seguida ser preenchido com os pequenos fragmentos de quartzo.

---

<sup>42</sup> Segundo os Serviços Geológicos de Portugal (Ribeiro 1961: 5), a pedra branca utilizada nas incrustações dos barros pedrados de Nisa consiste em «Rocha pneumatolítica. Quartzo leitoso, filoliano, intercalado nos xistos das Beiras».

Para pedrar a peça, a pedradeira escolhe uma pedrinha e aplica-a no risco, tendo o cuidado de colocar a parte mais pontiaguda no barro, ficando a face mais lisa virada para o exterior. Em seguida, empurra-a com a unha do polegar ou do dedo indicador, de forma que fique bem incrustada, e à face do barro. Esta aplicação é realizada no colo da pedradeira, quando se trata de peças redondas, e sobre uma mesa, quando se trata de pratos. Quando se prevê que a operação vá ser demorada, as peças são embrulhadas em plástico para não secarem demasiado. Depois de completamente empedrada, frequentemente é delineado um segundo risco em redor dos motivos, e são delineados os desenhos incisos, recorrendo sempre à agulha de coser. Só então a peça se encontra pronta para a secagem final e posterior cozedura, quando se encontrar totalmente seca.

Segundo Margarida Ribeiro (1961), os motivos decorativos utilizados na olaria em Nisa podem ser agrupados em três tipos - zoomórficos, vegetais e mágicos, possuindo simultaneamente funções decorativas e significado simbólico. Entre os motivos zoomórficos, patentes de forma estilizada, contam-se a cobra, relacionada com a longevidade, e a aranha, possivelmente com um significado supersticioso ligado à ideia de riqueza. Relativamente aos motivos vegetais, aparecem a representação de flores e de frutos. Entre as flores contam-se as representações estilizadas da rosa, do malmequer, da campainha, do cravo e do girassol, com as respectivas folhas. Na representação de frutos aparece a pinha, o cacho de uvas, a bolota, a azeitona e a espiga de trigo. O único símbolo astral encontrado nesta cerâmica é a estrela de seis raios, estilizada em forma de flor, motivo com ampla representação na arte alentejana, patente nas cornas, nas formas de bolos, nos trabalhos artísticos de madeira e de cortiça. Outros motivos simbólicos são o coração e a ventura, esta amplamente retratada no artesanato nicense, sendo constituída por um bifólio de oliveira.

As peças actualmente fabricadas destinam-se, na sua grande maioria, a fins meramente decorativos. A morfologia dos barros nenses é bastante variada e foram introduzidas algumas peças novas, que testemunham a preocupação dos oleiros em satisfazer a procura actual. É o caso dos pratos com funções decorativas, jarrões, cinzeiros, algumas miniaturas e peças executadas por encomenda.

Entre as peças que actualmente se fabricam foram observadas as seguintes: barril em forma de peixe; barril; bicheira; cantarinha; cântaro de torneira; cantil (também denominado barril espanhol); caspom; garrafão; garrafas de dois formatos, com tampa ou com copo; jarras de várias formas e jarrões; pote e asado, com testo e pucarinho ou com tampa; pratos vasos para plantas e decoração, travessas. Os animais, como por exemplo o peixe, tão em voga nos anos 60, parecem ter caído em desuso, sendo feitos apenas por encomenda, pois são muito trabalhosos e consomem muito tempo, tornando-se assim pouco rentáveis.

Ainda há pouco tempo era vulgar o fabrico de peças lisas e de potes roçados, também chamados potes de roça, um tipo de potes muito característicos que apresentavam fragmentos de quartzo

espalhados aleatoriamente pela superfície externa e que se tornavam assim mais baratos por dispensarem o trabalho das pedradeiras.

Uma tradição que tem vindo a desaparecer é a de a noiva levar como parte do enxoval três peças pedradas, a que se chamava a cantareira, que podiam ser potes, cântaros, cântaros de torneira ou cantarinhas, conforme referiram as informantes. Na cozinha existia sempre um poial para estes recipientes, uma vez que não havia água corrente nas casas. Havia o hábito de os oleiros oferecerem estas peças às pedradeiras que trabalhavam na olaria quando estas se casavam, sendo então a pedradeira que decorava a sua própria cantareira.

Actualmente subsiste em Nisa o hábito de oferecer peças pedradas nos casamentos, produzindo por vezes os oleiros por encomenda pequenas peças para os noivos oferecerem aos convidados no dia da boda.

### **4.3. Inventariação**

O processo de inventariação descrito anteriormente no ponto 3.1 foi aplicado à produção de olaria pedrada em Nisa, tendo a fase 1 de disponibilização de uma base de dados em linha sido substituída pelo envio de questionários por e-mail.

A fase 2 foi executada através do preenchimento de questionários com os contributos de praticantes, da tutela e de um formador. No que se refere às informações prestadas pelos praticantes, uma vez que existem apenas três olarias e realizei trabalho de campo aprofundado em duas<sup>43</sup>, assumi o papel de mediadora conforme previsto na metodologia de inventariação e preenchi um questionário em Outubro de 2007 com recurso aos dados obtidos em 2000 e 2001 durante o trabalho de campo.<sup>44</sup>

Relativamente ao contributo das ONGs, foi encontrada uma única associação de artesãos com intervenção na área da olaria de Nisa, a ARANA – Associação de Artesãos do Norte Alentejano. O Presidente desta Associação é António Louro, foi um dos informantes incluídos na amostra no âmbito do trabalho de campo, pelo que o seu preenchimento do questionário constituiria uma duplicação na recolha da informação.

Quanto ao contributo dos formadores, foram contactados o CENCAL – Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica e o CEARTE – Centro de Formação Profissional do

---

<sup>43</sup> O oleiro António Piedade trabalha a tempo parcial e é extremamente difícil entrevistá-lo. A esposa, que toma conta da oficina, pedra as peças e as comercializa, foi entrevistada em 2000/1.

<sup>44</sup> A recolha de informação com recurso a um mediador parece ser o método mais apropriado, pois os artesãos de Nisa correspondem, na sua maioria, às características identificadas para os artesãos portugueses, designadamente a baixa qualificação escolar (IQF 2006: 50).



Artesanato. Em ambos os Centros não é ministrada formação em olaria pedrada por falta de interesse dos formandos e ausência de saídas profissionais. No CENCAL não foi possível encontrar um formador habilitado para preencher o questionário; um formador do CEARTE aceitou a preencher um questionário, ainda que de forma muito incompleta, tendo-nos comunicado telefonicamente que não era especialista neste tipo de olaria.

O único promotor conhecido é a tutela, tendo a responsável da Câmara Municipal de Nisa respondido igualmente a um questionário.

A fase 3 de integração dos três questionários sobre a olaria pedrada de Nisa numa única Ficha de Inventário (Anexo 12) foi realizada da forma mais consensual possível, cumprindo os seguintes princípios: (a) tomou-se por base o questionário preenchido de forma mais completa, que correspondeu ao dos praticantes/investigadora, e foram acrescentadas, em cada questão, as informações adicionais fornecidas pelos restantes questionários; (b) no caso de informações contraditórias, foi dada prevalência às informações prestadas pelos praticantes, sendo essas as que constam da Ficha de Inventário; (c) no caso de os praticantes prestarem informações contraditórias, estas foram confrontadas com as informações prestadas pelos outros informantes e foi escolhida a resposta mais abrangente.

Este último caso verificou-se logo no primeiro campo relativamente à designação da manifestação do património cultural imaterial, em que foram obtidas as seguintes respostas:

Praticante 1: *Olaria pedrada*

Praticante 2: *Olaria regional de Nisa*

Tutela: *Produção de olaria pedrada*

Formador: *Olaria pedrada de Nisa*

Não existindo consenso entre os praticantes, optou-se neste caso pela designação *Produção de olaria pedrada em Nisa* por sugerir a aptidão a salvaguardar, passando as restantes designações a constar no campo 5. “Outras designações do bem cultural imaterial e correspondentes áreas geográficas”.

Os campos 8., 9. e 10. sobre as categorias do património cultural imaterial serão preenchidos com recurso a listas de termos pré-definidos, pelo que se optou por incluir na Ficha de Inventário todas as categorias e subcategorias sugeridas pelos informantes.

No campo 11. descreve-se o fabrico das peças e a sua decoração, explicando as várias fase de fabrico. A análise dos questionários preenchidos permite concluir que a informação recolhida no terreno junto dos praticantes foi fundamental para preencher este campo de forma detalhada.

O campo 12. trata da identificação dos praticantes. Os três oleiros em actividade são aqui nomeados, bem como as pedradeiras suas esposas, mas não foi recolhido o nome das

pedradeiras entrevistadas em 2000/1. Esta lacuna foi identificada no decurso do trabalho de investigação em 2008 e é útil como alerta para a necessidade identificar todos os praticantes em actividade, como recomendam as Directivas Operacionais da Convenção. Os estudos que conheço sobre a olaria pedrada de Nisa, incluindo o que realizei, e alguns websites de divulgação<sup>45</sup> dão sempre o protagonismo aos oleiros/olarias quando, de facto, são as mulheres que pedram as peças e lhes atribuem as características distintivas da olaria desta localidade. De um modo geral, no sector da olaria, existe uma clara divisão de tarefas baseadas no género, e a salvaguarda do saber-fazer só poderá ser efectiva se for dada especial atenção ao trabalho das mulheres, incluindo a realização de estudos específicos sobre os conhecimentos e competências femininas.

Na identificação do contexto espacial a inscrever no campo 14., será útil descrever pormenorizadamente o local onde o património cultural imaterial é praticado e proceder ao seu registo visual.

As informações relativas ao contexto temporal no campo 15. não foram coincidentes nos três questionários, pelo que foram posteriormente validadas junto dos praticantes. Um dos questionários indicava que o bem se praticava todo o ano enquanto os restantes e as informações recolhidas no terreno indicavam ser a olaria pedrada uma actividade sazonal. Os praticantes confirmaram ser uma actividade sazonal, concordando que terminava em Novembro, mas discordando quanto ao mês em que se reinicia – um referiu o mês de Março e outro o mês de Maio, tendo esta informação sido anotada na Ficha de Inventário. Graça Louro avançou, em Abril de 2008, que a oficina estava a ser preparada para laborar todo o ano. Assim sendo, é possível que numa revisão da Ficha de Inventário o património cultural imaterial já não seja uma actividade sazonal como agora. Esta situação ilustra bem o carácter dinâmico e adaptativo do património cultural imaterial e a necessidade de revisão periódica dos Inventários.

A informação a constar no campo 17. relativa às manifestações do património cultural imaterial associadas deverá ser claramente delimitada *a priori*. Efectivamente, estas manifestações associadas poderão eventualmente ser objecto de fichas de inventário autónomas, ou poderão ser descritas na ficha do elemento principal. No presente caso, a última opção parece ser a mais correcta, pois as manifestações associadas fazem parte do processo de produção; assim, optou-se por descrever o saber-fazer relacionado com as três manifestações do património cultural imaterial associadas à produção da olaria pedrada – preparação do barro, da tinta, e do quartzo.

Poderá, noutros casos, ser preferível a inclusão das manifestações associadas em Fichas de Inventário separadas, quer por pertencerem a um domínio diferente da manifestação de que tb fazem parte, quer porque poderão constituir, por si só, património cultural imaterial. Poderá dar-se

---

<sup>45</sup> O website *Activartes* disponível em <http://www.activartes.com/activartes.html>.

como exemplo a música tradicional tocada num instrumento específico, a qual constitui um elemento do domínio “Tradições e expressões orais”; todavia, o saber-fazer associado ao fabrico do instrumento, o qual, aliás, poderá ser utilizado noutro contexto que não o tradicional, pertencerá ao domínio das “Aptidões ligadas ao artesanato tradicional” e poderá ser objecto de uma Ficha de Inventário autónoma.

É possível que existam outros registos audiovisuais além dos indicados na questão 20., e à medida que a Convenção e a existência do inventário for sendo melhor conhecida certamente que surgirão informações sobre registos existentes.

O historial da olaria pedrada apresentado no campo 22. é muito resumido, mas a informação aqui inscrita poderá ser completada, dependendo da profundidade que se deseje dar ao inventário. Se atendermos aos formulários de candidatura para inscrição de manifestações nas listas da UNESCO, não existe qualquer campo relativo aos aspectos históricos do património cultural imaterial, em virtude da pouca importância desta vertente no contexto da Convenção.

A identificação de manifestações semelhantes referida do campo 23. poderá ser um dos grandes benefícios da inventariação e, no caso da olaria pedrada, constituiria um extraordinário acaso descobrir outros locais onde ainda fosse executada a técnica decorativa do empedrado à semelhança do praticado em Nisa, Estremoz e Ceclavín.

As respostas às questões relacionadas com a transmissão da manifestação do património cultural imaterial revelam um agravamento da situação da olaria pedrada de Nisa desde o início da década, altura em que realizei o primeiro trabalho de campo, quando as acções de formação organizadas pela Câmara Municipal haviam decorrido há pouco tempo. Face aos fracos resultados então alcançados não foram programadas posteriormente outras actividades de transmissão do conhecimento, o que se reflecte nos campos 25., 26. e 27. O interesse demonstrado pela Câmara em apoiar os oleiros em actividade fica demonstrado nos campos 28. e 29., apesar de as acções desenvolvidas serem manifestamente insuficientes para salvaguardar esta actividade.

A possibilidade de extinção deste elemento do património cultural imaterial foi reconhecida por todos os informantes e inscrita no campo 30., tendo sido apontadas no campo 31. algumas medidas que poderão ser tomadas.

A análise dos campos 33. a 36. revela o interesse dos investigadores por este tipo de olaria e também a ausência de estudos sobre a sua salvaguarda. As manifestações do domínio “aptidões ligadas ao artesanato tradicional” possuem, na maioria das vezes, valor económico, e a sua salvaguarda passará certamente também pela viabilização económica dos produtos resultantes dos saberes-fazer a serem inventariados.

Os artefactos existentes nos museus indicados no campo 38., apesar de não serem abrangidos pela Convenção, poderão dar um contributo valioso na sensibilização e divulgação da olaria

pedrada de Nisa através da realização de exposições e de todo um conjunto de acções relacionadas com o trabalho dos museus.

A fase 4 de validação das informações resultantes da agregação dos três questionários na Ficha de Inventário foi realizada mediante a aplicação de um novo guião de entrevista a dois oleiros e duas pedradeiras da mesma amostra (Anexo 10) e à técnica responsável da Câmara Municipal de Nisa (Anexo 11, perguntas 1 a 19), o que permitiu também elucidar algumas respostas díspares dos questionários.

A fase 5 de preenchimento dos campos 51. a 60. sobre a salvaguarda da manifestação em apreço que se prevê ser realizada pela tutela foi executada mediante a aplicação de um guião de entrevista à técnica responsável da Câmara Municipal de Nisa (Anexo 11, perguntas 20 a 26). Estas questões reportam-se principalmente às acções de salvaguarda a serem postas em prática ou acompanhadas pelas entidades públicas, à análise dos factores positivos e negativos e à delineação de um plano de gestão da manifestação que defina as medidas de salvaguarda a serem tomadas.

O Quadro SWOT apresentado no campo 55. inclui as informações sobre a olaria pedrada de Nisa inscritas nos campos 25. a 32. e 51. a 54. O preenchimento da vertente interna foi realizado com base nas respostas aos questionários e na entrevista à responsável da Câmara Municipal, no decurso da qual se fez um primeiro ensaio de identificação das forças, oportunidades, debilidades e ameaças da olaria pedrada; a vertente externa foi preenchida através de pesquisa bibliográfica sobre o sector do artesanato e da confrontação das informações assim obtidas com as prestadas pela mesma responsável da Câmara. Os factores positivos e negativos identificados foram depois dispostos numa Matriz de Confrontação SWOT e foram assinalados os pontos de intersecção relevantes conforme recomendado por Sherwin (2009).

Não existindo ainda qualquer plano para a olaria pedrada de Nisa, optou-se neste trabalho por realizar uma análise sumária da Matriz de Confrontação SWOT para preenchimento do campo 56. Importa realçar que qualquer acção de salvaguarda só poderá ser bem sucedida se contemplar as várias vertentes da manifestação e não apenas as que são abrangidas pela Convenção, pelo que o plano de gestão deverá abranger os vários aspectos da manifestação, a sua integração regional e as interacções com outros bens patrimoniais relevantes, sendo vantajosa a constituição de uma equipa multidisciplinar.

No campo 57. deverão ser identificadas possíveis fontes de financiamento para a salvaguarda. Actualmente, prevê-se que possam vir a ser financiados alguns projectos através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), mas seria vantajoso encontrar soluções mais duradouras.

Por fim, serão indicados no campo 58. os benefícios e incentivos fiscais existentes ou possíveis; no campo 59., a situação do elemento do património cultural imaterial relativamente a uma classificação nacional, se esta for eventualmente criada; e no campo 60. a possibilidade de inscrição ou actual situação relativamente às Listas da UNESCO: Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente.

O preenchimento da Ficha de Inventário a partir dos Questionários revelou-se bastante simples, e as informações obtidas parecem ser suficientes para caracterizar a manifestação do património cultural imaterial no contexto da Convenção da UNESCO.

#### **4.4. Salvaguarda a nível nacional**

Além da constituição de inventários a Convenção indica, no artigo 13º, as acções que os Estados Partes devem desenvolver para assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do património cultural imaterial. No artigo 14º são explicitadas as medidas na área da educação, sensibilização e reforço das capacidades que deverão ser tomadas para assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do património cultural imaterial na sociedade, manter o público informado sobre as ameaças a que está sujeito o património e dar a conhecer as actividades desenvolvidas para aplicar a Convenção.

Além destas medidas gerais de salvaguarda é necessário estabelecer, para cada manifestação, um plano de salvaguarda específico com medidas concretas que promovam a sua viabilidade. Tal deverá ser realizado em duas vertentes, quer atendendo à manifestação *per se*, quer integrando-a numa lógica de desenvolvimento local ou regional que considere as outras manifestações existentes e os outros factores relevantes que possam influenciar o resultado final do plano de salvaguarda.

Seguindo o disposto na Convenção, as manifestações do património cultural imaterial devem ser salvaguardadas na sua totalidade, incluindo o contexto e espaço onde decorrem, para que não percam o estatuto de património cultural imaterial conforme definido pela UNESCO. Tomando a produção de olaria pedrada em Nisa como exemplo, verifica-se que a construção das peças em barro poderia ser realizada por qualquer oleiro com essa competência, que a preparação do quartzo e a actividade de pedrar carecem de alguma experiência mas podem ser ensinadas e executadas por pessoas alheias à comunidade<sup>46</sup> e que a preparação do barro e da tinta podem ser substituídos por produtos industriais.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Um oleiro do Cacheiro, localidade perto de Nisa onde também se fabricava olaria pedrada, contou que uma

A olaria pedrada de Nisa parece retirar o seu carácter identitário que carece preservar da decoração empedrada e do facto de a produção ser realizada numa localidade específica. Estes factores estão entre as forças identificadas no quadro SWOT da olaria pedrada de Nisa, que se apresenta em seguida:

#### QUADRO SWOT DA PRODUÇÃO DE OLARIA PEDRADA EM NISA

<b><u>Forças (S)</u></b>	<b><u>Debilidades (W)</u></b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Carácter identitário: tipo de olaria claramente associado ao território</li><li>• Originalidade da decoração</li><li>• Abertura das olarias ao público com demonstração dos processos de fabrico</li><li>• Possibilidade de produção personalizada / adaptação à procura</li><li>• Existência de um espaço expositivo</li><li>• Pólo de atracção turística</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Perda de funcionalidade dos produtos</li><li>• Poucos produtores</li><li>• Idade dos produtores</li><li>• Ausência de transmissão do saber-fazer</li><li>• Desinteresse dos jovens (olaria como trabalho sujo e repetitivo)</li><li>• Actividade pouco rentável (oleiros necessitam 2ª actividade)</li><li>• Fraca divulgação deste tipo de produto</li></ul>
<b><u>Oportunidades (O)</u></b>	<b><u>Ameaças (T)</u></b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Representação simbólica de um modo de vida rural em desaparecimento</li><li>• Desenvolvimento do turismo cultural</li><li>• Exemplo de técnica artesanal</li><li>• Possibilidade de desenvolvimento de projectos na área do design</li><li>• Programas comunitários de apoio (via turismo)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Isolamento territorial e dificuldade de acesso aos locais de produção</li><li>• Concorrência (incluindo a disseminação de lojas chinesas com produtos baratos)</li><li>• Fraca procura</li><li>• Falta de formação profissional dos artesãos</li><li>• Inexistência de qualquer sistema ou mecanismo de financiamento específico de apoio</li><li>• Inexistência de uma cadeia de comercialização do artesanato</li></ul>

Quadro 17. Quadro SWOT da Produção de Olaria Pedrada em Nisa

A análise das forças, debilidades, oportunidades e ameaças podem ser realizada através da inscrição numa Matriz de Confrontação SWOT, cujos pontos de intersecção permitem identificar aspectos a promover ou contrabalançar. Para cada oportunidade é necessário identificar que forças nos ajudam a tirar benefícios (OS) e que debilidades nos inibem de o fazer (OW); para cada

---

das olarias de Nisa já lhe tinha proposto preparar o quartzo.  
<sup>47</sup> Como se verifica em Ceclavín, Espanha, localidade onde também é produzida olaria pedrada.

ameaça é necessário identificar que forças nos ajudam a combatê-la (TS) e que debilidades nos inibem de o fazer (Sherwin 2009).

### MATRIZ DE CONFRONTAÇÃO SWOT

			Vertente interna												
			Forças (S)						Debilidades (W)						
			Carácter identitário	Originalidade	Abertura ao público	Produção personalizada	Espaço expositivo	Polo de atracção turística	Perda de funcionalidade	Poucos produtores	Idade dos produtores	Ausência de transmissão	Desinteresse dos jovens	Actividade pouco rentável	Fraca divulgação
Vertente externa	Oportunidades (O)	Representação simbólica	+	+			+	+		-			-	-	-
		Turismo cultural	+	+	+		+	+	-					-	-
		Exemplo de técnica artesanal	+	+	+		+	+	-			-	-	-	-
		Projectos design	+	+		+	+				-		-	-	-
		Programas apoio	+		+		+	+	-				-		
	Ameaças (T)	Isolamento territorial		+	+	+	+	+	-					-	-
		Concorrência	+	+		+		+	-	-		-		-	-
		Fraca procura	+	+	+	+	+	+	-				-	-	-
		Falta formação profissional		+					-			-	-	-	-
		Inexistência apoio			+		+	+	-		-		-	-	
Inexistência cadeia comercialização				+	+	+	+	-					-	-	

Quadro 18. Matriz de Confrontação SWOT da Produção de Olaria Pedrada em Nisa

A análise da Matriz de Confrontação SWOT permite tirar as seguintes conclusões:

Quadrante **OS** (Oportunidades/Forças): O desenvolvimento do turismo cultural e o facto de a olaria pedrada em Nisa ser um exemplo de técnica artesanal parecem ser as oportunidades que mais beneficiam das forças existentes, seguindo-se o facto de esta manifestação constituir uma representação simbólica de um modo de vida rural em desaparecimento, a possibilidade de desenvolvimento de projectos na área do design e os eventuais benefícios resultantes de programas comunitários de apoio.

As forças da olaria pedrada de Nisa que mais ajudam a tirar partido das oportunidades existentes são o carácter identitário, por ser um tipo de olaria claramente associado ao território, e a existência de um espaço expositivo, factor actualmente ainda mais relevante com a abertura do Museu do Bordado e do Barro. Seguem-se a originalidade da manifestação e o facto de ser uma atracção turística, bem como a abertura das olarias ao público com demonstração dos processos de fabrico. A possibilidade de produção personalizada parece ser o factor positivo menos importante.

Quadrante **OW** (Oportunidades/Debilidades): O desinteresse dos jovens, que vêem a olaria como um trabalho sujo e repetitivo e a pouca rentabilidade da actividade que leva os oleiros a necessitarem de uma segunda actividade aliadas à fraca divulgação deste tipo de produto são as maiores debilidades identificadas impedindo que as oportunidades sejam aproveitadas ao máximo, às quais se junta a perda de funcionalidade dos produtos. O reduzido número de produtores, a idade dos mesmos e a ausência de transmissão são debilidades pouco relevantes.

As debilidades identificadas não permitem que se tire pleno partido de a olaria pedrada de Nisa ser exemplo de uma técnica artesanal, de representar simbolicamente um modo de vida rural em desaparecimento e da possibilidade de desenvolvimento de projectos na área do design.

Quadrante **TS** (Ameaças/Forças): A fraca procura parece ser a ameaça mais fácil de contrariar, seguindo-se o isolamento territorial. As forças identificadas podem também contrariar a concorrência e a inexistência de uma cadeia de comercialização. A maior ameaça parece ser a falta de formação profissional, que apenas é combatida pela originalidade dos produtos e a inexistência de apoios parece ser também uma ameaça séria.

A atractividade turística da olaria pedrada de Nisa é a força com maior possibilidade de contrariar as ameaças detectadas, embora a originalidade da decoração, abertura das olarias ao público com demonstração dos processos de fabrico, a possibilidade de produção personalizada e adaptação à procura e a existência de um espaço expositivo sejam quase tão importantes como a primeira.

Quadrante **TW** (Ameaças/Debilidades): As ameaças mais ampliadas pelas debilidades identificadas são a concorrência dos produtos manufacturados e a falta de formação profissional, seguindo-se a fraca procura e a inexistência de apoios.



A perda de funcionalidade dos produtos e a fraca rentabilidade da actividade, aliadas à fraca divulgação deste tipo de olaria constituem debilidades que poderão pôr em causa a sobrevivência da actividade, agravadas pelo desinteresse dos jovens por este tipo de actividade artesanal.

A visualização da Matriz de Confrontação SWOT alerta para a ameaça que constitui a falta de formação profissional, que apenas uma força, neste caso não muito relevante, parece contrariar. Ressalta também o enorme peso da perda de funcionalidade dos produtos, do desinteresse dos jovens, da fraca rentabilidade da actividade e da deficiente divulgação deste tipo de produção artesanal que impedem que se tire partido das oportunidades disponíveis e ampliam as ameaças que pairam sobre a produção de olaria pedrada em Nisa.

A análise SWOT é um instrumento útil que permite reflectir sobre o tema em apreço e apresentar de forma sistematizada os pontos fortes e fracos de determinada manifestação do património cultural imaterial. No entanto, os resultados obtidos deverão ser objecto de uma análise crítica tendo em mente que a finalidade principal do exercício é a salvaguarda do património cultural imaterial e não apenas a viabilidade económica de uma actividade produtiva. Os resultados obtidos com a análise SWOT da olaria pedrada de Nisa, por exemplo, não dão especial destaque à ausência de transmissão do conhecimento, um dos aspectos fundamentais de salvaguarda do património cultural imaterial de acordo com a Convenção da UNESCO.

Por conseguinte, o plano de salvaguarda poderá ser elaborado com base na análise da Matriz SWOT mas atendendo igualmente ao estabelecido pela Convenção. O conjunto dos dados obtidos no inventário permite propor que a salvaguarda da produção da olaria pedrada em Nisa deva passar pela divulgação da manifestação como exemplo de uma técnica artesanal original, com uma forte carga identitária e de ligação ao território. Deverá ser posta em prática uma estratégia de divulgação e promoção turística, que dê a conhecer este tipo de olaria e permita o aumento da procura, potenciando assim a rentabilidade da actividade e despertando o interesse de futuros profissionais. Deverão ser delineadas acções de formação para os artesãos activos para que possam melhorar a produção em termos de qualidade e racionalização dos recursos; simultaneamente, deverão ser criados projectos design que permitam uma refuncionalização dos produtos, aumentando assim a sua procura e rentabilidade. O facto de existirem poucos produtores não deve ser imediatamente abordado, pois a fraca rentabilidade e procura não aconselham um aumento da concorrência directa; todavia, deverá ser feito o possível para sensibilizar os mais jovens para esta actividade e deverão ser contactados os Centros de Formação Profissional para que a olaria pedrada seja formalmente ensinada. Por fim, deverão ser identificados promotores e patrocinadores, e angariados apoios através de acções de informação e de sensibilização.

A Câmara Municipal de Nisa tem já algumas acções planeadas, designadamente a certificação dos barros pedrados, a dinamização do Museu do Bordado e do Barro e a realização de acções de sensibilização nas escolas do 1º ciclo.

#### 4.5. Salvaguarda a nível internacional

A decisão de salvaguardar qualquer manifestação do património cultural imaterial português a nível internacional através da apresentação de candidaturas a uma das Listas da Convenção constitui uma opção política que poderá ser tomada com base nos mais diversos critérios. Desde logo, poderão ser escolhidas as manifestações que encerram um carácter identitário nacional reconhecido como por exemplo o fado, as que foram já objecto de estudos etnográficos aprofundados como por exemplo as máscaras de Trás-os-Montes, dar-se preferência a candidaturas de regiões que ainda não possuem qualquer bem classificado pela UNESCO e para as quais o reconhecimento internacional possa ser elemento estruturante e factor de desenvolvimento, ou ainda atender-se à complementaridade entre a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, anteriormente analisada.

No que se refere a esta última condição, cabe aqui referir que Portugal conta actualmente com treze bens inscritos na Lista do Património Mundial, com a seguinte distribuição geográfica:



Mapa 3. Bens portugueses na Lista do Património Mundial

Independentemente da pertinência ou futura aplicabilidade de qualquer um destes princípios, é possível discorrer teoricamente sobre a possibilidade de salvaguardar a olaria pedrada de Nisa a nível internacional através da inscrição desta manifestação do património cultural imaterial numa das Listas da Convenção, como forma de lhe dar visibilidade e promover o apreço das gerações mais novas por este tipo de olaria e decoração cerâmica. Não estando esta actividade em perigo eminente de desaparecer, a inscrição na Lista Representativa seria a medida mais indicada, podendo eventualmente a manifestação ser transferida para a Lista de bens que necessitam de salvaguarda urgente caso a situação venha a agravar-se. Praticamente todas as informações indispensáveis ao preenchimento do formulário de candidatura podem ser encontradas na Ficha de Inventário, ainda que possa ser necessário aprofundar alguns aspectos e abordar questões concretas de acordo com as características da candidatura a ser elaborada.

Sendo o domínio desta manifestação do património cultural imaterial as “aptidões ligadas ao artesanato tradicional”, a identificação do grupo seu detentor poderá coincidir com os praticantes, neste caso oleiros e pedradeiras, sendo necessário identificar o(s) seu(s) representante(s) e obter o seu consentimento livre, prévio e informado, bem como evidenciar o compromisso do grupo e das autoridades com as medidas de salvaguarda.

Um aspecto não abordado na Ficha de Inventário prende-se com o critério R2, que indica que «[a] inscrição do elemento contribuirá para assegurar a visibilidade, a tomada de consciência da importância do património cultural imaterial e do diálogo, reflectindo assim a diversidade cultural do mundo inteiro e dando testemunho da criatividade humana». Aqui, será importante a criação e desenvolvimento de acções de promoção, divulgação e sensibilização, dirigidas tanto aos praticantes como à comunidade local ou mesmo regional.

A olaria pedrada caracteriza-se essencialmente pela decoração original que ostenta, obtida pela «incrustação de pedrinhas brancas de quartzo na superfície do objecto cerâmico, e que ganha, com a cozedura, particular realce sobre a cor vermelha ou amarela da dita superfície» (Carneiro 1989:5). Como referido anteriormente, a olaria pedrada de Nisa está geralmente associada às olarias e oleiros, ficando as mulheres pedradeiras, que tornam esta cerâmica tão característica, frequentemente esquecidas ou relegadas para segundo plano. Em Nisa só trabalham três oleiros, mas além das pedradeiras referidas neste e noutros trabalhos, existem muitas outras, assalariadas, anónimas, das quais apenas se fala ocasionalmente. Neste contexto, a visibilidade que a inscrição da olaria pedrada de Nisa na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial daria às mulheres pedradeiras incluir-se-ia numa das prioridades da UNESCO, a da igualdade de género.

As semelhanças entre as cerâmicas de Nisa e Ceclavín recomendam que uma eventual candidatura seja apresentada em conjunto pelos dois países. Muitas peças pedradas possuem formas semelhantes em Portugal e Espanha, adivinhando-se uma funcionalidade original também idêntica, designadamente o transporte e aprovisionamento de água. Em ambos os países, os

recipientes apenas eram pedrados para ocasiões especiais, já que no dia a dia eram utilizadas as peças lisas. Tanto em Portugal como em Espanha era costume as noivas levarem, como parte do enxoval, a *cantareira* / *cantarera de novios*, que era constituída por um *jogo de três peças* / *juego de cántaros y tinaja* (Alba 1992:91).

Entre as peças feitas por encomenda contam-se peças com formas originais, como é o caso de uns pequenos cestos que encontrámos na olaria de Pequito, que se destinavam a serem oferecidos pelos noivos aos convidados do seu casamento. Um oleiro de Ceclavín também referiu o caso de uns noivos que encomendaram umas peças para oferta aos convidados do casamento. Conjugam-se assim, de forma singular e transnacional, o novo hábito de oferecer presentes aos convidados da boda com a antiga tradição da presença dos barros pedrados no enxoval da noiva.

Os motivos decorativos da olaria pedrada de Ceclavín parecem ser mais repetitivos do que os executados em Nisa, existindo, por exemplo, menos modelos de flores. É possível que alguns dos motivos decorativos tradicionais se tenham vindo a perder com o tempo, resumindo-se, nos dias de hoje, aos que foram observados. Outra diferença que se verifica relativamente às peças de Nisa prende-se com a gramática decorativa: enquanto que nesta localidade as peças são geralmente decoradas em toda a superfície externa, em Ceclavín as peças apenas são decoradas numa das faces, como aliás acontecia com as peças de José Lopes, no Cacheiro.

Em resumo, verifica-se que, além da técnica de decoração, as semelhanças entre a olaria pedrada em Nisa e Ceclavín se estendem a outros aspectos como as semelhanças na forma de muitos recipientes, a maneira de preparar o quartzo, os motivos decorativos. À idêntica funcionalidade dos barros pedrados – transporte e aprisionamento de água – acrescem hábitos e tradições idênticas, tais como o papel da mulher no processo de fabrico e o hábito de levar este tipo de cerâmica como prenda de noivado.

As semelhanças que se verificam entre os barros de Nisa e de Ceclavín podem talvez explicar-se, em parte, por motivos históricos que remontam ao século XVI, com a anexação de Portugal a Espanha. Este acontecimento deu origem à extinção da fronteira que separava os dois países, unindo-se assim uma ampla região que compreendia o Alentejo português e a Extremadura espanhola, com uma paisagem idêntica, o mesmo modo de vida baseado numa economia agro-pecuária, um passado histórico e herança cultural comuns. Com a união peninsular, esta região passou a ter um papel central, uma vez que por ali passava o Caminho Real, rota privilegiada entre as duas maiores cidades do reino – Lisboa e Madrid – e entre a costa atlântica e o interior (Alba s./d.:82). A partir de 1668, com a definitiva independência de Portugal, a região retoma a situação periférica que subsistirá até aos nossos dias. Desta forma, ainda que Nisa e Ceclavín se situem em países diferentes, não é de estranhar que o fabrico de olaria pedrada coexista em ambas as regiões, inscrevendo-se numa vasta área geográfica que engloba o Alto-Alentejo português e a Alta-Extremadura espanhola. Como afirma João de Pina Cabral (1991:96), «cada uma das

grandes regiões de Portugal é mais semelhante, tanto do ponto de vista geográfico como sociocultural, à região espanhola que lhe é adjacente do que a outras regiões portuguesas».

Todas estas características semelhantes permitem sugerir a possibilidade de uma candidatura transnacional à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade. As semelhanças na situação da olaria pedrada na actualidade em ambos os países como a falta de rentabilidade, envelhecimento dos oleiros e abandono da actividade pelas gerações mais novas, condições de trabalho difíceis, quebra na procura e decorrente refuncionalização dos objectos como objectos decorativos, falta de estratégia comercial, entre outros. (IQF 2006; Alba 1991), sugere ser possível encontrar formas de salvaguarda conjuntas, e/ou transferíveis, e promover conjuntamente este tipo de olaria, cuja técnica e gramática decorativa parecem só existir nestas duas localidades.

## **NOTAS FINAIS**

A pesquisa sobre um tema tão recente como o património cultural imaterial no contexto da Convenção da UNESCO, constituiu um verdadeiro desafio que obrigou à constante revisão e actualização dos dados obtidos face às novas informações disponíveis. Além das decisões que o Comité do Património Imaterial da UNESCO tomou nas várias sessões ordinárias e extraordinárias que decorreram desde o início da investigação em 2006, o crescente interesse que o tema do património cultural imaterial tem vindo a suscitar junto dos investigadores e, muito em especial, dos antropólogos, levou ao aparecimento de várias publicações que em muito contribuíram para o aumento do conhecimento sobre o tema.

O meu trabalho como técnica superior responsável pelo sector da cultura na Comissão Nacional da UNESCO constituiu uma circunstância facilitadora que permitiu acompanhar a entrada em vigor da Convenção, participar em reuniões nacionais e internacionais e aceder com facilidade a informação e documentação da UNESCO, mas teve igualmente o efeito perverso de suscitar uma visão institucional, muitas vezes redutora, que exigiu disciplina de pensamento e análise crítica constantes.

A primeira parte da investigação, que corresponde aos capítulos um e dois, proporcionou o conhecimento aprofundado do contexto e tema a tratar, permitindo analisar e sistematizar os conteúdos bibliográficos consultados partindo de uma perspectiva antropológica mas tendo em mente que mais tarde seria necessário operacionalizar a informação obtida na delineação da metodologia de inventariação. De um imenso manancial de informação sobre a Convenção produzido pela UNESCO, foram escolhidos os dados necessários à prossecução dos objectivos da investigação atendendo ao espírito e contexto em que foram produzidos.

A reflexão sobre o lugar da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no seio das declarações, recomendações e convenções da UNESCO e sobre a sua relação com a Convenção do Património Mundial foi particularmente útil para a compreender a importância que esta Convenção poderá vir a ter no panorama do património cultural em Portugal. À semelhança do património edificado, especialmente do Património Mundial, o património cultural imaterial passará em breve, certamente, a ter um lugar preponderante nas políticas de património, despertando paixões e fundamentando razões, permitindo retirar dividendos económicos, sociais e políticos.

A aplicação das Convenções da UNESCO a nível nacional é realizada, em cada Estado Parte, de acordo com os costumes e as normas internas, sendo que um dos maiores desafios que se coloca à salvaguarda do património cultural (material ou imaterial) se prende com a capacidade de aplicar no terreno, de forma adequada às circunstâncias locais, as linhas gerais formuladas nos centros decisórios (Arantes 2005: 67). Em Portugal, a transposição das normas adoptadas internacionalmente para a legislação nacional foi já parcialmente cumprida, com a publicação do

Decreto-Lei 139/2009 de 15 de Junho, esperando-se que seja em breve publicada a Portaria que aprovará o formulário de inventariação e constituída a Comissão para o património cultural imaterial que «tem funções deliberativas e consultivas no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial» (artigo 21º/1).

Uma das finalidades da Convenção é a defesa da identidade das comunidades e grupos como forma de promover a diversidade cultural e garantir um desenvolvimento harmonioso e equilibrado. Paradoxalmente, quanto mais perseverante e alargada for a aplicação da Convenção, quanto mais bem sucedidos forem os esforços de salvaguarda do património cultural imaterial, maior será também o seu impacto sobre as comunidades e grupos. Por conseguinte, em todas as intervenções junto das comunidades e grupos há que ter em mente que o património cultural tem um valor simbólico e identitário que é caro aos seus detentores, mas que possui igualmente um valor político e económico que convém não esquecer. É no equilíbrio entre todos estes valores que o património cultural imaterial pode ser realmente estruturante na vida das comunidades, promovendo o desenvolvimento de forma sustentada e possibilitando a construção de um futuro próspero que inclua o passado, o preserve, e o transforme em factor de competitividade e progresso.

O principal objectivo da Convenção é a salvaguarda do património cultural imaterial, cujo primeiro passo consiste na identificação do património existente através da constituição de inventários. Apesar das extensas reflexões e orientações já produzidas sobre esta questão, só com o avançar dos projectos de inventariação será possível adquirir experiência prática e construir inventários abrangentes e operacionais que possam servir de base a uma salvaguarda eficaz do património cultural imaterial. Além disso, na medida em que a Convenção obriga à participação das comunidades e grupos em todo o processo de aplicação da Convenção, o processo de inventariação que cada Estado irá desenvolver e aplicar constituirá um reflexo da liberdade democrática existente, reflectindo até que ponto o Estado está disposto a partilhar o poder inerente a possíveis activações patrimoniais.

A aplicação eficaz da Convenção requer que sejam constituídas parcerias variadas, inovadoras e criativas entre entidades públicas de tutelas diferentes, entre entidades públicas e privadas, entre os vários actores da sociedade civil, entre grupos e comunidades e o Estado. A experiência parece apontar para uma realidade portuguesa de um modo geral avessa à partilha e renitente à cooperação, pelo que este se afigura um passo difícil mas indispensável, que exigirá uma mudança de paradigmas e mentalidades.

Ainda se encontra por definir de forma clara o papel dos antropólogos em todo este processo, designadamente no âmbito da inventariação. A figura do “antropólogo inventariante” foi analisada por Tamaso em relação à realidade brasileira, num texto onde se anotam as reflexões de vários autores sobre estas matérias e onde se debatem alguns problemas éticos relativamente às questões suscitadas pelo património cultural imaterial, nomeadamente a acção política de

reconhecimento e salvaguarda que será posta em prática (2006: 8). Reflectindo sobre o que significa para um antropólogo inventariar uma manifestação do património cultural imaterial e intervir de forma activa nas políticas patrimoniais, Tamaso assinala com notável pragmatismo que

Uma diferença há e não é de objecto, mas sim epistemológica. Transforma-se o modo como se “olha” para o objecto. Manifestações culturais (dança, música, poesias, crenças, expressões, técnica, etc.), olhadas por folcloristas, são “folclore”, “facto folclórico”, “manifestação folclórica”. Aos olhos dos antropólogos, são “cultura”. Actualmente, a tendência de ambos é de percebê-los como “património”; ao menos pelo facto de que, ao serem potencialmente bens patrimoniais, ampliam as possibilidades profissionais de ambos (2006: 7).

Considerando não ser ilegítimo nem anti-ético e a realização de inventários por antropólogos, Tamaso alerta para o carácter eminentemente político do acto de inventariar recomendando que deve «(...) pautar-se pelo exercício de reflexão sistemática sobre a prática antropológica, no sentido metodológico e teórico, como garantia de participação responsável e ética. Haverá que relativizar sua própria participação» (2006: 18).

Neste sentido, a exigência da UNESCO de disponibilizar e divulgar o mais possível as manifestação do património cultural imaterial através do inventário leva a que não seja aconselhável esmiuçar e tornar públicos além do necessário a vida e hábitos dos grupos detentores do património, cumprindo com os princípios éticos que guiam a antropologia no que se refere à defesa da privacidade e consentimento informado dos sujeitos estudados e à utilidade dos dados obtidos (van Willigen 2002: 47 e seguintes). Esta posição vai ao encontro da recomendação de tornar o inventário tendencialmente exaustivo mas não extremamente detalhado e ao reconhecimento da impossibilidade de efectuar estudos pormenorizados de todas as manifestações passíveis de constar no inventário, o que induz à substancial redução do grau de profundidade, no sentido antropológico, dos registos efectuados.

Não obstante, a identificação de medidas de salvaguarda exequíveis, adequadas e duradouras exige a realização de estudos abrangentes sobre as manifestações do património cultural imaterial, tarefa que poderá ser cabal e eficazmente levada a cabo seguindo os métodos da antropologia. O recurso à observação em contacto directo com as comunidades e grupos envolvidos, a imersão na vida e hábitos das culturas estudadas que caracteriza a prática antropológica dão também resposta uma das principais preocupações da Convenção, que é a de envolver os detentores do património em todas as fases da sua salvaguarda.

A definição de medidas específicas de salvaguarda e de um plano a médio ou longo prazo deverá ser realizada por equipas multidisciplinares, para que possam ser devidamente atendidas as vertentes culturais, sociais, económicas ou outras do património cultural imaterial.



O presente estudo, que pretendeu privilegiar o ponto de vista antropológico sobre o património cultural imaterial, revelou um conjunto de questões e preocupações centrais, destacando-se as referentes aos modos de envolver as comunidades e grupos na salvaguarda do património cultural imaterial, os impactos da aplicação da Convenção a nível local, o papel da Convenção na capacitação das comunidades e grupos, a relação entre as manifestações do património cultural imaterial e o desenvolvimento local especialmente no que se refere ao turismo, a identificação dos praticantes e representantes das diferentes manifestações, o papel do antropólogo na salvaguarda do património cultural imaterial, a relação entre património cultural imaterial e património tangível, entre outras.

Foram abordadas neste trabalho apenas uma parte das questões suscitadas pelo tema do património cultural imaterial no contexto da UNESCO e seria útil que outras investigações promovessem a reflexão teórica sobre o que é o património cultural imaterial e o que significa agir em prol da sua salvaguarda, dando a conhecer casos específicos e exemplos de boas e más práticas. Embora as culturas sejam realidades em permanente transformação, não parece razoável planear e executar políticas patrimoniais de inventariação e salvaguarda sem antes proceder a uma reflexão que ajude a prever os efeitos positivos e negativos dessas acções.

A representação de uma cultura é um exercício complexo e incompleto, um processo em permanente negociação, correndo-se amiúde o risco da incompreensão dos envolvidos, observadores e representados. Mas a Convenção tem a virtude de reforçar a ideia que a prática cultural é um direito humano que deve ser incentivado e salvaguardado, e de promover o reconhecimento e o respeito dos Governos pelas tradições culturais nos respectivos países. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial é uma realidade e, com a ratificação por Portugal e a consequente transposição para a legislação nacional, estão criadas as condições para que o debate se alargue e desenvolva de uma forma continuada e sistemática, contribuindo para salvaguardar um património que é de todos.

## BIBLIOGRAFIA

### Referências bibliográficas

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 2001a, "Inventariação", in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa / São Paulo: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2, 2157.
- \_\_\_\_\_, 2001b, "Inventário", in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa / São Paulo: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2, 2157.
- AGRAWAL, Arun, 2002, "Indigenous knowledge and the politics of classification", in *International Social Science Journal*, Blackwell Publishing / UNESCO, 173, 287-297.
- AIKAWA, Noriko, 2004, "An Historical Overview of the Preparation of the UNESCO International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 137-149.
- \_\_\_\_\_, 2005a, "Challenges for national inventories of Intangible Cultural Heritage", in *2004 Workshop on Inventory-making for Intangible Cultural Heritage Management*, Tóquio, 6-11 Dezembro 2004, Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO - ACCU, 43-52, Consultado em 2009-12-14, URL: [http://www.wipo.int/tk/en/folklore/culturalheritage/pdf/accu\\_workshop.pdf](http://www.wipo.int/tk/en/folklore/culturalheritage/pdf/accu_workshop.pdf).
- \_\_\_\_\_, 2005b, "The International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage: Addressing Threats to Intangible Cultural Heritage", in *International Conference: Globalization and Intangible Cultural Heritage*, Tóquio, 26-27 Agosto 2004, France: UNESCO, 80-83.
- ALBA, Miguel, 1991, *La alfarería tradicional alto extremeña – aspectos socioeconómicos. Trayectoria y problemática*, Cáceres: Cámara Oficial de Comercio e Industria de Cáceres.
- \_\_\_\_\_, 1992, "Pervivencia de un rasgo de cultura material en la frontera luso-extremeña: el enchinado", in *Revista de Extremadura*, Cáceres, 7, 87-94.
- \_\_\_\_\_, s/ data [posterior a 1995], "Las producciones alfareras alentejano-extremeñas durante el antiguo régimen", in *Mérida, ciudad e patrimonio*, Consorcio Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida [separata], 1.
- ALGE, Barbara, 2007, "The Pauliteiros de Miranda: from local symbol to intangible cultural heritage?", in *Etnográfica*, Lisboa: Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA, 11 (2), 353-369.
- ALMEIDA, Cláudia, et al., 2007, *Tecnologia têxtil. Normas de inventário. Etnologia*, Lisboa: Instituto Português de Museus.
- AMANTE, Fátima, 1996, *Etnotecnologia do Alto Alentejo. A matança do porco na aldeia de Orada*, Dissertação de Mestrado em Ciências Antropológicas, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- \_\_\_\_\_, 2007, *Fronteira e identidade: construção e representação identitárias na Raia Luso-Espanhola*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- AMSELLE, Jean-Loup, 2004, "Intangible Heritage and Contemporary African Art", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 84-90.
- ANDERSON, Benedict, 2005, *Comunidades Imaginadas*, Lisboa: Edições 70.
- ANICO, Marta, 2008, *Museus e pós-modernidade: discursos e performances em contextos museológicos locais*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- ANTUNES, Lina, 1999, "Das artes e ofícios tradicionais. Contributos para o estudo do enquadramento normativo legal", in *Observatório das Actividades Culturais*, 6, 17-22.
- APPADURAI, Arjun, 2002, "Cultural Diversity: A Conceptual Platform. Sustainable diversity: the indivisibility of culture and development", in STENOUE, Katérina (ed.), *UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity - a vision – a conceptual framework – a pool of ideas for implementation – a new paradigm*, Cultural Diversity Series, UNESCO, 1, 9-15.
- \_\_\_\_\_, 2004, *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa: Edições Teorema.
- ARAI, Shogo, 2005, "Japan and the preservation of intangible cultural heritage", in *International Conference: Globalization and Intangible Cultural Heritage*, Tóquio, 26-27 Agosto 2004, 26-29, France: UNESCO.
- ARANTES, António, 2005, "Global Opportunities for Intangible Heritage: New Challenges for Local Lives", in *International Conference: Globalization and Intangible Cultural Heritage*, Tóquio, 26-27 Agosto 2004, France: UNESCO, 64-71.
- AREIA & KAEHR, 1992, *Les signes du pouvoir*. Catálogo, Neuchâtel: Musée d'ethnographie.
- ARIZPE, Lourdes et al., 2000, "Diversidade cultural, conflito e pluralismo", in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, Brasil, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Ltda., 28-47.
- ARIZPE, Lourdes, 1996, "Scale and interaction in cultural processes: towards an anthropological perspective of global change", in ARIZPE, Lourdes (ed.), *The cultural dimensions of global change. An anthropological approach*, Culture and development series, Paris: UNESCO Publishing, 89-107
- \_\_\_\_\_, 2004, "Intangible Cultural Heritage, Diversity and Coherence", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 130-135.
- AUGÉ, Marc, 2005 [1992], *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, 90 Graus Editora.
- BAGHLI, Sid Ahmed, 2004, "The Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage and New Perspectives for the Museum", in *ICOM News*, 4, Consultado em 2009-12-14, URL: [http://icom.museum/pdf/E\\_news2004/p15\\_2004-4.pdf](http://icom.museum/pdf/E_news2004/p15_2004-4.pdf).
- BAPTISTA, Mário, 1997, *Turismo. Competitividade sustentável*, Lisboa / S. Paulo: Editorial Verbo.
- BARANOWSKI, Shelley e FURLOUGH, Ellen (eds.), 2004, "Introduction" in *Being Elsewhere. Tourism, Consumer Culture, and Identity in Modern Europe and North America*, The University of Michigan Press, 1-31.
- BARRETTO, Margarita, 2003, *O imprescindível aporte das ciências sociais para o planeamento e a compreensão do turismo*, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Brasil, 20 (9), 15-29.

- \_\_\_\_\_, 2005, "Turismo étnico y tradiciones inventadas", in TALAVERA, Agustín Santana e PRATS Llorenç Canals (coords.), *El encuentro del turismo com el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*, Sevilla: Fundación El Monte et al., 39-56.
- BARROS, José da Cunha, 2004, *A Projecção do Quotidiano no Turismo e no Lazer*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BIALOGORSKI, Mirta e FISCHMAN, Fernando, 2002, "Una aproximación crítica a la dicotomía tangible/intangible en el abordaje del patrimonio cultural desde las nuevas perspectivas del folklore", in *Cuadernos - Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales*, Argentina: Universidad de Jujuy, 18, 241-248.
- BLAKE, Janet, 2002, *Developing a New Standard-setting Instrument for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. Elements for consideration*, Consultado em 2009-12-14, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001237/123744e.pdf>.
- BOUCHENAKI, Mounir, 2000, "Atuações da UNESCO na conservação e recuperação do património", in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Lda, 152-158.
- \_\_\_\_\_, 2003, "Introductory lecture - The Interdependency of the Tangible and Intangible Cultural Heritage", in *Proceedings of the International Scientific Symposium: Place, memory, meaning: preserving intangible values in monuments and sites*, ICOMOS 14th General Assembly and Scientific Symposium, Victoria Falls, Zimbabuê, 27-31 Outubro 2003, Consultado em 2009-12-14, URL: <http://www.international.icomos.org/victoria-falls2003/papers/2%20-%20Allocution%20Bouchenaki.pdf>.
- BOUKHARI, Sophie, 1996, "«Mr African Heritage»", in *UNESCO sources*, UNESCO, 80, 10, Consultado em 2009-12-17, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001033/103365e.pdf>
- BRANCO, Jorge Freitas, 1999, "A Fluidez dos Limites", in *Etnográfica*, Lisboa: ISCTE, III (1), 23-48.
- BREDEKAMP, Henry C. Jatti, 2006, "Transforming Representations of Intangible Heritage at Iziko National Museums, South Africa", in *International Journal of Intangible Heritage*, Seul: The National Folk Museum of Korea, 1, 76-82.
- BRITO, Joaquim Pais de et al., 2000, *Alfaia agrícola. Normas de inventário. Etnologia*, Lisboa: Instituto Português de Museus.
- BRITO, Joaquim Pais de, 2000, "O Museu, Muitas Coisas", in *Revista de Museología: Museos y museología en Portugal, Una ruta ibérica para el futuro*, Asociación Española de Museólogos, [Separata – textos em português], 7-12.
- \_\_\_\_\_, 2004, "Le patrimoine immatériel: entre les pratiques et la recherche", in *Le patrimoine culturel immatériel. Les enjeux, les problématiques, les pratiques*, Internationale de l'imaginaire, Babel, Maisons des cultures du monde, 17, 151-160.
- \_\_\_\_\_, 2006, "Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente", in PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (org.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 43-51.
- BROWN, Michael F., 1998, "Can culture be copyrighted?", in *Current Anthropology*, University of Chicago Press. 39 (2), 193-222.

- BUMBARU, Dinu, 2006, "Overview of the Development of Trends in Heritage Management since the 1964 Venice Charter", in *Proceedings / International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: Towards an Integrated Approach*, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, Paris: UNESCO, 42-73.
- CABRAL, Clara Bertrand, 2003, "A colecção de barros pedrados do Museu Nacional de Arqueologia: ensaio de contextualização no âmbito da olaria de Nisa", in *O Arqueólogo Português*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, IV (21), 301-338.
- CABRAL, João de Pina, 1991, *Os contextos da Antropologia*, Lisboa: Difel.
- CAMPILLO, Aurora Lema, 2008, "La gestión del patrimonio inmaterial en sociedades complejas del siglo XXI: Propuestas para implementar políticas de actuación en la Región de Murcia, España", in *El patrimonio Cultural Inmaterial: definición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional*, Murcia, 15-16 de Fevereiro de 2007, Espanha: Comunidade Autónoma de la Región de Murcia, 71-84.
- CANG, Voltaire Garces, 2008, "Preserving Intangible Heritage in Japan: the Role of the Iemoto System", in *International Journal of Intangible Heritage*, Seul: The National Folk Museum of Korea, 3, 72-81.
- CARNEIRO, Eugénio Lapa, 1989, *Empedrado. Técnica de Decoração Cerâmica*, Museu de Olaria, Câmara Municipal de Barcelos.
- CARVALHO, Ana e BARATA, Filipe Themudo, 2008a, *Le Patrimoine Culturel Immatériel au Portugal. Questions d'aujourd'hui et défis de demain*, Património Cultural – Cadernos de Campo, 1. CIDEHUS.
- \_\_\_\_\_, 2008b, "Portuguese legislation on intangible cultural heritage and inventories", in *El patrimonio Cultural Inmaterial: definición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional*, Murcia, 15-16 Fevereiro 2007, Espanha: Comunidade Autónoma de la Región de Murcia, 173-184.
- CASTELLS, Manuel, 2003, *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawn e BRANCO, Jorge Freitas (orgs.), 2003, "Folclorização em Portugal: uma perspectiva", in *Vozes do Povo: A Folclorização de Portugal*, Oeiras: Celta Editora, 1-21.
- CHOAY, Françoise, 2005, *Património e Mundialização*, Évora: Casa do Sul Edições.
- \_\_\_\_\_, 2006 [1982], *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70.
- CIARCIA, Gaetano, 2006, *La perte durable. Rapport d'étude sur la notion de "patrimoine immatériel"*, Les Carnets du Lahic, LAHIC/ Mission'Ethnologie, 1, Consultado em 2009-12-15, URL : [http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/Ciarcia\\_perte\\_durable-2.pdf](http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/Ciarcia_perte_durable-2.pdf).
- \_\_\_\_\_, 2008, *Inventaire du patrimoine immatériel en France. Du recensement à la critique*, Les Carnets du Lahic, LAHIC/ Mission'Ethnologie, 3. Consultado em 2009-12-15, URL : [http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/Carnet\\_no3.pdf](http://www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/Carnet_no3.pdf).
- CIOFF, s/ data [posterior a 2005], *Terminologie relative à la culture traditionnelle et aux expressions du patrimoine culturel immatériel*, Centre CIOFF Suisse pour le "Forum suisse pour le patrimoine culturel immatériel", Consultado em 2009-12-15, URL: [http://www.cioff.ch/doc\\_fr/PCI\\_Terminologie\\_F.pdf](http://www.cioff.ch/doc_fr/PCI_Terminologie_F.pdf).
- CLIFFORD, James, 1997, *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

- CLUZEL, Jean-Sébastien, 2007, *Preserve / Restore / Rebuild / Renovate: The archipelagos of mystical thought in Japan and Europe*, Réseau Asie, Consultado em 2009-12-15, URL: [http://www.reseau-asie.com/cgi-bin/prog/pform.cgi?langue=en&ID\\_document=2068&TypeListe=showdoc&Mcenter=edito&my\\_id\\_societe=1&PRINTMcenter=](http://www.reseau-asie.com/cgi-bin/prog/pform.cgi?langue=en&ID_document=2068&TypeListe=showdoc&Mcenter=edito&my_id_societe=1&PRINTMcenter=).
- COHEN, Anthony, 1994, "Culture, identity and the concept of boundary", in *Revista de antropologia social*, Madrid: Editorial Compultense, 3, 49-61.
- COHEN, Elie, 2000, "Globalização e diversidade cultural", in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, Brasil, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Lda, 72-97.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2007, *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, 10.5.2007, Consultado em 2009-12-15, URL: [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2007/com2007\\_0242pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2007/com2007_0242pt01.pdf).
- COMUNIDADE EUROPEIA, s/ data, *SWOT Analysis, A short introduction*, European Community, Civil Protection Mechanism, Consultado em 2009-12-15, URL: <http://missionitac.pbworks.com/f/swot.pdf>.
- CONDOMINAS, Georges, 2004, "Researching and Safeguarding the Intangible Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 21-30.
- CONSELHO DA EUROPA, 2005, *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de Setembro, Diário da República, 1.ª série, 177, 6640-6652.
- CORREIA, Vergílio, 1937, *Etnografia Artística Portuguesa*, Barcelos.
- COSTA, Paulo Ferreira da, 2008, "Discretos Tesouros: Limites à Protecção e outros contextos para o Inventário do Património Imaterial", In *Museologia.pt*, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2, 16-5.
- \_\_\_\_\_, 2009, "Portugal's National Inventory of ICH: legislative, institutional and scientific contexts", in LIRA et al. (eds.), *Sharing Cultures 2009, International Conference on Intangible Heritage*, Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, 181-186.
- CUÉLLAR, Javier Pérez, 1996, *Our Creative Diversity – Report of the World Commission on Culture and Development*, 2ª edição, Paris: Unesco Publishing.
- D'ORVILLE, Hans, 2005, "Globalization and Intangible Cultural Heritage: Opportunities, Threats and Challenges", in *International Conference: Globalization and Intangible Cultural Heritage*, Tóquio, 26-27 Agosto 2004, France: UNESCO, 34-39.
- DEMOTTE, Rudy, 2004, "National Policies Concerning Intangible Cultural Heritage: the example of Belgium's French community", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 174-178.
- DERÈZE, Gérard, 2005, "De la Culture Populaire au Patrimoine Immatériel", *Hermès*, Paris : CNRS, Laboratoire Communication et Politique, 42, 47-53.
- DESVALLÉS, André, 1998, "A l'origine du mot "patrimoine"", in POULOT, Dominique (ed.), *Patrimoine et Modernité*, Col. Chemins de la Mémoire, Paris / Montréal: L'Harmattan, 89-105.

- DIAS, Jorge, 1965, *Da olaria primitiva ao torno de oleiro – com especial referência ao norte de Portugal*, Revista de Etnografia, 4 (1), 5-31.
- DUBÉ, Phillipe, 2004, “The Beauty of the Living”, in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 122-128.
- DURAND, Jean-Yves, (org.), 2008, *Os “Lenços de Namorados”: Frentes e Versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação*, 2ª edição, Município de Vila Verde.
- FAGUNDES, Arlindo, 1997, *Manual prático de introdução à cerâmica*, Lisboa: Editorial Caminho.
- FARIA, Margarida Lima de e ALMEIDA, Renata, 2006, “‘Identidade’ e ‘património’ num mundo crescentemente cosmopolita”, in Revista *Comunicação e Cultura*, 1, 117-133.
- FARIA, Margarida Lima de, 2006, “Trajectórias sociais e Representações de “Património”, in PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (orgs.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 55-63.
- FEJÉRDY, Tamás László, 2006, “The Intangible Dimension of Tangible Heritage: A Hungarian Approach”, in *Proceedings / International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: towards an Integrated Approach*, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, Paris: UNESCO, 158-173.
- FERNANDES, Ana Mercedes Stoffel, 2006, *Um núcleo documental para o estudo do MINOM* [extracto de dissertação], Consultado em 2009-12-15, URL: [http://www.minom-icom.net/AS\\_ORIGENS\\_DO\\_MINOM.pdf](http://www.minom-icom.net/AS_ORIGENS_DO_MINOM.pdf).
- FIAF, s/ data, *Code of Ethics*, Fédération Internationale des Archives du Film (FIAF), Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.fiafnet.org/uk/members/ethics.cfm>.
- FRADE, Maria de Cáscia, 2004, “Evolução do conceito de Folclore e Cultura Popular”, in *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore*, Mundicarmo Ferretti, CMF, Recife: Comissão Nacional de Folclore; São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 48-62.
- GIDDENS, Anthony, 2000, “Globalização, desigualdade e estado do investimento social”, in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, Brasil, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Lda, 64-71.
- GODELIER, Maurice, 1996, “Is the West the mirror or the mirage of the evolution of humankind?”, in ARIZPE, Lourdes (ed.), *The cultural dimensions of global change. An anthropological approach*, Culture and development series, Paris: UNESCO Publishing, 63-75.
- GOODY, Jack, 2004, “The Transcription of Oral Heritage”, in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 91-95.
- GUILLAUME, Marc, 2003 [1980], *A política do património*, Porto: Campo das Letras.
- HAFSTEIN, Valdimar Tr., 2007, “Recognizing Intangible Cultural Heritage”, in *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*, Talin, Estónia, 14-15 Maio 2007, Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00195-EN.pdf>
- HERNÁNDEZ, Francisca H., 2002, *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón, Espanha: Ediciones Trea, S.L.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence, 2000 [1983], *The Invention of Tradition*, Cambridge: Cambridge University Press.

- HOTTIN, Christian, 2007, "The Ethnology Department of the French Ministry of Culture and the inventories of Intangible Cultural Heritage in France", in *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*, Talin, Estónia, 14-15 Maio 2007, Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00204-EN.pdf>.
- ICOMOS, 1964, *Carta de Veneza*, Consultado em 2009-12-15, URL: [http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/3\\_leituras10.htm](http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/3_leituras10.htm).
- \_\_\_\_\_, 1994, *Documento de Nara sobre Autenticidade*, Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2008, *Québec Declaration on the preservation of the spirit of place*, ICOMOS, Consultado em 2009-12-15, URL: [http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec\\_declaration/pdf/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_EN.pdf](http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_EN.pdf).
- IIEDH, 2007, *Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais*, Institut interdisciplinaire d'éthique et des droits de l'homme, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unifr.ch/iiedh/assets/files/declarations/port-declaration.pdf>.
- INTELI, 2009, *SWOT Analysis, Best Practices and Policy Recommendations for the Crafts and Ceramics Sector in the Oeste Region – Portugal*, INTELI – Inteligência em Inovação, Consultado em 2009-12-15, URL: [http://www.inteli.pt/uploads/documentos/Ceramica\\_INTELI\\_Sept2009.pdf](http://www.inteli.pt/uploads/documentos/Ceramica_INTELI_Sept2009.pdf).
- IQF, 2006, *O Sector das Actividades Artesanais em Portugal*, Colecção Estudos Sectoriais nº 35, Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.
- JONGSUNG, Yang, 2004, "Korean Cultural Property Protection Law with Regard to Korean Intangible Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 180-188.
- KAPLAN, Flora Edouwaye S., 2006, "As antigas muralhas do Benim: património urbano e identidade cultural na Nigéria", in PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (orgs.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 121-129.
- KASFIR, Sidney, 2004, "Current debate. Authenticity and Diaspora", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, [entrevista] UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 190-197.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 2004a, "Intangible Heritage as Metacultural Production", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 52-64.
- \_\_\_\_\_, 2004b, *From Ethnology to Heritage: The Role of the Museum*, SIEF Keynote, Marselha, 28 Abril 2004, Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.nyu.edu/classes/bkg/web/SIEF.pdf>.
- KLAMER, Arjo e THROSBY, David, 2000, "Recompensando o passado: a economia do património cultural", in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, Brasil, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Lda, 136-151.
- KREIDI Joseph, 2006, "Crafts and Tourism: UNESCO Action", *First International Congress on Tourism and Traditional Crafts*, Riyadh-Kingdom of Saudi Arabia, 7-14 Novembro 2006, Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.sct.gov.sa/ictth/files/papers/meeting13/Meeting13Doc2.doc>.



- KREPS, Christina, 2005, *Indigenous Curation as Intangible Cultural Heritage: Thoughts on the Relevance of the 2003 UNESCO Convention*, Theorizing Cultural Heritage at the Smithsonian Institution Center for Folklife and Cultural Heritage. Consultado em 2009-12-15, URL: [http://www.folklife.si.edu/resources/center/cultural\\_policy/pdf/ChristinaKrepsfellow.pdf](http://www.folklife.si.edu/resources/center/cultural_policy/pdf/ChristinaKrepsfellow.pdf).
- KURIN, Richard, 2003, *Tangible Progress*, Centre for Arts and Culture, Washington, D.C. Consultado em 2009-02-25, URL: <http://www.culturalcommons.org/kurin.htm>.
- \_\_\_\_\_, 2004, "Intangible Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 67-76.
- KUUTMA, Kristin, 2007, "Making Inventories: A Constraint or an Asset?", in *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*, Talin, Estónia, 14-15 Maio 2007, Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00211-EN.pdf>.
- LAMY, Yvon, 2003, "Patrimoine et culture: l'institutionnalisation", in POIRRIER, Philippe e VADELORGE, Loïc (dir.), *Pour une histoire des politiques du patrimoine*, Comité d'histoire du ministère de la culture, Paris: Fondation Maison des sciences de l'homme, 45-63.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas, 1870-1970. Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEMONNIER, Pierre, 1992, *Elements for an Anthropology of Technology*, Michigan: Ann Arbor.
- LEPIERRE, Charles, 1912 [1899], *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*, Lisboa: Boletim do Trabalho Industrial.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1952, *Raça e História*, Lisboa: Edições Presença.
- LÉVI-STRAUSS, Laurent, 2000, "O impacto das recentes mudanças na noção do patrimônio cultural da Convenção do Patrimônio Mundial", in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, Brasil, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Lda, 159-169.
- LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, 1994, *Arab Charter on Human Rights*, Consultado em 2009-12-09, URL: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6b38540.html>.
- LOGAN, Stewart, 2006, "Protection du patrimoine aux antipodes: les principes et pratiques de conservation du patrimoine culturel en Australie et dans le Pacifique", in *Proceedings / International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: Towards an Integrated Approach*, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, Paris: UNESCO, 74-97.
- LONDRES FONSECA, Maria Cecilia, 2006, "Safeguarding the Intangible Heritage in Brazil: The Registry as an Appropriate Form of Preservation", in *Proceedings / International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: Towards an Integrated Approach*, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, Paris: UNESCO, 178-189.
- LOWENTHAL, David, 1998, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, UK: Cambridge University Press.
- MACCANNELL, Dean, 1999, *The tourist: a new theory of the leisure class*, Berkeley: University of California Press.

- MARGARI, Zoi N., 2008, "Patrimoine culturel immatériel: Politiques et Stratégies. Le cas de la Grèce", in *El patrimonio Cultural Inmaterial: definición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional*, Murcia, 15-16 de Fevereiro de 2007, Espanha: Comunidade Autónoma de la Región de Murcia, 85-118.
- MASON, Randall e TORRE, Marta de la, 2000, "Valores e conservação do património nas sociedades em processo de globalização", in *Informe Mundial sobre a Cultura 2000*, Brasil, São Paulo: UNESCO/Editora Moderna Lda., 170-186.
- MATSUURA, Koïchiro, 2004, "Preface", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 4-5.
- \_\_\_\_\_, 2006, "Preface", in *Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage of Humanity. Proclamations 2001, 2003 and 2005*, France: UNESCO, 2-3.
- McFATE, Montgomery, 2005, "Anthropology and Counterinsurgency: The Strange Story of their Curious Relationship", in *Military Review*, Março-Abril 2005, 24-38.
- MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular*, Estudos e Investigações, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MOREIRA, Carlos Diogo, 2006, "O enigma de Teseu, ou as identidades questionadas", in PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (orgs.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 5-20.
- \_\_\_\_\_, 2007, *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOREIRA, João Manuel, 2004, *Questionários: Teoria e prática*, Coimbra: Almedina.
- MORENO-TRIANA, Cesar, 2004, "UNESCO Presentation", in *2004 Workshop on Inventory-making for Intangible Cultural Heritage Management*, Tóquio, 6-11 Dezembro 2004, Asia/Pacific Cultural Centre for UNESCO, ACCU, 81-90.
- MÜLLER, Liana, 2008, "Intangible and tangible landscapes: an anthropological perspective based on two South African case studies", in *Art Historical Work Group of South Africa*, South African Journal of Art History, 23 (1), 118-138.
- NAÇÕES UNIDAS, 1987, "Our Common Future, Chapter 2: Towards Sustainable Development" In *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. UN Documents [A/42/427]. Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>.
- \_\_\_\_\_, 1992, *Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica*, Consultado em 2009-02-25, URL: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/LegCE/Convencao%20Diversidade%20Biologica.htm>.
- OMPI, s/ data\_a, *What is Intellectual Property?*, [Página internet], Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.wipo.int/about-ip/en/>.
- \_\_\_\_\_, s/ data\_b, *Traditional Knowledge, Genetic Resources and Traditional Cultural Expressions/Folklore*, [Página internet], Consultado em 2009-12-15, URL: <http://www.wipo.int/tk/en>.
- OUA, 1981, *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos*, Organização de Unidade Africana, Consultado em 2009-12-15, URL: [http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/documentos/instrumentos\\_regionais/africa/carta\\_africana\\_dtos\\_dev\\_povos.pdf](http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/documentos/instrumentos_regionais/africa/carta_africana_dtos_dev_povos.pdf).

- PARAFITA, Alexandre, 2007, *Património imaterial do Douro: Narrações Orais: Contos. Lendas. Mitos*, Peso de Régua : Fundação Museu do Douro.
- PARVAUX, Solange, 1968, *La Céramique Populaire du Haut-Alentejo*, Presses Universitaires de France / Fondation Calouste Gulbenkian.
- PEDRAZZINI, Luisa e PESARO, Giulia, 2004, *The enhancement of knowledge, preservation and valorisation of historical settlements in the alpine area: an interdisciplinary approach*, 44th European Congress of the European Regional Science Association, University of Porto, Porto, Portugal, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.sre.wu-wien.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa04/PDF/123.pdf>
- PEIXOTO, Paulo, 2000, *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*, Oficina do CES nº 155, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/155/155.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2006, “O Património mata a identidade”, in PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (orgs.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 65-74.
- PELLÓN, Eloy Gomez, 2005, “Desarrollo sostenible, patrimonio cultural y turismo”, in TALAVERA, Agustín Santana e PRATS Llorenç Canals (coords.), *El encuentro del turismo com el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*, Sevilha: Fundación El Monte et al., 71-93.
- PERALTA, Elsa e ANICO, Marta, 2006, “Introdução”, in Elsa Peralta e Marta Anico (orgs.), *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 1-11.
- PERALTA, Elsa, 2003, “O Mar por Tradição: o património e a construção das imagens do turismo”, in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 20, 83-96, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2008, *A memória do mar: património, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- PERDIGÃO, Teresa, 2009, “The Pico's lace-makers role in the local economy”, in LIRA et al. (eds.), *Sharing Cultures 2009, International Conference on Intangible Heritage*, Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, 519-522.
- PEREIRO, Xerardo e DE LEÓN, Cebaldo, 2007, “La Construcción Imaginaria del Lugar Turístico: Kuna Yala”, in *Tareas*, no. 127, CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena: Panama. Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.binal.ac.pa/panal/kuna/downloads/TurismoimagenesKunaYala.pdf>
- PICARD, Robert, 2003, *European Cultural Heritage: A review of policies and practice*, Strasbourg: Council of Europe.
- PNUD, 2009, *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Coimbra: Edições Almedina, SA.
- POULOT, Dominique, 1998, “Le patrimoine et les aventures de la modernité”, in POULOT, Dominique (ed.), *Patrimoine et Modernité*, Col. Chemins de la Mémoire, Paris / Montréal: L'Harmattan, 7-67.
- PRATS, Llorenç e SANTANA, Agustín, 2005, “Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo e y sus confusas relaciones”, in TALAVERA, Agustín Santana e PRATS Llorenç Canals (coords.), *El encuentro del turismo com el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*, Sevilha: Fundación El Monte et al., 9-25.

- \_\_\_\_\_, 1997, *Antropología y patrimonio*, Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- PRICE, David, H., 1998, "Gregory Bateson and the OSS: World War II and Bateson's assessment of Applied Anthropology", *Human Organization*, 57 (4), 379-84.
- PRONK, Jan, 2004, "Globalization as Global Exclusion", in *Globalization with a Human Face. Benefiting All*, International Conference, Tóquio, 30-31 Julho 2003, France: UNESCO, 130-136.
- PUNCH, Keith F., 1998, *Introduction to Social Research: Quantitative and Qualitative Approaches*, London: Sage Publications.
- QUINTINO, Maria Celeste Rogado, 2004a, *Migrações e etnicidade em terrenos portugueses. Guineenses: estratégias de invenção de uma comunidade*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- \_\_\_\_\_, 2004b, *Revisão de Agendas Etnográficas – Convés, varandas, aldeias e cidades*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- RAKOTOARISOA, Jean-Aimé, 2006, "Projet Babay de Madagascar: tentative d'implication de la communauté dans la gestion de son patrimoine Culturel", in *Proceedings / International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: Towards an Integrated Approach*, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, Paris: UNESCO, 190-197.
- RAMOS, Manuel João, 2003, "E tudo o fumo levou: as memórias e as identidades", in *A Matéria do Património. Memórias e Identidades*, Lisboa: Edições Colibri, 47-57.
- \_\_\_\_\_, 2005, "Breve nota crítica sobre a introdução da expressão "património intangível" em Portugal", in Vítor Oliveira Jorge (coord.), *Conservar para Quê? Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto et al.*, 67-76.
- REDDY, Sita, 2006, "Making Heritage Legible: Who Owns Traditional Medical Knowledge?", in *International Journal of Cultural Property*, USA: International Cultural Property Society, 13, 161-188.
- RIBEIRO, Emanuel, s/ data [1925?], *Água Fresca (Apointamentos sobre olaria nacional)*, Porto: Tipografia Sequeira Limitada.
- RIBEIRO, Margarida, 1961, "Cerâmica popular de Nisa", in *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares*, Madrid: Bermejo, Impresor, XVII (4), 470-501.
- RIVIÈRE, Françoise, 2008, *Allocution de Madame Françoise Rivière, Sous-Directrice générale pour la culture à l'UNESCO à l'occasion du colloque sur le thème: "Culture et tourisme, éléments du développement durable"*, Bucarest et Delta du Danube, Roménia, 22-25 Setembro 2008, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unesco.org/tools/fileretrieve/12d669ae.pdf>.
- ROBERTSON, Margaret Hart, 2006, "The difficulties of Interpreting Mediterranean Voices: Exhibiting Intangibles Using New Technologies", in *International Journal of Intangible Heritage*, Seul: The National Folk Museum of Korea, 1, 25-34.
- ROBINSON, Mike e PICARD, David, 2006, *Tourism, Culture and Sustainable Development*, Paris: UNESCO.
- SALVADOR, Mari Lyn, 2009, "Holy Ghost celebrations in the Azores and California: An ethnoaesthetic approach", In LIRA et al. (eds.), *Sharing Cultures 2009, International Conference on Intangible Heritage*, Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, 249-257.

- SALZMAN, Philip Carl, 1996, "The electronic Trojan horse: television in the globalization of paramodern cultures", in ARIZPE, Lourdes (ed.), *The cultural dimensions of global change. An anthropological approach*, Culture and development series, Paris: UNESCO Publishing, 197-216.
- SANMARTÍN, Angel Iniesta, 2008, "El Patrimonio Cultural Inmaterial de la Región de Murcia: Algunas reflexiones sobre su papel en la visión del patrimonio cultural como factor de cooperación interregional, desarrollo social y sostenibilidad económica", in *El patrimonio Cultural Inmaterial: definición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional*, Murcia, 15-16 de Fevereiro de 2007, Espanha: Comunidade Autónoma de la Región de Murcia, 53-60.
- SANTOS, Boaventura Sousa, 1999, "Towards a Multicultural Conception of Human Rights", in FEATHERSTONE, Mike e LASH, Scott (eds.), *Spaces of Culture. City – Nation – World*, London: Sage Publications, 214-229.
- SANTOS, Marcos et al., 2007, *Texto de apoio sobre: A análise SWOT; Selecção de Prioridades*, Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva", Universidade de Évora, Consultado em 2009-12-16, URL: [http://www.cisa-as.uevora.pt/Ficheiros\\_PDF/TextoApoio\\_SWOT\\_Prioridades\\_final.pdf](http://www.cisa-as.uevora.pt/Ficheiros_PDF/TextoApoio_SWOT_Prioridades_final.pdf)
- SARDINHA, Olinda, 1997, "Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos os Santos", in *O Arqueólogo Português* [separata], Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Série IV, 8/10, 1990-1992, 487-512.
- \_\_\_\_\_, 1999, "Notícia sobre as peças pedradas do galeão 'San Diego' (1600)", in *Arqueologia Medieval* [separata], Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, 183-192.
- ŠATKAUSKIENE, Vida, 2007, "Lithuanian National ICH Inventory", in *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*, Talin, Estónia, 14-15 Maio 2007, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00190-EN.pdf>.
- SCOUARNEC, François-Pierre le, 2004, "Quelques enjeux liés au patrimoine culturel immatériel", in *Le patrimoine culturel immatériel. Les enjeux, les problématiques, les pratiques*, Internationale de l'imaginaire, Nouvelle série, Paris: Babel, Maisons des cultures du monde, 17, 26-39.
- SfAA, s/ data, *Statement of Ethical and Professional Responsibilities*, Society for Applied Anthropology, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.sfaa.net/sfaaethic.html>.
- SHERKIN, Samantha, 1999, "A Historical Study on the Preparation of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore", in *A Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation*, Washington: Smithsonian Institution, Consultado em 2009-12-16, URL: [http://www.folklife.si.edu/resources/Unesco/sherkin.htm#\\_ednref1](http://www.folklife.si.edu/resources/Unesco/sherkin.htm#_ednref1).
- SHERWIN, Lindsey, 2009, *SWOT Analysis*, [Página internet], Consultada em 2009-12-16, URL: [http://www.lindsay-sherwin.co.uk/guide\\_managing\\_change/html\\_change\\_strategy/05%20swot\\_analysis.htm](http://www.lindsay-sherwin.co.uk/guide_managing_change/html_change_strategy/05%20swot_analysis.htm).
- SILVANO, Filomena, 2003, "Cartografar um passado para uma identidade metropolitana", *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, AML., 211-225.

- SMEETS, Riëks, 2004, "Language as a Vehicle of the Intangible Cultural Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 156-164.
- \_\_\_\_\_, 2005, "Globalization and the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage", in *International Conference: Globalization and Intangible Cultural Heritage*, tÓQUI, 26-27 Agosto 2004, France: UNESCO, 42-46.
- SMITH, Mark K., 2007a, *non-formal education*, Infed - encyclopaedia of informal education, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.infed.org/biblio/b-nonfor.htm>.
- \_\_\_\_\_, 2007b, *introducing informal education*, Infed – encyclopaedia of informal education, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.infed.org/i-intro.htm>.
- SORGI, Orietta, 2008, "Conoscenza, tutela e valorizzazione dei beni immateriali nella Regione Siciliana", in *El patrimonio Cultural Inmaterial: definición y sistemas de catalogación: actas del seminario internacional*, Murcia, 15-16 de Fevereiro de 2007, Espanha: Comunidade Autónoma de la Región de Murcia, 193-210.
- TAMASO, Izabela, 2006, *A Expansão do Patrimônio: Novos Olhares sobre Velhos Objetos, Outros Desafios...*, Série Antropologia, 390, Brasília, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie390empdf.pdf>.
- TEIXEIRA, Carlos Adérito, 1996, "Da Protecção do Património Cultural", in *Textos - Ambiente e Consumo*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 61-107.
- THÉRON, Daniel, 2009, "Benefits and innovations of the Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society", in *Heritage and Beyond*, Strasbourg: Council of Europe Publishing, 9-11.
- THIESSE, Anne-Marie, 1998, "La construction de la culture populaire comme patrimoine national, XVIII<sup>e</sup> – XX<sup>e</sup> siècles", in POULOT, Dominique (ed.), *Patrimoine et Modernité*, Col. Chemins de la Mémoire, Paris / Montréal: L'Harmattan, 267-278.
- UEKI, Yukinobu, 2006, "Unique Features of Japan's Intangible Cultural Heritage and its Protection – a Case Study from Japan", in *Proceedings / International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: Towards an Integrated Approach*, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, Paris: UNESCO, 114-129.
- UNESCO, 1971, *Convenção Universal sobre Direito de Autor*, Decreto n.º 140-A/79 de 26 de Dezembro, *Diário da República*, I, 296, Consultado em 2009-02-25. URL: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec140a-1979.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 1972, *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Decreto n.º 49/79 de 6 de Junho, *Diário da República*, I, 130, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec49-1979.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 1982, *Mexico City Declaration on Cultural Policies*, World Conference on Cultural Policies [Mondiacult], Cidade do México, 26 Julho a 6 Agosto, Consultado em 2009-12-16, URL: [http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico\\_en.pdf/mexico\\_en.pdf](http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf).
- \_\_\_\_\_, 1989, *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*, Consultado em 2009-12-16, URL: [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13141&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html).

- \_\_\_\_\_, 1993, "Final Report", in *International Consultation on New Perspectives for UNESCO's Programme: The Intangible Cultural Heritage*, UNESCO, 16-17 Junho 1993, Consultado em 2009-12-16, URL: [http://unesdoc.unesco.org/images/0014/0014\\_32/143226eo.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0014/0014_32/143226eo.pdf).
- \_\_\_\_\_, 1998, "Regulations relating to the proclamation by UNESCO of masterpieces of the oral and intangible heritage of humanity", in *Decisions adopted by the executive board at its 155th session [155 EX/Decisions]*, 9-14, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001142/114238e.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 1999, "Action Plan" In *A Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation*, Smithsonian Institution, Washington D.C., 27-30 Junho 1999, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.folklife.si.edu/resources/Unesco/actionplan.htm>.
- \_\_\_\_\_, 2000, *Definitions for "intangible cultural heritage. (Member States' Replies to questionnaires sent to National Commissions in February and August 2000)*, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00078-EN.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2001a, *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2001b, "Final Report", in *International Round Table: "Intangible Cultural Heritage – Working Definitions"*, Turim, Itália, 14-17 Março 2001, URL: [http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting\\_id=00057](http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting_id=00057).
- \_\_\_\_\_, 2001c, *Report on the preliminary study on the advisability of regulating internationally, through a new standard-setting instrument, the protection of traditional culture and folklore* [161 EX/15], Consultado em 2009-02-25, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001225/122585e.pdf#search=%22report%20on%20the%20preliminary%20study%20advisability%20traditional%20culture%22>.
- \_\_\_\_\_, 2001d, *Proclamation of the Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage of Humanity, Guide for the presentation of candidature files*, Paris: UNESCO. Consultado em 2009-12-16, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124628eo.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2002a, *Istanbul Declaration*, Third Round Table of Ministers of Culture: "Intangible Cultural Heritage, mirror of cultural diversity", Istanbul, Turquia, 16-17 Setembro 2002, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00072-EN.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2002b, *First preliminary draft of an international convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*, [CLT-2002/CONF.203/3], Consultado em 2009-12-16, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001270/127018e.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2003a, *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Decreto n.º 28/2008 de 26 de Março, Diário da República n.º 60, 1685-1704, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://dre.pt/pdf1s/2008/03/06000/0168501704.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2003b, *Preliminary Draft International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage and Report by the Director-General on the situation calling for standard-setting and on the possible scope of such standard-setting*, [32 C/26], Consultado em 2009-12-16, URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001307/130784e.pdf#search=%2232%20C%2F26%20draft%20intangible%22>.
- \_\_\_\_\_, 2004, *Yamato Declaration on Integrated Approaches for Safeguarding Tangible and Intangible Cultural Heritage*, International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Heritage, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, Consultado em 2009-12-16, URL: [http://portal.unesco.org/culture/en/files/23863/10988742599Yamato\\_Declaration.pdf/Yamato\\_Declaration.pdf](http://portal.unesco.org/culture/en/files/23863/10988742599Yamato_Declaration.pdf/Yamato_Declaration.pdf).

- \_\_\_\_\_, 2005a, *Convenção para a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais*, Decreto n.º 27-B/2007 de 16 de Março, Diário da República I, 54, 1640(2)-1640(18), Consultado em 2009-12-16, URL: <http://dre.pt/pdf1s/2007/03/05401/00020018.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2005b, *Report of the Expert Meeting on Inventorying Intangible Cultural Heritage*, Paris, 17-18 Março 2005, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00036-EN.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2005c, *Designers meet Artisans. A Practical Guide*, New Dehli / Colômbia / Paris: UNESCO / Craft Revival Trust / Artesanías de Colômbia, S.A.
- \_\_\_\_\_, 2006a, *Expert Meeting on Documenting and Archiving Intangible Cultural Heritage*, Paris: UNESCO, 12-13 Janeiro 2006, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00068-EN.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2006b, *Report of the Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention*, Tóquio, Japão 13-15 Março 2006, Consultado em 2009-12-16, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00034-EN.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2006c, *Masterpieces of the Oral and Intangible Heritage of Humanity, Proclamations 2001, 2003 and 2005*, France: UNESCO.
- \_\_\_\_\_, 2006d, "Le Comité fixe de nouvelles orientations", in *Patrimoine Mondial*, nº 44, Novembro de 2006, 46-47, Paris: UNESCO.
- \_\_\_\_\_, 2007, *Expert Meeting on Intangible Cultural Heritage keywords*, UNESCO, Paris, 6-7 Dezembro 2007, Consultado em 2009-12-17, URL: [http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting\\_id=00093](http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=EN&meeting_id=00093).
- \_\_\_\_\_, 2008a, *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, Consultado em 2009-12-17, URL: <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2008b, *Operational Directives for the Implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, Consultado em 2009-12-17, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00410-EN.pdf>.
- URRY, John, 2002 [1990], *The Tourist Gaze*, 2ª edição, Sage Publications, UK.
- VAN WILLIGEN, John, 1986, *Applied Anthropology: An Introduction*, Westport, CT: Bergin & Garvey.
- \_\_\_\_\_, 2002, *Applied Anthropology: An Introduction*, 3ª edição, Westport, CT: Bergin & Garvey.
- VASCONCELOS, João, 2001, "Estéticas e políticas do folclore", in *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, XXXVI (158-159), 399-433.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1923, *Boletim de Etnografia*. Nº 2, Lisboa: Imprensa Nacional.
- VELURE, Magnure, 2007a, "Inventories of Intangible Cultural Heritage. Outline for a solution in Norway", in *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*, Talin, Estónia, 14-15 Maio 2007, Consultado em 2009-12-17, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00198-EN.pdf>.
- \_\_\_\_\_, 2007b, "Summary Report from the Discussions", in *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*, Talin, Estónia, 14-15 Maio 2007, Consultado em 2009-12-17, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00203-EN.pdf>.



- WATANABE, Akiyoshi, 2006, "The Japanese System for Safeguarding Cultural Heritage", in *Proceedings / International Conference on the Safeguarding of Tangible and Intangible Cultural Heritage: Towards an Integrated Approach*, Nara, Japão, 20-23 Outubro 2004, 74-97, Paris: UNESCO.
- WELSCH, Wolfgang, 1999, "Transculturality: The Puzzling Form of Cultures Today", in FEATHERSTONE, Mike e LASH, Scott (eds.), *Spaces of Culture. City – Nation – World*, London: Sage Publications, 194-213.
- WENDLAND, Wend, 2004, "Intangible Heritage and Intellectual Property", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 97-106.
- WRIGHT, Susan, 1998, *The politicization of culture*, Royal Anthropological Institute, Consultado em 2009-12-17, URL: [http://lucy.ukc.ac.uk/rai/AnthToday/wright\\_note.html](http://lucy.ukc.ac.uk/rai/AnthToday/wright_note.html).
- WULF, Christoph, 2005, "Crucial points in the transmission and learning of Intangible Heritage", in *International Conference: Globalization and Intangible Cultural Heritage*, Tóquio, 26-27 Agosto 2004, France: UNESCO, 84-95.
- YOSHIDA, Kenji, 2004, "The Museum and Intangible Cultural Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 108-112.
- ZACARIAS, Ana Paula, 2009, "No cofre da memória. Etnografia de um enlace diplomático na UNESCO", in MEDEIROS, António e RAMOS, Manuel João (coords.), *Memória e Artifício: A Matéria do Património II*, Sociedade de Geografia de Lisboa, 149-167.
- ZAGALA, Stephen, 2004, "Vanuatu Sand Drawing", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 32-34.
- ZANTEN, Wim van (ed.), 2002, *Glossaire Patrimoine Culturel Immatériel / Glossary Intangible Cultural Heritage*, Netherlands National Commission for UNESCO / Commission nationale néerlandaise pour l'UNESCO, The Hague, August 2002 / La Haye, août 2002, Consultado em 2009, URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00265.pdf>
- \_\_\_\_\_, 2004, "Constructing New Terminology for Intangible Cultural Heritage", in *Museum International: Views and Visions of the Intangible*, UNESCO, UK: Blackwell Publishing, 221-222 (56), 36-43.

## **Normativos portugueses**

*Decreto-Lei nº 41/2001 de 9 de Fevereiro*, Diário da República, Série 1, nº 34.

*Decreto-Lei nº 110/2002 de 16 de Abril*, Diário da República, Série 1, nº 89.

*Decreto-Lei nº 121/2007 de 27 de Abril*, Diário da República, Série 1, nº 82.

*Decreto-Lei nº 139/2009 de 15 de Junho*, Diário da República, Série 1, nº 113.

*Decreto Regulamentar nº 34/2007 de 29 de Março*, Diário da República, Série 1, nº 63.

*Lei 13/1985 de 5 de Julho*, Diário da República, Série 1, nº 153.

*Lei 107/2001 de 8 de Setembro*, Diário da República, Série 1, nº 209.

*Portaria nº 1085/2004 de 31 de Agosto*, Diário da República, Série 1, nº 205.

*Portaria nº 377/2007 de 30 de Março*, Diário da República, Série 1, nº 64.